

Universidade Federal de Ouro Preto

Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM)
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA)

Dissertação

**A Palestina na mídia
ocidental: olhares sobre a
violência no Jornal Nacional**

Juliana Ferreira de Carvalho

Ouro Preto

2022



UFOP

Juliana Ferreira de Carvalho

**A Palestina na mídia ocidental:
olhares sobre a violência no Jornal Nacional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Temporalidades.

Linha de pesquisa: Práticas Comunicacionais e Tempo Social

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Rodrigues Coração.

Ouro Preto

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C331p Carvalho, Juliana Ferreira De.
A Palestina na mídia ocidental [manuscrito]: olhares sobre a violência
no Jornal Nacional. / Juliana Ferreira De Carvalho. - 2022.
137 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Rodrigues CORAÇÃO.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro
Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-
Graduação em Comunicação.
Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Telejornalismo. 2. Violência - Palestina. 3. Israel. 4. Palestina. I.
CORAÇÃO, Cláudio Rodrigues. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 316.77

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Ferreira de Carvalho

A Palestina na mídia ocidental: olhares sobre a violência no Jornal Nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 25 de abril de 2022

Membros da banca

Prof.(a). Dr.(a) Cláudio Rodrigues Coração (Orientador(a) e Presidente) – Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.(a). Dr.(a) Reges Toni Schwaab - Universidade Federal de Santa Maria Universidade Federal Fluminense

Prof.(a). Dr.(a) Hila Bernardete Silva Rodrigues - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.(a). Dr.(a) Cláudio Rodrigues Coração orientador(a) do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 22/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Rodrigues Coracao, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/06/2022, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0349241** e o código CRC **0AE867AB**.

Aos palestinos e às palestinianas de todo o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação pelo financiamento desta pesquisa, por proporcionar um ambiente acolhedor aos estudantes e por incentivar o pensamento científico comprometido com a promoção dos direitos humanos e fundamentais.

Ao meu querido orientador e amigo, Cláudio Coração, que esteve presente assiduamente no percurso deste trabalho, me direcionando, mas também respeitando minhas escolhas e incentivando minha criatividade. Sou grata por todas as reuniões, trocas e piadas ruins nesses dois anos.

Aos membros da banca, Hila e Reges, pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas.

À minha mãe, Leila, pelo apoio incondicional desde que eu decidi sair de casa e me lançar na vida acadêmica. Aos meus avós Antônio e Maria, minha tia Telma, meus primos Matheus e Nathan, pelo afeto em nossos poucos encontros ao longo desses 24 meses de pesquisa e dedicação. A vocês, minha família, devo toda a força e coragem.

Ao meu amor, Luis Filipe, pelos debates, companheirismo, incentivo e paciência. Um grande pesquisador, namorado e amigo.

Ao meu eterno grupinho ufopiano Júlia, Victor Hugo, Brener e Carlos, por comemorarem cada conquista minha e por dividirem suas vidas, histórias e copos. Ao Fileto e à Tuila por tantas reclamações e vibrações compartilhadas. Minha vida tornou-se incrivelmente melhor ao lado das amigadas que fiz na UFOP.

Às minhas amigas de sempre, Carol e Pamella, por sempre torcerem por mim e me proporcionarem momentos incríveis em nossos passeios por São Paulo e Minas Gerais. À minha amiga Beatriz, que além de dividir um teto comigo, dividiu sua trajetória acadêmica, seu afeto e sua força.

Às mulheres incríveis que foram minhas companheiras de casa durante anos, Stephanie, Vanessa e Ana, pela inspiração e por tudo que compartilhamos.

Ao eterno presidente Lula, pelos investimentos na educação e na ciência que foram cruciais para que eu chegasse até aqui.

*Como é a luta da não violência?
Primeiro é nunca matar
Segundo, jamais ferir
Terceiro, estar sempre atento
Quarto é sempre se unir
Quinto, desobediência às ordens de
Sua excelência que podem nos destruir.
(Baiana System, Reza Forte)*

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre as maneiras de abordagem da violência presentes na televisão, mais especificamente no Jornal Nacional e a cobertura sobre a questão da Palestina. Para isto, utiliza reflexões acerca de outras produções audiovisuais, filmes e documentários, espelhando-se em uma análise multiperspectívica. Ao resgatar os acontecimentos longínquos ocorridos na região da Palestina, hoje ocupada quase inteiramente por Israel, problematizamos as maneiras simplistas de abordagem do que hoje se entende como “conflito Israel-Palestina”, refletindo sobre o colonialismo e o orientalismo. Como as coberturas jornalísticas sobre a região são geralmente focadas na violência, o conceito será debatido de forma a abarcar a violência em suas três formas: subjetiva, objetiva e simbólica. A partir das três formas de violência, foram mobilizadas as seguintes categorias de análise: violência epistêmica, violência como resposta e a violência como espetáculo. Este trabalho mostra que a combinação das violências resulta em um olhar redutor sobre os acontecimentos na Palestina, desumanizando a população árabe que reside em Gaza, Jerusalém e Cisjordânia.

Palavras-chave: Violência; Palestina; Israel; Telejornal; Jornal Nacional.

ABSTRACT

This research reflects on the ways of approaching violence present on television, more specifically in Jornal Nacional and the coverage of the Palestine issue. For this, it uses reflections about other audiovisual productions, films and documentaries, mirroring itself in a multiperspective analysis. By rescuing the distant events that occurred in the region of Palestine, now occupied almost entirely by Israel, we problematize the simplistic ways of approaching what is now understood as the “Israel-Palestine conflict”, reflecting on colonialism and orientalism. As journalistic coverage of the region is usually focused on violence, the concept will be discussed in order to encompass violence in its three forms: subjective, objective and symbolic. From the three forms of violence, the following categories of analysis were mobilized: epistemic violence, violence as a response and violence as a spectacle. This work shows that the combination of violence results in a reductive look at events in Palestine, dehumanizing the Arab population residing in Gaza, Jerusalem and the West Bank.

Keywords: Violence; Palestine; Israel; TV News; Jornal Nacional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mahmoud Ahamadinejad/Reprodução Rede Globo	96
Figura 2: Fronteira Gaza/Reprodução Rede Globo	100
Figura 3: Soldados israelenses/Reprodução Rede Globo	107
Figura 4: Soldados israelenses/Reprodução Rede Globo	107
Figura 5: Fragmentos míssil/Reprodução Rede Globo	113
Figura 6: Alvarez em meio aos mísseis/Reprodução Rede Globo	114
Figura 7: Criança palestina/Reprodução Rede Globo	117
Figura 8: Pai carrega criança/Reprodução Rede Globo.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A PALESTINA NA MÍDIA E A REPETIÇÃO DA VIOLÊNCIA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS	5
1. “FAZER FLORESCER O DESERTO”: A PALESTINA COLONIZADA ONTEM E HOJE	22
1.1 O uso da religião pelo sionismo e as implicações políticas e territoriais na fundação de Israel.....	22
1.1.1. A partilha malsucedida e o avanço sionista.....	32
1.1.2. Mais violência e mais assentamentos judaicos.....	35
1.2 Colonização e orientalismo.....	37
1.3 Nomeando os acontecimentos	42
1.4 Mídia e atualidade do conflito	46
1.5 Um breve panorama midiático.....	50
2. OS HERÓIS E OS VILÕES: A VIOLÊNCIA NAS TELAS	56
2.1. A violência além da agressão.....	56
2.2. Em nome da paz, a guerra.....	65
2.3. A televisão e seu próprio modo de violentar	74
3. AS MINÚCIAS DO ESPETÁCULO: JORNAL NACIONAL EM PERSPECTIVA.....	82
3.1. O padrão Globo de controle.....	83
3.2. Realidades paralelas e a invisibilidade seletiva	87
3.3. Primeiro como tragédia, depois como espetáculo	93
3.3.1 Violência epistêmica e o apagamento da dissidência.....	94
3.3.2. Violência como resposta, legitimar para destruir.....	103
3.3.3. A violência como espetáculo, a câmera que banaliza	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DE UM JORNALISMO-BARRICADA.....	120
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO: A PALESTINA NA MÍDIA E A REPETIÇÃO DA VIOLÊNCIA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS

No debate público, muitas vezes falar sobre a Palestina significa falar sobre violência — palavra que está presente em nosso cotidiano, seja nas ruas, nos noticiários ou nas salas de cinema. As sagas dos super heróis e dos vilões, a alta da criminalidade, os atentados terroristas — todos são assuntos que giram em torno da violência dos maus contra o heroísmo dos bons. Entretanto, a violência possui diversas formas de se manifestar, indo muito além das agressões físicas — que são as violências mais óbvias, talvez. A fome, a miséria, a exclusão social, a falta de água e insumos básicos para a sobrevivência, a repressão, o silenciamento, a marginalização, o cerceamento da liberdade — tudo isso é violência e a vemos em todo o mundo, seja na experiência cotidiana ou através da mídia. Aliás, a experiência cotidiana está na mídia, ela é representada na e pela mídia. Essas representações, muitas vezes, estão alicerçadas em visões de mundo que elegem os bons e os maus, *Nós* e os *Outros*. A mídia e seu público são retroalimentadas pelo conhecimento existente no mundo. A ficção não deixa de ter realidade, e a realidade apresentada pelos noticiários não deixa de ter ficção. As fronteiras são mais frágeis do que parecem.

Um exemplo das aproximações entre a ficção e a realidade: Um povo que se considera superior em detrimento de outro inicia uma espécie de caçada em um território no qual a população vive em relativa harmonia, apesar de alguns problemas estruturais. Antes de iniciar a “caça”, os homens e as mulheres, brancos e brancas, norte-americanos e europeus, fazem o reconhecimento do território e da população através de um equipamento de vigilância que transita sobre as cabeças daqueles que serão vítimas de uma matança generalizada. O lugar-alvo, junto de seus habitantes, é tido como inferior, fraco e as vidas são completamente descartáveis. A maioria dos moradores é de pele não branca. Os homens e as mulheres iniciam, então, algo que se parece com um jogo de videogame, mas na vida real. Miram nas cabeças dos habitantes do vilarejo e, pouco a pouco, invadem o território a fim de matar ainda mais. A ideia é promover uma “limpeza”, pois aquelas pessoas não merecem a vida, são inferiores. O lugar é apagado do mapa nas plataformas de mapeamento digital. Não existindo nem mesmo simbolicamente, as mortes daqueles que lá estão não podem ser, sequer, reconhecidas. Onde não existe vida, não pode existir a morte. Essa é uma descrição do filme *Bacurau* (DORNELLES; MENDONÇA FILHO, 2019), obra de ficção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles.

O gozo pela morte do *Outro*, vigilância, matança, apagamento, desprezo por um povo em detrimento de outro, violência simbólica e física, apagamento do mapa — são todos

elementos presentes em *Bacurau*. Entretanto, as semelhanças com a Palestina, ou até mesmo com o cotidiano dos moradores de favelas no Brasil, são perturbadoras. Sobretudo porque, sendo uma obra de ficção, existe, na narrativa, o apelo a certo exagero para demonstrar a realidade de um território cujos nativos têm sido alvo de aniquilamento constantemente. Mas o “exagero” de *Bacurau* é realidade quase literal na Palestina, o que demonstra o que foi dito anteriormente: a ficção está ancorada no real e o real está ancorado na ficção. Mesmo a resistência dos moradores de Bacurau pode ser comparada com a resistência do povo palestino. Há um verdadeiro levante da população nativa que, embora (e talvez necessariamente) sangrento, é realizado como uma forma de defesa aos ataques frequentes e massivos dos invasores. Apesar de todo o sadismo de tais invasores, quando a violência é voltada para eles há uma incredulidade do chefe das operações. Com a mira das armas do povo em sua cabeça, Michael (Udo Kier), um ex-combatente nazista balança a cabeça, indignado, e lamenta “tanta violência!”. É basicamente a retórica israelense: atacam, matam, desapropriam, prendem, torturam, mas, quando existe uma reação, lamentam a intensificação da violência. O pior é quando a imprensa favorece esta retórica e parece afirmar quais vidas realmente importam e quais são completamente descartáveis. Uma mesma ação pode ser considerada violência ou defesa, a depender de quem está no comando desta ação. Em *Bacurau*, o grupo que inicia os ataques não se vê enquanto violento, os integrantes se sentem mais próximos de justiceiros, como se estivessem realizando uma limpeza que será benéfica para todos. Na Palestina ocorre a mesma coisa, as autoridades israelenses não se consideram assassinas, pelo contrário, estão eliminando os assassinos em nome da paz. Esse pensamento não é em vão e não foi inaugurado em Bacurau ou na Palestina, ele é a base do colonialismo e do imperialismo.

O personagem Plínio (Wilson Rabelo), professor de uma escola pública de Bacurau, ao manusear um *tablet* com o intuito de mostrar a localização da comunidade no *Google Maps*, se dá conta de que a região simplesmente desapareceu do mapa digital acessado mundialmente. Sem entender, ele murmura que “Bacurau sempre esteve no mapa”, e resolve utilizar um mapa antigo, em papel, que está dentro de sua sala de aula. Uma questão que poderia ser puramente simbólica, como sumir do *Google Maps*, aconteceu 11 meses após o lançamento do filme nos cinemas. No dia 14 de julho de 2020, quem pesquisou pela Palestina na plataforma do maior site de buscas do mundo, não a encontrou. Por outro lado, a região estava denominada apenas como Israel. Não demorou para que internautas do *Facebook* e do *Twitter* estabelecessem a semelhança assustadora entre Bacurau e Palestina. Riscadas do mapa e com as populações alvos de massacres.

Não é preciso ir longe para identificar as semelhanças em situações de violência vividas em todo o globo. O processo de colonização da América e do Oriente possui diversas semelhanças e as consequências são ainda bem vívidas na contemporaneidade. Nem tanto como uma herança, mas como uma extensão de um modo de enxergar e dividir o mundo entre sujeitos superiores e inferiores, sendo que aos inferiores é reservada, fundamentalmente, a pobreza, a violência e a exclusão social. Daí as dificuldades em superar o colonialismo, porque este se faz presente e se atualiza constantemente. As sociedades europeias reivindicam para si a inauguração da modernidade no mundo, sendo esta modernidade marcada pelo progresso civilizatório. As incursões coloniais ocorridas entre os séculos XV e XIX tinham, desde o início, a pretensão de levar este progresso às nações “inferiores”, como o Brasil, onde os povos nativos foram racializados e as construções das diferenças entre cores de pele foram iniciadas, na tentativa de conferir legitimidade à suposta superioridade branca e europeia.

Neste sentido, Bruno Huberman e Reginaldo Nasser (2019) apontam para as semelhanças entre Jerusalém e Rio de Janeiro, ambos os lugares com forte presença militar, que através de uma incessante vigilância, cada vez mais tecnológica, monitora os habitantes “indesejados”, tais como os moradores das favelas cariocas e os palestinos. Para os autores, o colonialismo por povoamento é o modelo ainda presente nas duas cidades, visto as características semelhantes no processo de colonização com base em tentativas de “modernização” dos espaços no Brasil e no Oriente. O colonialismo por povoamento está ancorado nestes ideais de modernidade que visa dispersar os habitantes nativos a fim de se constituir uma sociedade nova, “pura”, aliada ao progresso e ao fazer produtivo das terras. As formas como as cidades vão se constituindo cada vez mais fragmentadas, através de constantes expulsões das populações marginalizadas, são parte do cenário do colonialismo por povoamento, o que nos leva a entender que a colonização e seus modos de violência contra determinadas populações ainda ocorre na contemporaneidade. O colonialismo por povoamento, que é parte de um cenário pós-colonial, se caracteriza pela fragmentação do território, que é realizada como forma de separar os sujeitos tidos como “ameaças” ao bem-estar, de forma a controlá-los e detê-los por quaisquer motivos. Tanto no Rio como em Jerusalém são utilizadas justificativas de segurança para as incursões militares nos locais tidos como perigosos, dando brecha para o extermínio da população negra e da população palestina. Essas populações são ainda excluídas do mercado de trabalho, do lazer, da cultura e de todas as formas de vida social possíveis, continuamente vítimas de humilhações. A influência da pretensa superioridade branca é ainda presente na atualidade, se revelando em diversos locais do mundo e produzindo situações de violência e eliminação dos povos racializados.

No filme de Elia Suleiman, *O paraíso deve ser aqui* (SULEIMAN, 2019), é possível contemplar a proliferação dos espaços de violência pelo mundo. O diretor, que interpreta a si mesmo, se desloca de sua terra natal, Palestina, a fim de encontrar o paraíso, que parece ser em qualquer lugar menos ali, onde a vigilância policial, a violência e a hostilidade estão por todos os lados. Para a surpresa do personagem de Suleiman, ao visitar França e Estados Unidos, as situações vivenciadas na Palestina se repetem. Apenas os rostos das pessoas marginalizadas se alternam, enquanto a fragmentação territorial, desempenhada através de uma tentativa de limpeza dos centros urbanos, é vista nos três lugares de formas muito semelhantes. Suleiman afirmou que na percepção dele existe uma *palestinização* do mundo, em que a manutenção da pobreza entre os grupos marginalizados e a concentração de riquezas nas mãos de poucos são reproduzidas em todo o globo. A violência se constitui, assim, quase em uma coreografia de movimentos repetitivos e que oprimem todos aqueles que não são bem vindos: negros, imigrantes, mulheres, populações LGBTQIA+, indígenas, pessoas com deficiências físicas etc.

A repetição da violência contra os povos oprimidos espalhados pelo globo é notória quando nos deparamos com os noticiários. A morte de George Floyd, em maio de 2020, em Minneapolis, Estados Unidos, mobilizou milhares de pessoas a protestar contra a violência racista dos policiais que matam pessoas não brancas por motivos supérfluos. Como se estivessem vigiando a espera de qualquer movimento considerado, embora muito contraditoriamente, uma ameaça ao bem estar social. Floyd foi sufocado por um policial branco, Derek Chauvin, e suas últimas palavras foram: *Não consigo respirar*. O método de imobilização através de estrangulamento utilizado para deter Floyd passou a ser considerado ilegal em 16 estados do país. Um ano depois, em maio de 2021, soldados israelenses utilizaram o mesmo método de sufocamento para reprimir manifestantes de Sheikh Jarrah que estavam lutando pelo direito de permanecer em suas casas e não serem expulsos pelos colonos. A frase era a mesma: *Não consigo respirar*. A verdade é que muitas pessoas não conseguem respirar, pois têm fuzis apontados para suas cabeças 24 horas por dia. Qualquer movimento abrupto pode resultar em morte. No Rio de Janeiro, um guarda-chuva já foi “confundido” com uma arma de fogo, e o “portador” do objeto, um jovem de 26 anos, Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, que trabalhava como garçom, tinha esposa e dois filhos, acabou alvejado por agentes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). É quase nítido que existe um projeto de extermínio de populações, como Huberman e Nasser (2019) apontam, ao relacionar as situações do Rio de Janeiro e Jerusalém com o colonialismo por povoamento.

Mas a contemporaneidade é permeada por diversos conflitos que possuem históricos alicerçados em acontecimentos longínquos e vão muito além do aqui e do agora. A situação entre a Palestina e Israel é um desses exemplos. O que acontece atualmente no Estado de Israel, na Faixa de Gaza e nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) é constantemente tema de coberturas midiáticas em todo o mundo, mas muitas vezes o passado é esquecido no momento de contextualização da atualidade. É comum resumirem a situação como uma disputa religiosa, na qual os judeus acreditam que a bíblia lhe outorga uma terra própria, enquanto os palestinos não aceitam esta reivindicação. Ocorre também uma assimilação entre o Holocausto¹ e a necessidade dos judeus de possuírem um Estado próprio e exclusivo após a perseguição nazista durante a Segunda Guerra Mundial. O que fica de fora de tais contextualizações é a origem do projeto sionista na constituição do Estado judaico, Israel.

Não é de hoje que as entidades pró-Palestina e os próprios palestinos reclamam a questão da representação na mídia, visto que quase sempre a Palestina e sua população tem a luta por liberdade questionada através de estereótipos que categorizam os árabes enquanto radicais e violentos. Atualmente, parece que estas reclamações atingiram o ápice e um grande veículo de comunicação do Brasil, o jornal *Folha de S. Paulo*² chegou a publicar em sua plataforma *online* uma matéria em que palestinos mostravam-se descontentes com a forma que a mídia estava cobrindo a situação vivenciada em Jerusalém. Soa, de certa forma, engraçado que a *Folha* tenha publicado esta matéria, visto que, dias após, através do *Instagram*, o mesmo veículo de comunicação publicou uma foto dos foguetes lançados pelo Hamas em direção a Israel, e achou de bom tom se apropriar das palavras de uma internauta do *Twitter* para descrever a imagem: uma cena de *Star Wars*. O absurdo da comparação, equivocadamente tosca, veio à tona em meio a uma semana de intensa violência na região que deixou 1.948 palestinos feridos, 254 mortos — sendo 66 crianças, 39 mulheres e 17 idosos.

Por motivos infelizes, a Palestina estava novamente na mira midiática, sendo explorada “de cabo a rabo” pelos repórteres de todo mundo. Foram duas semanas nas quais, mais do que nunca, havia sangue nos jornais. Na realidade, sempre houve sangue na região palestina e a mídia é mais do que bem vinda a noticiá-lo, sobretudo porque a imprensa é um instrumento de denúncia de violações de direitos humanos em todo o mundo. Bem, ao menos deveria ser. Entretanto, no caso da Palestina não parece existir a intenção de denunciar violações, na medida em que as coberturas realizadas dão a entender que existe uma

¹ O Holocausto - ou *Shoá* - foi o genocídio nazista de judeus e minorias como a população cigana, homossexual, além de opositores políticos. Estima-se cerca de 6 milhões de mortos em guetos, câmaras de gás e fuzilamentos.

² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/palestinos-rejeitam-cobertura-desumanizada-de-confrontos-com-israel.shtml>

equiparação de forças entre israelenses e palestinos, o que está bem longe de corresponder aos fatos. Desde que foram expulsos de suas casas, em 1948, os autóctones da “Terra Santa” que permaneceram na região têm vivido dias de inferno. Quando os dias são mais infernais do que outros, os olhos da imprensa internacional se voltam para o local a fim de relatar os acontecimentos. O caso mais recente foi em maio de 2021, quando a violência atingiu níveis desproporcionais e, mesmo assim, a imprensa continuava na tentativa de equiparar os dois lados. A preocupação com a produção midiática e as notícias que circulam na imprensa não é em vão e se deve justamente por reconhecer o poder da informação e do entretenimento. Os jornais, as revistas, os filmes, os programas de auditório — tudo isso é mídia e o seu conteúdo possui impacto nas relações sociais, econômicas e inclusive nas relações de poder. O jornalismo possui certa legitimidade para narrar os fatos do mundo e pode ser utilizado como base para compreender os fenômenos contemporâneos.

No final de abril de 2021, um grupo de judeus de extrema-direita realizou um protesto antiárabe próximo à Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, onde palestinos retornavam de suas orações noturnas em meio ao Ramadã. Os gritos eram de “morte aos árabes”, enquanto a polícia israelense, a fim de garantir o direito de expressão e a democracia, acompanhava o grupo extremista. Até que a situação saiu do controle e membros do grupo israelense agrediram fisicamente palestinos que estavam no local. No *Correio Braziliense*, a situação foi nomeada como “distúrbio”.³ No início de maio, novamente a mesquita de Al-Aqsa foi alvo da violência israelense. O mês coincidiu o Ramadã com as festividades israelenses em comemoração a vitória da Guerra dos Seis Dias, de 1967, que culminou na ocupação e desapropriação de territórios palestinos. Cerca de 160 palestinos ficaram feridos com os ataques do exército israelense. Para o G1, “Manifestantes palestinos entraram em confronto com a polícia de Israel”.⁴

O mês de maio foi marcado, ainda, pela situação violenta no bairro Sheikh Jarrah, onde vivem famílias palestinas que foram alvos de tentativas de despejo pelos colonos israelenses. O bairro, que era de controle jordaniano e passou para o controle israelense após 1967, é reivindicado pelos israelenses, que alegam que famílias judias são as verdadeiras donas das casas ali construídas. “Curiosamente”, os palestinos não possuem o mesmo direito em relação às casas que lhes foram tomadas desde 1948. A tentativa de expulsão das famílias árabes de Sheikh Jarrah ocorre porque os israelenses visam dispersar completamente os

³ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/04/4919787-mais-de-100-feridos-em-disturbios-extremistas-noturnos-em-jerusalem.html#tags>

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/07/policia-israelense-usa-bombas-de-efeito-moral-contra-palestinos-em-jerusalem.ghtml>

palestinos de Jerusalém. Todo esse cenário culminou em uma reação dos palestinos, sobretudo através do Hamas⁵, grupo palestino armado. A imprensa internacional se debruçou a cobrir a situação todos os dias até o cessar fogo. “Conflito”, “guerra”, “briga”, palavras comuns no jornalismo para descrever os acontecimentos em Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental. Entretanto, essas palavras parecem não deixar explícita uma série de informações cruciais. A começar pelo óbvio, o exército de Israel possui uma das melhores estruturas do mundo e recebe bilhões⁶ em investimentos dos Estados Unidos, ao passo que o Hamas e o povo palestino em geral estão em total desvantagem em relação a armamento e recursos. Outra questão deixada de fora é que o próprio estabelecimento do Estado de Israel se deu de maneira violenta através de expulsões em massa de famílias palestinas, além de assassinatos, estupros e humilhações. Não é de hoje que os palestinos estão sob a truculência das forças israelenses. Por isso, as organizações pró-Palestina questionam: qual a resistência em nomear a situação como genocídio, limpeza étnica, colonialismo? Para bell hooks (2017, p. 86), “[...] o ato privilegiado de nomear muitas vezes abre aos poderosos o acesso a modos de comunicação e os habilita a projetar uma interpretação, uma definição, uma descrição de seu trabalho e de seus atos que pode não ser exata, pode esconder o que realmente está acontecendo”. É preciso nomear as violências para combatê-las.

Lina Meruane (2019), uma escritora chilena de origem palestina, reflete sobre o uso das palavras em sua obra *Tornar-se Palestina*. Ela inicia um movimento de auto descoberta na medida em que vai atrás de suas raízes palestinas e as relaciona com sua experiência no mundo. Meruane (2019) atenta-se para as “possibilidades redentoras” das palavras e nota, ao ler reportagens de jornais e revistas sobre a questão da Palestina, “Palavras expostas a serviço de um relato deliberado que às vezes iluminava, mas que frequentemente encobria o que no fundo estava acontecendo” (MERUANE, 2019, p. 111). A linguagem pode revelar, portanto, o apagamento e o esquecimento de uma história, um povo e uma experiência, através daquilo que é dito e daquilo que fica de fora. Nesse sentido, ao não nomear uma situação de violência é como se ela não existisse na esfera pública, existisse somente nos corpos que sofrem com tal violência. “O termo é c o l o n i a l i s m o, e não um *estabelecimento pacífico* do Estado de Israel. É importante não esquecer as palavras i m p e r i a l i s m o e c o n q u i s t a, que

⁵ O Hamas, Movimento de Resistência Islâmica, embora seja frequentemente tematizado enquanto um grupo terrorista, tem se constituído como a principal representação palestina. Formado em 1987, o Hamas atua através da resistência armada contra a ocupação israelense, e também possui fortes laços com as comunidades palestinas que necessitam de assistência humanitária.

⁶ Disponível em: <https://www.monitorooriente.com/20201229-a-arvore-de-dinheiro-dos-estados-unidos-e-sua-ajuda-a-israel/>

desapareceram do discurso à força da prometida redenção” (MERUANE, 2019, p. 127). Este trabalho pretende revelar-se como um ato de lembrar as palavras que foram sucumbidas desde 1948. *Nakba*, ao invés de *Guerra da Independência*. *Resistência*, ao invés de *Terrorismo*. *Massacre*, ao invés de *Defesa*. Na percepção de Chimamanda Ngozi Adichie (2019), na medida em que só conhecemos a história dos vencedores, as perspectivas de outros grupos são solapadas. Isso altera profundamente o entendimento sobre determinada situação e coloca no centro da “verdade” apenas os velhos jargões coloniais que buscam justificar invasões, desapropriações e assassinatos. “Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente” (ADICHIE, 2019, p. 24). Se apenas ouvimos que o Estado de Israel existe para que os judeus possam se ver livres de perseguições, todo o sofrimento dos palestinos permanece no esquecimento, sendo totalmente invalidado e insignificante.

Em reportagem do Jornal Nacional,⁷ as imagens dos protestos e comemorações israelenses em relação às tomadas de territórios de 1967, a violência gerada no interior da mesquita Al-Aqsa, o lançamento de foguetes e mísseis pelo Hamas e pelo exército israelense — todos esses fatos foram narrados como uma resposta de Israel aos ataques dos palestinos. Nenhuma menção é feita em relação aos moradores de Sheikh Jarrah, ou em relação aos protestos racistas realizados pelas massas judaicas de extrema direita. O fator violência surge apenas como uma resposta, dando a entender que os palestinos foram quem iniciaram os ataques. As mortes e as perdas dos israelenses são anunciadas antes das mortes e perdas dos palestinos. Quando se noticia que 20 palestinos morreram em decorrência dos ataques israelenses em Gaza, faz-se questão de dizer que um deles era integrante do Hamas — algo que soa como uma justificativa.

As notícias veiculadas em jornais, telejornais, revistas, *sites*, *blogs*, podem cair em armadilhas históricas ao construir vilões e heróis. O telejornalismo, mais especificamente, com todo o aparato audiovisual, pode, inclusive, construir narrativas dramáticas perigosas, deixando de lado informações importantes do que ocorreu há muitos anos e que ainda exerce influência na atualidade. No caso dos acontecimentos entre o final de abril e maio de 2021, a imprensa só começou a noticiar com mais afinco quando os ataques de bombas começaram, deixando de fora toda a truculência israelense que fora realizada em Jerusalém contra os

⁷ Disponível em: globoplay.globo.com/v/9504429/

palestinos. As coberturas mais comuns da situação vivenciada entre Israel e Palestina dizem respeito às ações de violência física, orquestradas tanto por israelenses, como por palestinos. O risco dessas coberturas está em focar em violências específicas e deixar outras de lado. Por exemplo, pode-se focar em um atentado provocado pelo grupo palestino, Hamas, a fim de justificar a violência de ataques em massa realizada pelo exército israelense e ainda deixar de fora as violências cotidianas às quais a população palestina é colocada: racionamento de água, restrição de mobilidade, prisões e torturas de crianças etc. Nota-se, portanto, que a construção da notícia no jornalismo, principalmente o telejornalismo, pode ser realizada sob diversas óticas.

Mas é claro que nos bastidores da imprensa existem pessoas que querem fazer diferente e utilizar a mídia a fim de denunciar as violações de direitos e a barbárie. Além disso, hoje em dia, com as redes sociais, a mídia hegemônica — que está ancorada em perspectivas dominantes — não detém mais o poder de centralizar as informações em um só local. *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e outras redes estão sendo utilizadas por militantes e canais de mídia independente para reportar o cotidiano de pessoas que encaram a experiência de violências contínuas. Seja violência física, sejam humilhações, seja falta de estruturas básicas para garantir uma vida digna, seja a exclusão social a que estão submetidos. As violências são múltiplas. Entretanto, o que às vezes parece fazer parte de um filme clichê no qual a imprensa é constantemente perseguida por aqueles que detêm o poder, ainda é realidade. A jornalista recém-formada, Emily Wilder, foi demitida da *Associated Press* supostamente por criticar, em sua conta pessoal do *Twitter*, as coberturas midiáticas que pareciam estar ao lado de Israel, questionando o uso da objetividade jornalística: “Usar 'Israel', mas nunca 'Palestina', ou 'guerra', mas não 'cerco e ocupação' são escolhas políticas – ainda que a mídia faça exatamente essas escolhas o tempo todo, sem ser sinalizada como tendenciosa.”⁸ Além disso, desde 2017, o grupo de direitos digitais *Sada Social* tem monitorado a suspensão de contas e postagens no *Facebook* de agências e militantes que apoiam os direitos dos palestinos.⁹ Constatou-se também que a rede social apagou postagens críticas a Israel que utilizavam o termo “sionismo”, conforme publicou o *The Intercept*.¹⁰ O *Instagram*, por outro lado, excluiu centenas de postagens que utilizavam a *tag* Al-Aqsa e

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/vv1lder/status/1394073763289829378>

⁹ Disponível em: <https://www.monitordoorient.com/20210521-facebook-e-acusado-de-preconceito-a-palestina-por-grupo-de-direitos-digitais/>

¹⁰ Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/24/facebook-criticas-israel-sionista/>

alegou, após reclamações, que fora um engano¹¹ — isso ocorreu enquanto a mesquita Al-Aqsa estava sendo atacada por soldados e civis israelenses, deixando centenas de árabes palestinos feridos. Somente em maio de 2021, 170 jornalistas palestinos ficaram feridos após ataques israelenses, nos quais 33 salas de imprensa foram destruídas em Gaza, Jerusalém e Cisjordânia.¹² O jornal estadunidense *New York Times* publicou um anúncio pago, em uma página inteira, da fundação *World Values Network* no qual a cantora britânica Dua Lipa e as modelos estadunidenses de origem palestina Bella Hadid e Gigi Hadid são acusadas de apoiar um segundo Holocausto, por terem se posicionado a favor da Palestina em decorrências dos ataques israelenses em Gaza e Jerusalém.¹³ O *WhatsApp* também não ficou de fora da censura: vários jornalistas e ativistas de Gaza tiveram suas contas suspensas sem previsão de retorno.¹⁴ O acontecimento mais simbólico de maio de 2021 foi o ataque israelense ao edifício Jala, em Gaza, que destruiu por completo os 12 andares — nos quais havia os escritórios das agências *Associated Press*, dos Estados Unidos, e da emissora *Al Jazeera*, do Catar. Apesar de chocante até mesmo para a imprensa orientalista, o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou que o ataque foi legítimo, pois, segundo ele, haviam escritórios do Hamas no local. Nota-se dois elementos fundamentais na política israelense: silenciamento da imprensa local e as justificativas de “guerra ao terror” utilizadas nos ataques brutais do exército.

Isabelle C. Somma de Castro (2007) analisa a percepção orientalista da imprensa brasileira frente à representação de árabes e muçulmanos antes e depois dos ataques de 11 de setembro nos jornais *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*. A autora avalia que a questão da violência é a mais abordada para falar sobre a Palestina, ao passo que as palavras “resposta” e “retaliação” são frequentemente utilizadas, dando sempre a impressão de que Israel somente responde aos ataques e nunca é o autor primeiro da violência. A cobertura da situação dos territórios ocupados por Israel na Palestina só tem um espaço nos telejornais brasileiros, quando os ataques de violência física e direta estão acontecendo. Além disso, são reportagens que tendem a deixar a desejar na contextualização histórica. Os acontecimentos do presente são narrados de maneira que pouco se aprofundam nas raízes da questão palestina

¹¹ Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210522-funcionarios-do-facebook-pedem-desculpas-sobre-o-bloqueio-de-postagens-palestinas/>

¹² Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210522-israel-fere-170-jornalistas-nos-territorios-palestinos-sindicato-prepara-dossie/>

¹³ Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210523-dua-lipa-condena-anuncio-do-new-york-times-que-a-difamou-como-antisemita/>

¹⁴ Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210524-whatsapp-deleta-contas-de-varios-jornalistas-e-ativistas-em-gaza/>

e nas circunstâncias que antecederam a violência que hoje assistimos pelos jornais. Por vezes, o espectador dessa violência se vê absorto em acontecimentos sangrentos que parecem não fazer o menor sentido. As violências cotidianas às quais os palestinos estão expostos, entretanto, não possuem espaço na grade de notícias na imprensa brasileira — e talvez em nenhum país do Ocidente.

Diante disso, o presente trabalho visa investigar quais as violências percebidas pelo Jornal Nacional e o que elas reverberam em relação ao que se tem chamado de *conflito Israel-Palestina*. Por entender o telejornalismo e o próprio Jornal Nacional como detentores de grande alcance na disseminação de informações tidas como verdadeiras e imparciais, este estudo faz-se necessário para tentar compreender em quais ideais o programa está alicerçado, e se corrobora ou rompe com os ideais hegemônicos na construção de narrativas que, frequentemente, acionam fronteiras entre *Nós* e os *Outros*.

Segundo dados do *Visualizing Palestine* de outubro de 2017,¹⁵ 90% do orçamento da cidade de Jerusalém é direcionado aos bairros judeus israelenses, apenas 10% é direcionado aos bairros palestinos, onde vivem 37% da população. O mesmo estudo aponta que 10.000 palestinos nascidos em Jerusalém não têm status legal porque seus pais possuem diferentes carteiras de identidade e Israel não os registra. Israel demoliu 685 casas palestinas em Jerusalém entre 2004 e 2016, 2.513 pessoas ficaram desabrigadas. Mais de 200.000 israelenses vivem em assentamentos ilegais em terras palestinas em Jerusalém Oriental. Israel possui controle total sobre o abastecimento de água da população palestina. Em Gaza, quase todos os 117 poços municipais de água potável estão fortemente carregados com sais e outros poluentes, sendo que o fornecimento de combustível e energia elétrica é controlado, impedindo o abastecimento de água e o tratamento de esgoto.¹⁶ Na Cisjordânia, enquanto os israelenses desfrutam de 300 litros de água por pessoa disponíveis por dia, os palestinos contam com apenas 70 litros por pessoa.¹⁷ As terras agrícolas palestinas são frequentemente pulverizadas com herbicidas pelos militares israelenses, a fim de evitar a produção dos agricultores palestinos.¹⁸ Somente no final de 2017, 350 crianças palestinas foram presas em prisões israelenses.¹⁹ Existem pelo menos 30 leis discriminatórias contra os palestinos em Israel (SANTOS, 2015). O cotidiano palestino é marcado por intensas represálias, inclusive

¹⁵ Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/jerusalem-city-for-all>

¹⁶ Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/gaza-water-confined-and-contaminated#&gid=1&pid=1>

¹⁷ Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/west-bank-water#&gid=1&pid=1>

¹⁸ Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/.premium-farm-warfare-how-israel-uses-chemicals-to-kill-crops-in-gaza-1.6245475>

¹⁹ Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/child-prisoners#&gid=1&pid=1>

contra as crianças. Em uma noite de novembro de 2017, a jovem Ahd Tamimi, de 16 anos, foi levada à prisão israelense por enfrentar soldados armados que haviam atirado com balas de borracha no rosto de seu primo de 14 anos. As imagens de Tamimi dando tapas, mordidas e ameaçando dar socos em soldados fortemente armados correram o mundo. Ela ficou detida por oito meses. A resistência de Tamimi foi entendida como agressão pelas autoridades israelenses, enquanto a brutalidade dos soldados fazia parte da rotina incansável de exterminar e humilhar os palestinos.

Após os atentados ocasionados em 11 de setembro de 2001, no qual dois prédios de Nova York foram destruídos por aviões que haviam sido sequestrados por terroristas, a chamada *Guerra contra o terror* ganhou um poder discursivo muito forte. Essa temática foi trabalhada em diversas produções audiovisuais estadunidenses, nas quais a imagem do soldado estadunidense é atrelada ao homem branco salvador, que coloca em risco a própria vida em prol da paz em outros territórios, tal como observa Douglas Kellner (2001). O autor menciona o “efeito Rambo” ocasionado nos Estados Unidos, quando após o lançamento de Rambo, em 1982, várias outras produções foram lançadas com a mesma temática: homens do bem que matam a serviço da eliminação do mal. O mal, é claro, é todo aquele que está fora da América, todo aquele que se “indispõe” com os Estados Unidos. Kellner (2001) afirma ainda a parceria de Israel em investimentos em filmes que representassem os árabes como assassinos, terroristas e sanguinários. Todo esse imaginário contribui para o racismo contra as populações orientais de origem árabe.

O estereótipo construído em volta da figura do muçulmano é frequentemente relacionado ao terrorismo. Infelizmente, os atentados de 11 de setembro também tiveram um forte impacto nas políticas de “segurança nacional”, ampliando as ocupações militares estadunidenses em territórios do Oriente Médio. O uso do terrorismo como uma arma política que constrói o inimigo a ser combatido tem acontecido com muito mais força desde o episódio de 11 de setembro.

A reflexão que se faz necessária diante de tais afirmações não consiste em negar o caráter terrorista de muitas ações orquestradas por grupos islâmicos, mas questionar o porquê as ações cometidas pelos Estados Unidos e Israel não são enquadradas como terroristas e sim como “intervenção humanitária”, “guerra ao terror”, “segurança nacional”. Além disso, o questionamento também gira em torno da figura árabe/muçulmana/islâmica estar frequentemente associada ao perigo, ao terrorismo e à barbárie. Nesse cenário, a cobertura midiática de tais eventos de extrema violência, ao não dar espaço para narrativas dissidentes, pode corroborar com preconceitos e estereótipos que o Ocidente costuma empregar ao

Oriente. Existe, ainda, o risco de esvaziamento dessas ações terroristas, que tende a colocar a religião no centro de tudo, deixando de lado as questões políticas que interferem ativamente na construção de grupos terroristas. Podemos observar a tendência à visão orientalista que subjuga os povos residentes do Oriente Médio e os encaixa em uma imagem de terrorista/fundamentalista/radical/islâmico, sem questionar outras formas de terrorismo vigentes na contemporaneidade ou, ao menos, compreender a diversidade religiosa e cultural que existe nos países do Oriente Médio. Ao invés disso, reforçam-se políticas de eliminação de “ameaças” sob o discurso de paz entre as nações sem que, de fato, esta paz venha a existir.

Se “a história do jornalismo internacional é de algum modo a história dos vencedores” (NATALI apud RESENDE; ROSSIGNOLI, 2015, p.89), se Adichie (2019) nos alerta para o perigo de contar histórias somente pela perspectiva dos vencedores, e, ainda, se existe uma política intervencionista baseada na ideia de terror, a investigação deste trabalho pretende refletir sobre como a manutenção do projeto colonial ocorrido na Palestina encontra aporte nas narrativas sobre violência e terrorismo na região de Israel, dos TPO e de Gaza. Partindo do pressuposto de que entre Israel e Palestina há diferenças significativas em relação a poder econômico, bélico e de influência internacional, é necessário analisar como a violência na região é entendida nas coberturas midiáticas. Os telejornais tendem a tratar somente a violência física e direta entre os dois povos, abusando de imagens de conflito e ataques. Além disso, o telejornal pode ser o próprio autor de uma violência simbólica desde o momento em que produz a pauta e opta por determinadas dramatizações narrativas audiovisuais.

A vilanização do árabe é também parte da racialização dos seres humanos que a colonização trouxe, além da divisão do mundo entre dois pólos: o Ocidente avançado e o Oriente atrasado. Nesse sentido, o telejornalismo pode ser um agente que sustenta essa classificação de raça e de território, na medida em que perpetua visões estereotipadas sobre o *Outro*. Os sujeitos “orientalizados” são frequentemente representados como inimigos do progresso, da civilidade e da paz. Essa construção do inimigo embasa ataques em massa realizados pelo exército israelense e com o respaldo e apoio dos Estados Unidos e sua política de morte em muitos países orientais, precisamente porque é necessário criar um inimigo para obter o aval para destruí-lo. Essa é uma prática comum em regimes coloniais, que minimizam os sujeitos e os colocam em uma categoria de violentos para então dominá-los.

O jornalismo pode e deve ancorar-se em outras perspectivas. Perspectivas que rompam com o ciclo de violências objetivas, sistêmicas e epistêmicas e se posicione a favor dos direitos humanos e pessoas que são vitimizadas por um sistema colonial. Não se trata, portanto, de ser militante em defesa de um partido político ou de um grupo específico, mas de

se posicionar contra a barbárie em todas as suas formas. Muito se fala em descolonizar o imaginário e isso também tem a ver com o jornalismo na medida em que oferece uma nova forma de representar e interpretar os acontecimentos do mundo. Isso traria uma perspectiva contra hegemônica não apenas no caso dos palestinos, mas em todos os conflitos e guerras que assistimos através da televisão — esse aparelho que ao mesmo tempo em que nos leva ao outro lado do mundo, também nos afasta dele.

A problemática deste trabalho se desenvolve ao localizar a violência como o principal fio condutor das narrativas que tentam dar conta da complexidade do que acontece entre a Palestina e Israel. Se imaginarmos, por exemplo, uma produção audiovisual fictícia que tem a violência como principal elemento, sabe-se que existe uma polarização entre o bem e o mal. Ao bem é outorgado o direito de exercer a violência contra o mal, pois este precisa ser eliminado. A representação audiovisual das guerras entre países localizados no Ocidente e países localizados no Oriente, tanto na ficção como nos noticiários, tendem a eleger pólos negativos e pólos positivos, convertidos em populações tidas como vilãs e selvagens, e outras atreladas ao bem e à ordem.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca pela compreensão dos quadros interpretativos sobre a violência estabelecidos pelo Jornal Nacional, tendo em vista a importância do telejornal na sociedade e sociabilidade brasileira e o “selo” de verdade que o jornalismo, de maneira geral, possui. Há algum tempo atrás, era comum a frase “Se está no Jornal Nacional, é verdade”, o que denotava grande credibilidade ao programa televisivo de notícias da Rede Globo. Ainda que essa credibilidade seja cada dia mais questionada pelo público, o Jornal Nacional continua sendo o maior programa de notícias do telejornalismo brasileiro.

A forma de olhar para esse material, desde a contextualização histórica do conflito entre Israel e Palestina, a contextualização do Jornal Nacional e o material a ser analisado, será baseada na noção de leitura crítica da mídia, proposta por Kellner (2001). Longe de estabelecer um *modus operandi* fixo, a leitura crítica da mídia abre espaço para uma análise multiperspectivista. Kellner (2001, p. 12) afirma que “para interrogar de modo crítico a cultura contemporânea da mídia é preciso realizar estudos do modo como a indústria cultural cria produtos específicos que reproduzem os discursos sociais enraizados nos conflitos e nas lutas fundamentais da época.”. Dessa forma, pretende-se trabalhar a partir da história do conflito entre Israel e Palestina, buscando observar, também, se essa contextualização histórica é devidamente informada pelo Jornal Nacional. Uma das características do orientalismo tratado por Edward Said (2007) é o apagamento da voz dos sujeitos orientais para contar sua própria história. Opta-se, ao invés disso, por uma compreensão do Oriente

baseada em quem está fora do Oriente. A mídia, ao reportar os acontecimentos na Palestina e em Israel, tende a trazer uma gama gigante de informações e, mesmo assim, o público não consegue compreender as razões principais do conflito.

Outra contribuição importante para analisar o telejornalismo é a de Iluska Coutinho (2012), que inaugura a percepção da presença de elementos do drama nas narrativas no telejornalismo. Ela afirma que “No caso da televisão e do telejornalismo seria importante observar os textos e construções narrativas presentes na imagem, nas falas de repórteres e entrevistados, nas músicas e nos encadeamentos de todos esses elementos por meio da edição (COUTINHO, 2012, p. 106). Essas contribuições serão levadas em consideração no momento de análise de como o Jornal Nacional elege — ou não — vilões e heróis.

Para compreender as complexidades do que ocorre entre Israel e Palestina, o primeiro capítulo destaca as principais informações acerca dos processos ocorridos ao longo dos anos, que levaram a criação do Estado de Israel e intensificaram os embates entre as duas nações. Esse resgate histórico, embora extenso, é importante para compreender as nuances de violência que aparecem desde o início do projeto de constituição do Estado judaico na região da Palestina. Para tanto, voltaremos para o final do século XIX, quando o sionismo, movimento político internacional judeu, foi fundado. O movimento já anunciava naquele momento o desejo de ocupar uma terra que se tornasse um Estado independente para os judeus. Mostraremos como o fim do Império Otomano e o resultado da Primeira Guerra Mundial culminou na presença britânica na região da Palestina e qual o papel a alta cúpula inglesa desempenhou ao conceder autonomia para os sionistas iniciarem um processo de imigração judaica desenfreada para a região. O percurso histórico serve como base de argumentação para afirmar que a Palestina vive, até hoje, sob um colonialismo muito semelhante aos processos coloniais que ocorreram com o início da modernidade e que tal colonialismo possui raízes no orientalismo (SAID, 2007). Ao final do capítulo, é abordada a importância da mídia nas coberturas dos acontecimentos, bem como as maneiras de nomear a situação vivenciada pelos palestinos nas regiões ocupadas por Israel. É realizada uma breve reflexão sobre os usos das palavras frequentemente presentes na imprensa internacional e nacional para narrar as situações consideradas violentas.

O segundo capítulo se inicia com reflexões acerca do que constitui um ato de violência, considerando que não apenas agressões físicas estão enquadradas no que se entende por violência. As violências objetivas e simbólicas também são importantes para combater os frequentes ataques aos direitos humanos cometidos pelo governo israelense. É uma investigação sobre quais tipos de violência são mobilizadas na televisão e se existem

violências que são, de certa forma, legitimadas por um “bem maior”, visto que é frequente a justificativa da segurança para cometer atos de barbárie contra grupos específicos, tal como vemos não só na Palestina, mas nas favelas do Brasil. Nesse sentido, é necessário investigar quais as violências que ficam de fora, que são invisibilizadas no discurso público. As reflexões também caminham para a questão do território e da fronteira, tanto visíveis quanto invisíveis, que materializam e possibilitam a violência. No mesmo capítulo, é explorada a ideia de terrorismo e os seus usos políticos no discurso público e na mídia. Entendendo que o fenômeno do terrorismo é frequentemente associado aos povos do Oriente de origem árabe e islâmica, cabe refletir sobre o que define um ato de terror e quais os critérios utilizados na definição. A partir da discussão de Rosana Lima Soares (2020) sobre estigma e estereótipo, é feita uma reflexão sobre as representações midiáticas que tendem a utilizar marcas negativas sobre grupos historicamente marginalizados. Ao final do capítulo, é explorada a literatura sobre a televisão, bem como seus modos de educar a partir do que Rosa Maria Bueno Fischer (2002) chama de dispositivo pedagógico da mídia. Também abordados, com autores como Eugênio Bucci (2000-2001) e Jacques Wainberg (2005), a predileção do público sobre conteúdos televisivos, noticiosos ou não, que explorem a violência física em sua forma mais ultrajante.

Chegando ao terceiro capítulo, recapitulamos momentos importantes em que Rede Globo de Televisão foi protagonista, bem como a própria constituição e sucesso do Jornal Nacional. As categorias de análise para olhar para o Jornal Nacional são mobilizadas a fim de retomar todo o percurso traçado durante a pesquisa para investigar os modos de interpretar as situações de violência vividas nos TPO e em Gaza. Por fim, é realizada uma reflexão sobre as outras possibilidades de representação e como elas podem e devem ser incorporadas ao jornalismo, visto que a imprensa deve prezar pelo caráter de denúncia de violações de direitos humanos, independentemente da rede de poderes que está por trás de tais violências.

É importante lembrar que os ideais de neutralidade e objetividade que, supostamente, guiam o fazer o jornalístico podem e devem ser questionados. Ao utilizar tais pressupostos, corre-se o risco de naturalizar ou invisibilizar violências em suas mais variadas formas, além de deturpar a realidade e a História, a fim de privilegiar um grupo específico, que mantém a hegemonia através da cultura da mídia. Nesse sentido, bell hooks (2019, p. 40) questiona: “O que o futuro nos reserva se nosso entretenimento no presente é o espetáculo da colonização contemporânea, da desumanização e do esvaziamento do poder, no qual a imagem serve como uma ferramenta assassina?”. Certas afirmações — mesmo que construídas sobre estereótipos e preconceitos — acabam adquirindo o *status* de verdade através da repetição de palavras e

imagens que nos levam a imaginar que o mundo *é* assim desde sempre, dividido entre dominadores e dominados. Sendo assim, *é* necessário descolonizar o jornalismo e, conseqüentemente, o imaginário social, “Abrir espaço para imagens transgressoras, para a visão rebelde fora da lei, *é* essencial em qualquer esforço para criar um contexto para a transformação.” (hooks, 2019, p. 37). A descolonização do jornalismo revela-se uma tarefa urgente e necessária, portanto.

1. “FAZER FLORESCER O DESERTO”: A PALESTINA COLONIZADA ONTEM E HOJE

Quando falamos sobre a chamada “questão Palestina” é importante salientar que os acontecimentos do passado são de extrema importância para compreender o que ocorre na atualidade. O que é nomeado constantemente como “conflito Israel-Palestina” costuma despertar no Ocidente a impressão de que é um conflito milenar sem fundamento e sem possibilidade de resolução. Como se fosse uma eterna briga de religiões por uma meia dúzia de terra. Por isso é importante voltarmos ao passado para contextualizar os principais acontecimentos que levaram à violência — em todas as suas formas — que assistimos hoje pela televisão.

Existe uma tentativa de deslegitimação das críticas a Israel e apoio aos palestinos ao relacioná-las ao antissemitismo — entendido como a aversão e o ódio contra os judeus. Pensadores e pensadoras, inclusive de origem judaica, já foram alvos dessas acusações simplesmente por se colocarem contra a violência do Estado de Israel cometida contra a população palestina. O Holocausto é utilizado para silenciar as denúncias de violações de direitos humanos nos TPO, na Faixa de Gaza e dentro do Estado de Israel, de forma que qualquer um que se demonstre contra tais violações é tachado de antissemita. A instrumentalização do Holocausto ocorre quando associam a perseguição nazista antissemita aos judeus à necessidade do povo judeu de possuir um Estado próprio. É como se os palestinos fossem antissemitas por não aceitarem a ocupação virulenta de suas terras.

Por isso, antes mesmo de debater a atualidade do conflito e o papel da mídia na mediação e interpretação deste, voltemos ao final do século XIX a fim de compreender as implicações políticas e territoriais que fazem parte desta história.

1.1 O uso da religião pelo sionismo e as implicações políticas e territoriais na fundação de Israel

É impossível não falar da fundação do movimento sionista para explicar como o Estado de Israel se constituiu. O sionismo é um movimento político internacional judeu que teve início no final do século XIX e que tinha como objetivo a constituição de um Estado exclusivamente judeu. Havia uma justificativa de que os judeus não teriam somente ligações religiosas entre si, mas também raciais. Em 1896, Theodor Herzl, considerado o pai do sionismo político, publicou o livro intitulado *Der Judenstaat*, que, em tradução livre, significa *O Estado Judeu*. O documento reiterava a necessidade de se construir um Estado judaico, sobretudo para fugir das perseguições que sofriam na Europa. Em 1897, o projeto sionista foi

oficializado no primeiro Congresso Sionista, em Basileia, Suíça. Com a presença de 197 pessoas, o plano possuía três etapas principais: organização, negociação e colonização (GATTAZ, 2002, p. 23).

Havia a crença de que os judeus deveriam constituir uma nação própria para que pudessem usufruir de uma vida normal, longe de perseguições antissemitas. Alguns autores evidenciam que esse pensamento acabava apoiando a lógica antissemita, pois os judeus só poderiam viver tranquilamente em um único lugar do mundo. Antes de escolherem a Palestina como o lugar ideal para empreender o projeto sionista, lugares como a Argentina, Chipre, Quênia, Congo e Península do Sinai foram considerados para se tornarem o Estado judaico.

Após a realização do Congresso Sionista, Herzl começou a estabelecer relações diplomáticas a fim de possuir o aval para iniciar a colonização na Palestina. O local, naquela época, vivia sob o domínio do Império Otomano — cujos dirigentes não demonstraram o menor interesse em ceder a região para a construção do Estado judaico. André Gattaz (2002) explica que:

De acordo com as formulações da liderança sionista, o direito judeu à terra palestina deriva de três fundamentos inter-relacionados: 1) a ligação do povo judeu com a Palestina é *sui-generis*; 2) os habitantes árabes da Palestina, mesmo que constituam uma nação, não são uma nação separada mas parte de uma grande nação árabe, para a qual a Palestina não tem importância distintiva; 3) o povo judeu tem um *direito histórico* sobre a Palestina, enquanto a população local árabe pode requerer, na melhor das hipóteses, apenas *direitos residenciais* ali — segundo pensadores judeus ou israelenses críticos, este *direito histórico* judaico sobre a Palestina é uma “categoria metafísica mais do que histórica” (GATTAZ, 2002, p. 25).

Apesar das tentativas de justificar o estabelecimento de um Estado judaico a partir da religião, alguns judeus sentiram-se incomodados com o empreendimento sionista, pois acreditavam que a religião se constituía como um laço espiritual, não sendo necessário existir um lugar específico para que esse laço continuasse. O historiador Ilan Pappé (2016) afirma que o local da Palestina “[...] havia sido reverenciado através dos séculos, por gerações de judeus, como um lugar de peregrinação religiosa, nunca como um futuro estado secular” (PAPPÉ, 2016, p. 30). Para muitos judeus ultraortodoxos, um Estado judeu só poderia ser criado a partir da vinda do Messias a Terra — como consta na Torá. Portanto, Pappé (2016, p. 31) aponta para a secularização e nacionalização do judaísmo.

O debate sobre o que implica a secularidade do Estado de Israel é complexo e delicado. Judith Butler (2017) dedicou um livro para debater a crítica ao sionismo e os sentidos da judaicidade. A autora acredita que o fim do sionismo político seria um caminho

válido para que se começasse a pensar na descolonização da Palestina. Para ela, os próprios preceitos judaicos não são compatíveis com as ideias sionistas. Daí a complexidade de se afirmar que o Estado de Israel é secularizado ou não. A secularização prevê um afastamento da religião, entretanto é importante ressaltar que “as tradições religiosas só prosperam ao entrar em contato com outros valores, instituições e discursos religiosos e não religiosos” (BUTLER, 2017, p. 21). Existe, então, um movimento de traduzir valores religiosos de uma forma racional para que se façam compatíveis com os quadros de sentidos hegemônicos, além de se presentificarem no discurso público. Entretanto, Butler (2017) cita alguns autores como Charles Taylor, Talal Asad e Saba Mahmood, para os quais

[...] a religião não é superada pelo secularismo, mas estabelece sua hegemonia usando os próprios termos do secularismo. Ou o secularismo é em si um produto religioso, imbuído de valores religiosos (Pellegrini, Jakobson), ou a divisão entre o secular e o religioso é em si um instrumento para manter a hegemonia do cristianismo (Mahmood, Hirschkind) e o apagamento do islamismo (BUTLER, 2017, p. 23).

A idealização do Estado de Israel partiu de um movimento que, dentre os argumentos utilizados, mencionou a bíblia para reivindicar o direito às terras palestinas. Butler (2017) aponta para a complexidade deste debate.

Mas o que significa “secular” no contexto de um Estado judaico? Poderíamos argumentar que “judaico” não significa aderir ao judaísmo religioso; esse motivo levou Hannah Arendt a escrever intencionalmente sobre a “judaicidade” como uma categoria cultural histórica e política que caracterizou a situação histórica de populações que podem ou não se envolver em práticas religiosas ou se identificar explicitamente com o judaísmo. [...] Se *judaico* já é considerado um termo secular, então Israel não é um Estado religioso, mas tem de se defender dos extremistas religiosos. Será possível, de alguma maneira, extrair totalmente a judaicidade de seu pano de fundo religioso, ou será sua forma secular um resultado ou efeito de determinada história religiosa? Ou será endêmico aos religiosos – os judeus, nesse caso – se afastar constantemente de sua história religiosa? (BUTLER, 2017, p. 23-24).

A autora israelense Nurit Peled-Elhanan (2019, p. 37) menciona a campanha “Judeia e Samaria são a história de todo judeu” que foi utilizada a fim de alcançar os judeus seculares de esquerda, utilizando supostos ancestrais bíblicos para convencê-los de seus direitos históricos. Ela diz ainda que em 2008 o diretor da campanha esclareceu, em entrevista ao *Jewish News*, que o objetivo era resgatar os valores da fé na liderança judaica e reiterar o

direito do povo judeu aos territórios de Judeia e Samaria.²⁰ Existe, então, um discurso religioso que ainda persiste na manutenção do Estado de Israel e exclusão da população árabe. Essa justificativa religiosa embasa a colonização e a expulsão de palestinos, na medida em que reivindicam territórios habitados por populações judaicas nos tempos bíblicos.

Diversos pesquisadores e pesquisadoras defendem que é necessário ater-se, principalmente, ao caráter político, e não o religioso, da situação entre Israel e Palestina, sobretudo os aspectos de manutenção do poder através de um regime colonial. Entretanto, não se pode ignorar por completo as influências religiosas que compõem o quadro de interpretações acerca das terras palestinas, que hoje são terras “judaicas”. Ainda que os fundadores do sionismo político não fossem pessoas fervorosamente religiosas, utilizaram a religião a fim de convencer as massas judaicas espalhadas pelo globo a “retornar” para a “Terra Prometida”, conforme as profecias bíblicas. Shlomo Sand (2011), pesquisador judeu, questiona: “Como e porque a Bíblia, impressionante biblioteca teológica da qual ninguém sabe verdadeiramente quando suas partes foram redigidas e ordenadas, se tornou um livro de história crível que descreve o nascimento de uma nação?” (SAND, 2011, p. 46).

Apesar de trazer os valores judaicos para o debate, Butler (2017) entende que não se pode utilizar esses valores para condenar o sionismo político porque isso seria admitir a superioridade e exclusividade judaica diante de outras religiões e/ou valores. Ela diz que “[...] igualdade, justiça, coabitação e crítica da violência de Estado só podem continuar sendo valores judaicos se *não* forem exclusivamente valores judaicos. [...] a articulação desses valores deve negar a primazia e a exclusividade do quadro de referência judaico” (BUTLER, 2017, p. 14). Embora a autora aponte para as contradições de se apoiar o Estado de Israel e o sionismo como formas de preservar a judaicidade, visto que os valores judaicos estão ancorados em uma perspectiva de justiça social, ela está ciente de que não se pode utilizar somente estes argumentos para se colocar contra o sionismo político e suas ações violentas contra os palestinos.

De todo modo, a religião não se constituiu sozinha como base no argumento sionista para reivindicar a terra palestina para si. Sob o mito “Uma terra sem povo para um povo sem terra”, os sionistas iniciaram o plano de construção do lar nacional para judeus comprando terras na região palestina, ignorando a presença de meio milhão de árabes que habitavam o local, enquanto buscavam apoio dos ingleses. No final do século XIX, já havia alguns conflitos entre os árabes palestinos e os judeus que chegavam ao território. Entre 1905 e 1914,

²⁰ Corresponde ao território da Cisjordânia.

houve um segundo fluxo migratório, no qual mais de 30 mil judeus imigraram para a Palestina. Era perceptível que o empreendimento sionista já havia começado, visto que “[...] os sionistas começaram a estabelecer seus próprios bancos, escolas e negócios, tornando-se cada vez mais frequente a aparição da bandeira com a estrela de Davi nos estabelecimentos que começavam a formar um Estado judaico dentro do Império Otomano” (GATTAZ, 2002, p.60). Em 1914, já havia 14 comunidades e uma cidade judaica, Tel-Aviv; 85 mil judeus e 580 mil árabes viviam na Palestina nesse momento.

Previendo a decadência do Império Otomano, dois anos antes do final da Primeira Guerra Mundial, em 1916, os países aliados, principalmente a França e o Reino Unido, começavam a planejar secretamente as divisões territoriais de locais que estavam sob domínio otomano. Essas negociações secretas ficaram conhecidas como o acordo Sykes-Picot, em referência aos secretários de Estado Mark Sykes (Inglaterra) e Georges-Picot (França), que conduziram as negociações. Gattaz (2002) aponta que, na mesma época, os sionistas, agora liderados por Chaim Weizmann, buscavam fortalecer relações com os britânicos, visando o estabelecimento do Estado judaico na região da Palestina — área que estava prevista nos acordos Sykes-Picot. Para convencer as lideranças árabes a apoiarem suas aspirações na região e, conseqüentemente, colocarem-se contra o Império Otomano, o governo britânico garantiu que a independência dos territórios seria garantida posteriormente.

Nos dois anos seguintes, enquanto discutiam os destinos dos territórios, Weizmann convencia o governo inglês a lutar pelo domínio da região palestina e apoiar a futura constituição do Estado judaico. Dessa forma, a Inglaterra, ao mesmo tempo em que “apoiava” as lideranças árabes com promessas de independência, apoiava também os sionistas e seu projeto de colonização da Palestina. Gattaz (2002) afirma que

[...] ponto crucial que levou os ingleses a apoiar o projeto sionista foi uma questão importante que surgia entre a opinião pública no início do século: o aumento da imigração judaica proveniente da Europa oriental, que ameaçava a economia da sociedade inglesa com o aumento da oferta de mão-de-obra barata. A preocupação era tamanha que se nomeou uma comissão real para investigar a situação – o que deu oportunidades a Herzl, e depois Weizmann, de divulgar o projeto sionista em Londres (GATTAZ, 2002, p. 14).

Em novembro de 1917, veio à tona o que ficou conhecido como a Declaração Balfour, que explicitava o interesse do governo britânico em apoiar o projeto sionista com o estabelecimento do Estado judeu na região da Palestina. Endereçada de Arthur Balfour, na época Secretário do Exterior Britânico, ao banqueiro sionista, Lord Rothschild, o “bilhete”

também afirmava que “nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas na Palestina ou os direitos e status políticos dos judeus em qualquer outro país” (BALFOUR apud GATTAZ, 2002, p. 43).

Entre os anos de 1918 a 1920, a maior preocupação dos árabes palestinos era combater o avanço sionista na região. Com a Primeira Guerra já encerrada, em 1919, a Liga das Nações (criada logo após o fim da guerra, com o intuito de assegurar a paz entre as nações) assinou a Carta da Liga das Nações que determinou o acordo entre os países que venceram a guerra, decidindo assim que os territórios asiáticos e africanos deveriam ficar, provisoriamente, aos cuidados das chamadas “nações avançadas” para depois alcançarem a autodeterminação. A necessidade da tutela das nações europeias foi justificada “[...] em razão de seus recursos, experiência ou posição geográfica” (Trecho da Carta da Liga das Nações apud GATTAZ, 2002, p. 49). Gattaz (2002) observa que, na referida carta, é visível

[...] a manutenção do conceito de branco civilizador e mesmo o caráter divino desta missão civilizadora - conceitos que no século XVI embasaram o genocídio dos índios da América Central, nos séculos XVII e XVIII justificaram o tráfico de escravos e a escravidão, e nos séculos XIX e XX legitimaram o domínio neocolonial das nações da África e Ásia por parte dos países europeus (GATTAZ, 2002, p. 50).

Em 1920, os Aliados assinaram o Tratado de Sèvres, que determinou a Inglaterra como responsável pela Transjordânia, Palestina e Iraque, o que passou a valer a partir de 1923, com a assinatura do Tratado de Lausanne. Para definir os termos do mandato, Inglaterra, França e os Estados Unidos (países membros do Alto Conselho, responsável pelas tomadas de decisões) deveriam consultar as populações dos territórios. Foi formada uma comissão norte-americana, denominada “King-Crane”, na qual o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, designou os representantes Henry King e Charles Crane para irem a Damasco e se reunirem com o Congresso Geral Sírio, formado por representantes do Líbano e da Palestina. Desta reunião concluiu-se que os desejos da população palestina deveriam ser cumpridos, combatendo o projeto de construção de um Estado judaico na região. Tais resoluções deveriam ser levadas em consideração no momento de definir os termos dos mandatos a serem implementados. O Mandato da Palestina foi aprovado pela Liga das Nações em 1922 e nada disso foi estabelecido. Gattaz (2002, p. 54) ressalta que “O mandato sancionou, entre as potências Aliadas vitoriosas, a Declaração Balfour, e transformou o sionismo em política de Estado britânica, determinando o destino da Palestina”. Além disso,

[...] Nos termos do mandato, nenhuma referência é feita à colaboração dos árabes na administração da Palestina, ou qualquer referência a um corpo político pra servir aos interesses dos habitantes locais, enquanto abundam referências à cooperação da agência judaica na administração e desenvolvimento do lar nacional judeu em território árabe-palestino. Nenhum palestino foi jamais consultado quanto à escolha da nação mandatária, como definido no Artigo 22 da Carta das Nações (GATTAZ, 2002, p.56).

Com o início do Mandato britânico, a partir de 1923, os sionistas começaram a discutir as medidas a serem tomadas para a construção do “lar nacional”. Alguns judeus mostravam-se favoráveis a criação de um Estado binacional, onde os dois povos — judeus e árabes palestinos — seriam respeitados em suas particularidades religiosas e culturais, outros já começavam a pensar na “transferência” de árabes palestinos, a fim de criar um Estado exclusivamente judaico. Surgiu então uma nova vertente do sionismo a partir de um grupo revisionista, liderado por Vladimir Jabotinsky. De caráter ultranacionalista, Jabotinsky introduziu o militarismo ao movimento e fundou o sionismo revisionista. Em 1923, escreveu o livro *A Muralha de Ferro*, no qual deixou bem claro seus objetivos não apenas de conquista e colonização, mas de eliminação do povo árabe palestino através de uma impenetrável “muralha de ferro”.

[...] Tente achar ao menos um exemplo de colonização de um país que aconteceu com o acordo da população nativa. Tal coisa nunca ocorreu. [...] Qualquer povo lutará contra os colonizadores enquanto lhe reste um fio de esperança de que eles possam evitar o perigo da conquista e da colonização. Os palestinos lutarão dessa forma até que não haja mais o menor lampejo de esperança.[...] Enquanto os árabes tiverem a menor esperança de impedirmos, eles não venderão essas esperanças por nenhuma palavra doce nem por nenhum bocado apetitoso, porque não nos enfrentamos com gentalha e sim com um povo, um povo vivo. E nenhum povo faz concessões tão grandes sobre questões tão decisivas, a não ser quando não lhes resta nenhuma esperança, até que tenhamos tampado qualquer brecha na muralha de ferro (JABOTINSKY apud SCHOENMAN, 2008, p. 58-60).

Os palestinos continuavam excluídos do debate que decidiria o futuro de suas vidas, uma vez que os sionistas desejavam a transferência desses para outro local. Além disso, as terras palestinas eram constantemente desapropriadas, fazendo com que perdessem seus modos de vida e subsistência. Houve, então, uma intensa revolta árabe que reclamava a falta de representação nas instâncias administrativas. Os primeiros protestos ocorreram entre 1918 e 1921, sendo ainda mais violentos a partir de 1920, o que resultou em centenas de mortes de árabes, ingleses e judeus. Em 1929, a situação ficou ainda pior quando foi iniciada uma

disputa pelo controle dos santuários de Jerusalém. Gattaz (2002, p. 64) observa que “Apesar da religião ter sido a causa inicial da luta, os árabes eram motivados pela falta de representatividade na administração e por problemas de ordem econômica, pois os camponeses viam-se desalojados das terras que cultivaram durante séculos, sem direito a emprego nos empreendimentos judaicos”.

Com 90% das concessões destinadas para os judeus, houve uma intensa desestabilização econômica do povo árabe. Além disso, como donos da grande maioria das empresas, os judeus contratavam apenas outros judeus, excluindo os palestinos e gerando um grande desemprego entre a população nativa.

Ao final de 1929, vendo a continuação dos conflitos, o governo britânico estabeleceu a Comissão Shaw para avaliar a situação dos conflitos e descobrir as razões da “intolerância” por parte dos árabes. Tal intolerância foi entendida, pelos integrantes da Comissão Permanente dos Mandatos, como uma reação dos árabes não aos judeus, e sim aos ingleses. As conclusões da comissão culminaram na publicação do memorando Passfield White Paper, em outubro de 1930. O documento, elaborado por Lord Passfield, Secretário de Estado do Colonial Office da época, “sugeriu a retomada da autoridade britânica sobre as questões de imigração e transferência de terra, que haviam sido dominadas pela Agência Judaica, e a criação de um conselho legislativo palestino” (GATTAZ, 2002, p.65). Entretanto, o documento foi negado pelos sionistas e seus aliados, e a situação se manteve da mesma forma: sem restrições de terras e de imigração para os judeus, e nenhuma participação dos árabes nas decisões.

Em 1935, foi fundado o Alto Comitê Árabe, sob liderança do Mufti Haj Amin, líder espiritual e político. A partir daí, os palestinos começaram a boicotar estabelecimentos sionistas e se recusaram a pagar impostos aos britânicos. Entre 1936 e 1939 houve um intenso levante árabe armado, incluindo greve geral, desobediência civil e não pagamento de impostos. Diante da revolta árabe, não demorou para que os britânicos criassem a lei marcial, que criminalizava qualquer suspeito de participar de greves ou outras formas de levante popular. “Qualquer suspeito de organizar ou simpatizar com a greve geral ou com outras formas de resistência era detido. Casas foram explodidas em toda a Palestina. Um grande setor da cidade de Jaffa foi destruído pelos britânicos em 18 de junho de 1936, deixando 6 mil pessoas desabrigadas” (SCHOENMAN, 2008, p. 67).

Durante os primeiros meses da rebelião, enquanto ainda durava a greve geral, os árabes atacaram tropas e postos policiais britânicos e assentamentos judeus, sabotando rodovias, ferrovias e oleodutos construídos pelos sionistas e ingleses. A administração

britânica trouxe reforços da Inglaterra, Egito e Malta para controlar a situação, impondo toques de recolher, prisões em massa, multas coletivas, e destruições de casas, além de apelar aos demais líderes árabes para que interviessem em favor do final da greve. Os britânicos também recorreram aos sionistas para conter os protestos árabes, o que originou uma força “quase policial” que integrava sionistas e britânicos fortemente armados e treinados em organizações nomeadas como “Defesa das Colônias Judias” e “Polícia da Colônia”. (SCHOENMAN, 2008, p. 68). Os sionistas investiram no que viria a se tornar um poderoso exército israelense anos mais tarde. Ghassan Kanafani (2015, p. 81) observa que “foi durante os anos da revolta — 1936-1939 — que o colonialismo britânico jogou todo o seu peso em executar a tarefa de apoiar a presença sionista e colocá-la de pé”.

Uma comissão foi formada e chefiada por Lord Robert Peel, ex-secretário de Estado da Índia, para investigar as causas da revolta árabe. Na ocasião, os árabes solicitaram a formação do Estado da Palestina, independente e livre de quaisquer dominações. A comissão, diante disso, apenas recomendou a partilha da Palestina entre os dois povos, o que nem os árabes e nem os judeus desejavam. Os árabes, então, continuaram protestando contra as instituições inglesas e sionistas. A repressão foi intensa e levou ao banimento do Alto Comitê Árabe, com os líderes sendo presos e deportados, 58 árabes condenados à morte e centenas de militantes à prisão perpétua. O governo britânico, talvez percebendo o tamanho do conflito que financiava, convocou uma conferência que reuniu árabes, judeus e ingleses, em Londres. A iniciativa fracassou e foi criado um novo White Paper, que negava a intenção da Inglaterra em criar um Estado judeu e traçava o objetivo de estabelecer um Estado palestino independente dentro de dez anos, além de restringir a imigração judaica a 75 mil pessoas nos cinco anos seguintes.

Na realidade, essa repentina intervenção britânica, tinha relação com a Segunda Guerra que se aproximava, na qual a Inglaterra possuía interesse no apoio dos árabes contra o Eixo. Gattaz (2002) observa que “[...] assim como na Primeira Guerra, uma vez passado o conflito, as promessas feitas aos árabes foram mais uma vez ignoradas” (GATTAZ, 2002, p.73). Essa mudança desagradou os sionistas, que começaram a buscar o apoio dos Estados Unidos.

Ironicamente, durante a Segunda Guerra Mundial, o sionismo ganhou ainda mais força. Com 6 milhões de judeus mortos pelas políticas de extermínio de Adolf Hitler, os sobreviventes do Holocausto foram induzidos a migrar para a Palestina, com a promessa do “lar nacional para judeus” (GATTAZ, 2002, p. 81). Mais de 20 mil judeus imigraram ilegalmente entre os anos 1939 e 1943. Contrários às determinações do White Paper, em

1942, os sionistas, através da Declaração de Biltmore, manifestaram publicamente o desejo de criar o Estado judeu através de intensa imigração de judeus que estavam nos campos de concentração nazistas.

Ralph Schoenman (2008) aponta que parcerias importantes foram seladas entre nazistas e sionistas. “Os fundadores do sionismo desesperavam-se em combater o antissemitismo e, paradoxalmente, consideravam os próprios antissemitas como aliados, porque compartilhavam com eles o desejo de arrancar os judeus dos países em que viviam. [...] o movimento sionista passou a olhar os antissemitas como seus mais confiáveis patrocinadores e protetores” (SCHOENMAN, 2008, p. 102). Ainda segundo o autor, essa relação se deu de tal forma que os sionistas recusaram-se a resgatar judeus do Holocausto, pois sabiam que esses refugiados não consideravam a Palestina como um destino, e sim a América ou outros países da Europa.

Schoenman (2008) não é o único que acredita que o Holocausto foi um fator determinante para convencer a todos que um Estado judaico era necessário e justo, mesmo que a construção deste implicasse em uma dispersão (ou até eliminação) dos habitantes locais, os palestinos. Sand (2011) aponta, ironicamente, que “Sem o terrível extermínio perpetrado por Hitler, ‘Eretz Israel’ (a terra de Israel) seria rapidamente povoada de milhões de judeus que teriam voluntariamente imigrado ali, pois sonhavam com isso havia mais de 2 mil anos. Em todo caso, é o que acreditam ainda hoje inúmeros israelenses” (SAND, 2011, p. 40). Muitos judeus não sentiam a necessidade de um lar nacional, apenas gostariam de seguir seus ritos religiosos e continuar pertencendo às nacionalidades de nascença. Com o nazismo e o Holocausto, os sionistas viram uma oportunidade de convencer estes judeus de que era necessário um Estado judaico. Segundo Butler (2017):

Embora seja ensinado com muita frequência que Israel se tornou uma necessidade ética e histórica para os judeus durante e após o genocídio nazista, Arendt e outros acreditavam que a lição a aprender com o genocídio é de que os Estados-nação jamais deveriam se fundamentar por meio da despossessão de populações inteiras que não se encaixam na ideia purificada da nação. E para os refugiados que nunca quiseram ver de novo a despossessão em nome da pureza nacional ou religiosa, o sionismo e suas formas de violência de Estado não foram a resposta legítima às necessidades prementes dos refugiados judeus (BUTLER, 2017, p. 33).

Ao final da Segunda Guerra, os Estados Unidos eram um dos principais apoiadores da causa sionista, não por simpatia religiosa, e sim por interesses políticos e econômicos. Por

exemplo, reservas energéticas que estavam na região da Península Arábica²¹ e o interesse de Harry S. Truman, que assumiu a presidência em 1945 e desejava conquistar votos dos judeus norte-americanos nas eleições presidenciais de 1948.

Em uma comissão conjunta, a Inglaterra e os Estados Unidos começaram a discutir o futuro dos judeus sobreviventes do Holocausto. O resultado foi um relatório da Comissão de Inquérito que autorizava, em 1946, a transferência de 100 mil judeus para a Palestina, bem como a rescisão da Lei de Transferência de Terra,²² de 1940 (GATTAZ, 2002, p. 80). Porém a Inglaterra deu um passo atrás e alegou que não poderia concordar com os termos de imediato, propondo novas negociações.

Tanto os Estados Unidos quanto os sionistas viam nos refugiados judeus uma importante propaganda para a construção do lar nacional judeu. Diante da comoção internacional com os sobreviventes do Holocausto, ficou mais difícil para os árabes convencerem qualquer um que a ocupação era um erro e violava seus direitos.

1.1.1. A partilha malsucedida e o avanço sionista

Em 1947, diante da tensão crescente, enquanto os sionistas investiam no terrorismo para pressionar os árabes e os ingleses, a Inglaterra decidiu encaminhar o problema para a Organização das Nações Unidas (ONU) e ameaçou abandonar o mandato antes do prazo acordado. Ao mesmo tempo, representantes da administração inglesa já começavam a sair da Palestina. No início do ano, o sucesso da criação do lar nacional já era considerado realidade para os judeus sionistas. Por outro lado, os árabes palestinos, temendo a concretização do plano sionista, começaram a se rebelar. A Inglaterra alegava a incapacidade em resolver o conflito instaurado entre árabes e judeus e decidiu deixar o problema para a ONU. Sendo assim, em abril de 1947 foi feita uma Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, ministro plenipotenciário na época, para decidir os próximos passos.

Inicialmente foi criado o Primeiro Comitê, no qual a pauta era a questão dos refugiados judeus, ainda que a Palestina não fosse a responsável pela perseguição judaica. A Agência Judaica, por outro lado, insistiu no assunto dos refugiados judeus, a fim de obter a comoção da ONU e dos integrantes do comitê. Em maio de 1947, foi criado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, sem a participação do Alto Comitê Árabe

²¹ Abrange os territórios da Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Omã e Kuwait, além de partes da Jordânia e Iraque.

²² Referente ao memorando de 1939, que continha restrições relativas às aquisições de terras e imigração.

Palestino, o que resultou em termos que não colocavam em questão a independência palestina. Em contrapartida, organizações sionistas contavam com a defesa do advogado David Ben-Gurion, que reafirmava o “direito” dos judeus sobre as terras palestinas como um todo (GATTAZ, 2002, p. 91). Sem conseguir chegar a unanimidade, mais um comitê foi criado em setembro do mesmo ano; o Comitê Ad Hoc, dessa vez com a participação do Alto Comitê Árabe Palestino. Tal comitê aprovou, ao invés da independência palestina, a partilha do território entre os povos judeu e palestino, através da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU,²³ de 27 de novembro de 1947. A partilha deveria ocorrer até o término do mandato britânico, em outubro de 1948. O território foi dividido em três partes para o Estado judeu e três para o Estado árabe; uma sétima área, Jaffa, formaria uma enclave árabe em território judeu, enquanto Jerusalém deveria ser administrada pelas Nações Unidas (GATTAZ, 2002, p. 95).

Os problemas da partilha eram muitos e destacam-se dois: os anseios palestinos não foram levados em consideração e o número de árabes palestinos e judeus vivendo na região era profundamente desigual, sendo que a maioria era árabe. Além disso, até 1947, os judeus possuíam 5,8% de terras, e na partilha conquistaram o direito de ocupar 56% da região. Entretanto, mesmo com todas as injustiças presentes na decisão de dividir o território em dois, os acontecimentos posteriores comprovaram que, para os sionistas, a partilha era apenas um meio de ocupar o território palestino quase em sua totalidade, pois o que se seguiu foi uma sequência de sangrentas invasões nas aldeias palestinas, através do Plano Daillet (Plano D), em abril de 1948. O plano utilizava forças armadas do exército israelense e as frentes paramilitares Haganah, Irgun e Stern, com o objetivo de disseminar o pânico entre os árabes, forçando-os a deixar suas terras.

Pappé (2016) afirma que os sionistas tinham em mãos, desde os anos 1930, um arquivo que constava um mapeamento de todas as vilas palestinas, além de informações sobre as famílias que lá residiam, incluindo o “índice de hostilidade” e a possível presença de armas nos locais (PAPPÉ, 2016, p. 39). Esse documento foi realizado e atualizado até pouco antes da fundação do Estado de Israel e foi utilizado para planejar os ataques das aldeias palestinas na execução do Plano D.

A primeira invasão que seguia as diretrizes do Plano D aconteceu na pequena vila palestina Deir Yassin, que estava localizada a cerca de dois quilômetros a oeste de Jerusalém,

²³ A data da votação foi adiada duas vezes, o que deu tempo aos sionistas de ampliarem sua propaganda e influenciar o voto de diversos representantes. Além disso, o presidente norte-americano, Truman, ameaçava quebra de alianças com os países que não votassem a favor da partilha.

próxima a vários assentamentos judeus. O líder religioso (*muktar*, em árabe) de Deir Yassin havia feito um acordo com a comunidade judaica, temendo que a vila fosse invadida. Tal acordo “impedia” que forças judaicas praticassem atos de violência contra os moradores do local, o que foi levado a sério pelo *muktar*, que negou a presença de forças árabes armadas na aldeia (GATTAZ, 2002, p. 109). Em abril, ocorreu então a Operação Unidade, que tinha como objetivo abrir um corredor entre Jerusalém e Tel-Aviv. Na madrugada do dia nove do mesmo mês, 120 homens sionistas (GATTAZ, 2002, p. 110) iniciaram o ataque em Deir Yassin que deixou 254 civis palestinos mortos e quatro mortos entre os invasores (GATTAZ, 2002, p. 112). “Conforme irrompiam no vilarejo, os soldados judeus coalhavam as casas de tiros de metralhadora, matando muitos de seus habitantes. Os aldeões sobreviventes foram então reunidos em um único lugar e assassinados a sangue frio, com seus corpos violados enquanto uma grande quantidade de mulheres era estuprada e depois morta” (PAPPÉ, 2016, p. 110).

Além da aldeia Deir Yassin, Soraya Misleh Matos (2013), em *Qaqun: história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948*, conta sobre o vilarejo atacado em junho de 1948. No local, como nas demais aldeias, viviam famílias camponesas que possuíam uma vida tranquila, dependendo apenas de suas plantações e mantendo relações próximas com toda a comunidade vizinha. “A maioria da população de *Qaqun* saiu com a roupa do corpo, não teve tempo de levar nada. Mesmo assim, muitos palestinos fizeram questão de carregar consigo a chave de suas casas, na esperança do retorno [...]” (MATOS, 2013, p. 86). Não apenas os ex-moradores de *Qaqun*, como os de todas as outras regiões atacadas em 1948, em sua grande maioria, também carregam as chaves de suas casas até hoje. O simbolismo da chave que é carregada até hoje e da luta pela liberdade que continua, contrapõe o que Ben Gurion, na época primeiro-ministro israelense, afirmou: “os mais velhos morrerão e os mais jovens esquecerão”.

De 475 vilarejos palestinos, 385 foram completamente destruídos (SCHOENMAN, 2008, p. 73), além disso, as áreas urbanas como Haifa e Jaffa, previstas na partilha como áreas palestinas, e Jerusalém, de administração internacional, também foram alvos de ataques. O terror foi espalhado com a força física e psicológica – os sionistas espalharam o medo através de rádios clandestinas, por exemplo —, que forçaram cerca de 40 mil palestinos em Haifa, e 70 mil em Jaffa, a abandonarem suas casas. Entre novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, “[...] cerca de 250.000 palestinos tornaram-se refugiados, abrigando-se nas cidades palestinas que ainda não haviam sido tomadas pelos sionistas, ou nos países vizinhos, especialmente Transjordânia, Líbano e Síria” (GATTAZ, 2002, p.117). Até 1980, a versão mais conhecida

de 1948 era de que os palestinos saíram de suas casas por conta própria (MATOS, 2013, p. 16). Entretanto, até os dias de hoje a versão palestina é pouco conhecida e não obtém quase nenhum espaço na mídia, por exemplo.

A independência de Israel foi declarada em maio de 1948 e Chaim Weizmann foi eleito o primeiro presidente do Estado. Diante disso, a Liga Árabe reuniu soldados de cinco países árabes para formar uma resistência. O exército israelense, formado por 63 mil homens (GATTAZ, 2002, p. 126) seguiu ocupando as regiões que não lhes eram destinadas na partilha. Ainda em maio, a ONU ordenou um cessar fogo e foi enviado o Conde Folke Bernadotte de Wisborg, a fim de elaborar um plano de paz para a região. O plano propôs o retorno de todos os refugiados palestinos aos seus lares e recomendou também a limitação da imigração judaica (GATTAZ, 2002, p. 126). Eram cerca de 250 mil refugiados palestinos que, mesmo com as ocupações, acreditavam que tudo era temporário e o exército árabe conseguiria deter o avanço israelense em suas terras que cultivaram durante anos. O exército judaico prosseguia com a matança deliberada de homens e a expulsão de mulheres, crianças e idosos para as fronteiras. Em setembro do mesmo ano, o Conde foi assassinado pela Stern e substituído por Ralph J. Bunche, que acabou por dar a vitória a Israel em um acordo que lhes dava o direito de permanecer com as terras ocupadas, exceto a Faixa de Gaza; e um cessar fogo temporário entre Israel, Egito, Líbano, Transjordânia e Síria (GATTAZ, 2002, p. 132). O número de refugiados palestinos em países vizinhos já chegava a meio milhão em 1949; contando com os que ficaram nas regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza, beiravam os 726 mil. O êxodo palestino ficou conhecido entre os refugiados como uma catástrofe — *al-Nakba*, enquanto para Israel, o evento é chamado de Guerra da Independência.

1.1.2. Mais violência e mais assentamentos judaicos

Após 1948, há dois eventos que merecem destaque para caracterizar a brutalidade israelense: a Guerra dos Seis Dias (1967) e o massacre de Sabra e Chatila, no Líbano (1982). Uma espécie de “nova *Nakba*” ocorreu em 1967, com a Guerra dos Seis Dias. Ao passo em que surgiu o partido sírio Baa’th, que defendia a criação de um único Estado árabe — ideia difundida no Líbano, Jordânia, Iraque e países da Península Arábica — surgiu, em 1964, a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). O exército israelense, entre 1964 e 1967, em retaliação aos ataques da OLP nas fronteiras do Egito, Jordânia, Síria e Líbano, demoliu a cidade de Samu, na Jordânia, local onde os israelenses acreditavam abrigar as unidades do Exército da Libertação Palestina, comando militar da OLP (GATTAZ, 2002, p. 141). Em uma situação insustentável de violência entre Israel e os países vizinhos, em maio de 1967,

surgiram rumores de que Israel estaria planejando invadir a fronteira síria (GATTAZ, 2002, p. 141). Atentos ao que poderia ser um novo ataque israelense, dessa vez com o aparato estadunidense, Egito, Síria e Jordânia formaram um comando unificado. Assim foram dadas as condições para a Guerra dos Seis Dias.

Alegando uma invasão árabe, Israel realizou um ataque surpresa, em junho de 1967, que destruiu as forças aéreas da Síria e do Egito. Em seis dias, o exército israelense atacou novamente o deserto do Sinai e a Faixa de Gaza, ocupou Jerusalém, as Colinas de Golã e toda a Cisjordânia. Mais uma vez, os palestinos foram os mais prejudicados, visto que Israel ocupou ainda mais territórios, expulsando árabes de suas casas. De 1,4 milhão de palestinos, “500.000 tornaram-se refugiados - muitos pela segunda vez, pois haviam buscado abrigo nessas áreas [Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental] após o êxodo de 1948” (GATTAZ, 2002, p. 146). Eram cerca de 1,5 milhão de palestinos no exílio.

Após 1967, a relação entre Israel e Estados Unidos ficou ainda mais estreita e, até hoje, os norte-americanos são os principais apoiadores do Estado de Israel, fornecendo armamento e recursos financeiros para a sua manutenção. Segundo Said (2012, p. XXVII), “[...] a ajuda norte-americana aumentou geometricamente de 70 milhões de dólares por ano no fim da década de 1960 para mais de 5,1 bilhões de dólares anuais quinze anos depois. O total estimado da ajuda repassada a Israel entre 1967 e 1991 é de inacreditáveis 77 bilhões de dólares”. Em um novo conflito entre árabes e israelenses, em outubro de 1973, cujo alvo principal de Israel era o Egito, na época presidido por Anwar al-Sadat, Israel conquistou mais territórios nas Colinas de Golã e parte do território egípcio na Península do Sinai.

No início dos anos 1970, a OLP, após ser expulsa da Jordânia, estabeleceu-se em Beirute, no Líbano. O país abrigava cerca de 250 mil refugiados palestinos que viviam em campos de refugiados ou em periferias; parte deles vinha do êxodo de 1948, outros de 1967. Os palestinos não tinham direito à cidadania na grande maioria dos países árabes, e no Líbano não era diferente. Sem direitos e sem infraestrutura destinada para atender a população de refugiados palestinos no país de exílio, a OLP construiu uma rede assistencial que buscava atender os moradores dos acampamentos.

A OLP, presidida por Yasser Arafat, já se configurava como uma importante organização de representação palestina, com direito a participar da tomada de decisões e negociações na ONU. Diante de um pequeno risco de uma possível instauração do Estado palestino, Israel usou a tentativa de assassinato do embaixador israelense em Londres para atacar as bases da OLP no Líbano, visando sua completa destruição. Em junho de 1982, a operação israelense, ironicamente denominada “Paz para a Galileia”, visava a desarticulação

da OLP e o apoio ao estabelecimento de um governo central no Líbano, ao lado de Bashir Gemayel, líder libanês de extrema-direita. Os ataques para acabar com a liderança palestina, cujo planejamento foi encabeçado pelo general Ariel Sharon, aconteceram durante meses e deixaram consequências drásticas no país. A cidade de Beirute permaneceu sitiada por 70 dias enquanto Israel realizava intensos bombardeios. Vendo a destruição da cidade, líderes libaneses começaram a pressionar a OLP, o que levou Arafat, cerca de 8 mil guerrilheiros palestinos, 2.600 soldados do Exército da Libertação Palestina e 3.600 soldados sírios abandonarem a cidade sob a condição de que as famílias palestinas fossem protegidas por uma força multinacional (GATTAZ, 2002, p. 163). Os militantes palestinos foram recebidos na Síria e na Tunísia.

Ainda assim, com medo de que ainda houvesse líderes da OLP em Beirute, o exército israelense ocupou as regiões sul e oeste da cidade e permitiu o massacre dos acampamentos palestinos Sabra e Chatila, realizados por milícias cristãs-libanesas lideradas por Bashir Gemayel, assassinado dois dias antes do ataque. Foram 2.700 palestinos mortos durante o ataque. Sharon, ministro da defesa israelense, foi apontado como responsável pelo massacre e renunciou ao cargo. Apenas em 1985 Israel viria retirar suas tropas do Líbano.

Nos anos 1980, a situação continuava com a criação de mais assentamentos judaicos, enquanto os palestinos em territórios ocupados sofriam todo tipo de violação de seus direitos básicos, como “[...] as políticas de deportação, tortura de detidos, prisões em massa, demolições de casas, espancamento e assassinato de pessoas inocentes — dentre elas crianças, mulheres e idosos — e humilhação dos palestinos em sua vida cotidiana através de revistas arbitrárias, bloqueios, toques de recolher, fechamento de escolas e instituições comunitárias, etc.” (GATTAZ, 2002, p. 168). Na realidade, a situação não é muito diferente do que ocorre atualmente nos territórios ocupados por palestinos. Mesmo após duas intifadas, os acordos de paz de Oslo e Camp David, a população palestina continua sem um Estado próprio independente e é alvo constante de perseguição, tortura, prisão e expulsão.

1.2 Colonização e orientalismo

A palavra “colonização” e suas derivações é bastante presente nas análises de pensadores e pensadoras que se dedicam a estudar a causa palestina. Dessa forma, pode-se afirmar que o processo de desumanização e aniquilamento em massa do povo palestino é parte do projeto sionista que possui bases coloniais. Uma colonização é quando uma nação procura manter sob seu domínio uma outra nação e território, exercendo o domínio também nos setores econômico, político e cultural. Além disso, existe um discurso da nação

colonizadora que afirma ser necessário “salvar” a população nativa do território alvo da colonização, pois tal população não tem capacidade de garantir condições de sobrevivência por ser retrógrada e selvagem.

Na Palestina, a colonização se deu em diferentes estágios. Primeiro, sob o jugo do Império Otomano, depois pelos britânicos e, por fim, pelos sionistas. Em relação aos dois últimos, Said (2012) aponta que ambos estavam ancorados em uma visão de missão civilizatória, colonialista e racista, sobre um povo que era visto ou como inexistente ou como insignificante. A construção da representação dos árabes palestinos como um povo atrasado se deu de diversas formas e é um dos motivos pelos quais até hoje o mundo ocidental encare, muitas vezes, os palestinos como parte de uma massa de terroristas e antisemitas que desejam destruir os israelenses. Por outro lado, os sionistas construíram suas imagens como representantes da paz e do progresso, “uma civilização de luz e suavidade no mar negro islâmico” (SAID, 2012, p. 29).

A partir de Said (2012), é possível compreender as proximidades do sionismo com o colonialismo europeu, resguardando as devidas particularidades do que ocorreu na Palestina desde a fundação do Estado de Israel — e até antes. Se na visão colonial europeia os povos nativos estavam incluídos na missão civilizatória — como mão de obra explorada e escravizada — no caso do sionismo e sua incursão colonial na Palestina, os nativos foram invisibilizados, como se de fato não existissem. Mas não havia como simplesmente ignorar a presença de mais de meio milhão de árabes vivendo na região palestina, então era necessário torná-los descartáveis e sem valor. Said (2012, p. 77) afirma que “Em muitos casos [...] há uma clara coincidência entre as experiências dos árabes-palestinos nas mãos do sionismo e as experiências de negros, amarelos e pardos que os imperialistas do século XIX descreveram como inferiores e subhumanos”. O autor também sublinha que, desde o início, o próprio movimento sionista se afirmou enquanto um movimento colonial.

A parceria do sionismo com uma atitude imperialista e colonial também se deu no processo de caracterização dos árabes-palestinos que viviam na região que se tornaria o Estado judeu. Neste ponto, Said (2012, p. 81) destaca que, visto que a população nativa da Palestina já era encarada, através de uma perspectiva europeia, como inferior aos brancos e ocidentais, a tarefa de estigmatizar essas pessoas não se mostrou tão difícil ao longo dos anos. O autor insiste também que é necessário ter em mente que os judeus sionistas eram homens brancos e europeus, portanto também faziam parte de uma nação que se colocava como superior aos outros povos do mundo. E somente através desta nação superior, os territórios não europeus poderiam prosperar e alcançar o desejado progresso civilizatório e econômico.

Tal progresso viria com a correta utilização da terra, como aponta Said (2012). Desse modo, os povos “incivilizados” não eram considerados capazes de tornar suas próprias terras produtivas e lucrativas e somente os europeus poderiam fazê-lo. Essa mesma justificativa foi utilizada pelo sionismo na Palestina, que foi diversas vezes reafirmada sob o lema “fazer florescer o deserto”. Said (2012) afirma que

O imperialismo era a teoria, o colonialismo era a prática de transformar os territórios vagos e sem utilidade do mundo em versões úteis da sociedade metropolitana europeia. Tudo que sugerisse desperdício, desordem, recursos não contados deveria ser transformado em produtividade, ordem, riqueza tributável, potencialmente desenvolvida (SAID, 2012, p. 88).

Fundamental para compreender o êxodo palestino que existe até os dias atuais, o ano de 1948, para Weizmann (primeiro presidente de Israel), “foi uma limpeza milagrosa da terra, a milagrosa simplificação da missão de Israel” (WEIZMANN apud SAID, 2012, p. 26). A afirmação, de cunho racista, feita por Weizmann indica que os palestinos estavam (e ainda estão) inseridos em um plano de eliminação, sendo esta eliminação considerada uma limpeza. O ano de 1948 foi também o ano em que a Palestina deixou de estar sob o domínio colonial britânico e passou para o domínio colonial sionista. Entretanto, na Palestina o colonialismo se dá de uma maneira diferente, pois as ambições sionistas não se resumem a utilizar a mão de obra, mesmo que de forma exploratória, dos árabes palestinos. O plano consiste em exterminá-los, dissipá-los, expulsá-los, ou ainda, transferi-los para que exista somente uma nação judaica no que hoje é chamado de Estado de Israel.

O movimento sionista tem como objetivo declarado não somente explorar o povo palestino, mas também dispersá-lo e expropriá-lo. A intenção era substituir a população nativa por uma nova comunidade de colonos, expulsar os camponeses, os artesãos e a população urbana da Palestina e substituí-los por uma força de trabalho completamente nova composta por colonos (SCHOENMAN, 2008, p.47).

Na tentativa de substituir toda a população nativa pela população de colonos judeus, era necessário repetir incessantemente que os árabes-palestinos eram aqueles de “lá”, que estavam fora, além, às margens, não pertenciam àquele local. Embora os estrangeiros fossem os judeus europeus, era como se os palestinos estivessem invadindo uma terra que fora habitada por uma maioria judaica há dois mil anos. Também nesta classificação entre invasores e vítimas que o Estado de Israel soube bem conduzir, estava implícita a relação entre Oriente vs. Ocidente. Israel representando o Ocidente civilizado frente à barbárie do

Oriente, “[...] exceto que o sionismo, como movimento ocidental vanguardista e redentor, confrontava-se com o Oriente *no* Oriente” (SAID, 2012, p. 101). A ironia que Said pontua reside também no fato de que até hoje o Estado de Israel é visto como a única democracia no Oriente. Cômica, o Estado judaico faz parte da lista de países europeus na Federação Internacional de Futebol (FIFA) e na Organização Mundial da Saúde (OMS) e não da lista de países asiáticos.

Apesar de a humanidade ter sido dividida e racializada através de inúmeros processos coloniais, realizados por europeus, ainda paira a insistência em pensar o mundo em categorias separadas entre Oriente e Ocidente. Quem está no Ocidente tende a imaginar o Oriente atrelado ao atraso, à selvageria, ao terrorismo e à religião islâmica — esta é tida, ainda, como extremista. O orientalismo, tratado por Said (2007) é um exemplo de como a epistemologia eurocentrista está presente em nossa compreensão sobre Nós e Outros — especificamente os outros orientais. Said (2007, p. 34) nos diz sobre “a hegemonia das ideias europeias sobre o oriente, que por sua vez reiteravam a superioridade europeia sobre o atraso oriental, desconsiderando normalmente a possibilidade de que um pensador mais independente ou mais cético pudesse ter opiniões diferentes sobre a questão”. A própria noção de Oriente pode ser debatida de um ponto de vista mais crítico, visto que a construção desse Oriente foi uma designação europeia. “[...] lugares, regiões, setores geográficos, como o ‘Oriente’ e o ‘Ocidente’, são criados pelo homem. [...] o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente” (SAID, 2007, p. 31).

Desde antes do mandato britânico, os árabes-palestinos foram encarados como parte de uma massa homogênea de seres potencialmente inferiores, mas que habitavam terras extremamente férteis. Foi colocado que esse povo, tido como retrógrado, precisava de uma intervenção de uma nação superior, como a Grã-Bretanha, para que pudesse progredir. A Palestina era alvo de um projeto de “reconstrução”, por mais que já estivesse habitada e que a maioria de seus habitantes possuísse uma relação excepcional com a terra e as plantações. Para Said (2012), uma das evidências da construção de tal superioridade europeia pode ser observada na Declaração de Balfour:

[...] a declaração foi feita: (a) por uma potência europeia; (b) sobre um território não europeu; (c) em completo desrespeito tanto à presença quanto aos desejos da maioria nativa que residia nesse território; e (d) na forma de uma promessa desse mesmo território a um grupo estrangeiro, de modo que este poderia, de modo bastante literal, *transformar* esse território numa pátria para o povo judeu (SAID, 2012, p. 18).

Ainda segundo Said (2012, p. 19), fica evidente “[...] o direito soberano de um poder colonial de dispor de um território como achar mais apropriado”. Como já dito, essa “intervenção” europeia implicava a compreensão dos nativos como seres inferiores à superioridade intelectual e moral da Europa. Em uma carta de Weizmann para Balfour, de 1918, alguns dos adjetivos utilizados para caracterizar os árabes da Palestina foram: “natureza traiçoeira do árabe”, “corruptos e ineficientes”, “arrogante” e “debochado”. São adjetivos como esses que construíram e estabeleceram as fronteiras entre *Nós*, ocidentais (e europeus, no caso), e *Eles*, orientais (e árabes). Essas construções sobre o Oriente datam de muito tempo, como explicita Said (2007) em sua obra *Orientalismo*. O autor afirma que, dentre os aspectos que estabelecem as diferenças entre Ocidente e Oriente, “há o tema do Oriente como algo que insinua perigo. A racionalidade é solapada pelos excessos orientais, aqueles opostos misteriosamente atraentes do que parecem ser os valores normais” (SAID, 2007, p. 95). A narrativa que se estabeleceu em relação aos árabes, ao islã, ao Oriente Médio (colocados todos no mesmo “saco”), é de que são sujeitos de alta periculosidade, com pitadas de sensualidade e mistério. Concebido como um inimigo da civilização, o mundo árabe é sucessivamente alvo de preconceitos e parece ter a racionalidade sempre posta em xeque. Essa construção de um inimigo ficcional é feita a partir do Ocidente, porque o orientalismo diz respeito não ao Oriente, mas a um conhecimento que parte dos ocidentais para os ocidentais. Não há espaço para que o Oriente represente a si mesmo. No caso da Palestina, ocorre uma fusão entre orientalismo, sionismo e colonialismo. O povo árabe-palestino foi desumanizado para que a sua eliminação fosse justificável, tais modos de compreensão do Outro estão ligados à perspectivas eurocêntricas que balizaram as incursões coloniais em diversos territórios do mundo.

O sionista une-se ao europeu branco contra o oriental de cor, cuja principal reivindicação política parece ser apenas quantitativa (seu número bruto) ou, do contrário, carente de qualidade; e o sionista – porque “conhece a mente oriental por dentro” – também representa o árabe, fala por ele, explica-o ao europeu. Sionistas e europeus têm em comum o ideal da honestidade, da civilização e do progresso, nada que o oriental seja capaz de compreender (SAID, 2012, p. 33).

Fábio Bacila Sahd (2014) aponta alguns paralelos entre a invasão sionista na Palestina e a expropriação de várias comunidades indígenas no Paraná no século XX. Ele afirma que em ambas as incursões coloniais as justificativas se basearam em um racismo da época que

acompanhava o pensamento europeu desde o início da modernidade e visava desumanizar os povos negros, indígenas e orientais. Além disso, o historiador afirma que, tanto na Palestina como no Paraná, a invasão do território foi realizada sob alegações de uma terra vazia e improdutiva, dizimando as populações nativas em nome de uma expansão econômica e capitalista. Portanto, existe uma série de semelhanças entre os colonialismos empregados em nome de uma superioridade branca e europeia em todo o mundo.

Retomando Said (2012, p. 34), “O que importava eram os ideais etnocêntricos que foram apropriados pelo sionismo e que valorizavam a superioridade do homem branco e seu direito sobre territórios considerados consoantes com esses ideais”. A hegemonia do eurocentrismo ultrapassa o território europeu e domina o conhecimento em todo o Ocidente. Assim, foi construído um inimigo a ser combatido de todas as formas possíveis: o homem árabe e, neste caso, o homem árabe palestino colonizado. Frantz Fanon (1968) reflete sobre o mundo colonial em sua obra *Os condenados da Terra*, na qual também reitera que a construção de um inimigo é fundamental para o colono. Transformar o colonizado em uma figura demonizada é um dos motores que faz o colonialismo funcionar em sua forma mais violenta — simbólica e fisicamente.

Não basta ao colono limitar fisicamente, com o auxílio de sua polícia e de sua gendarmaria, o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. A sociedade colonizada não é apenas descrita como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor jamais habitaram, o mundo colonizado. O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, usemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é o mal absoluto. Elemento corrosivo, que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas (FANON, 1968, p. 30-31).

O mundo do colonizado é então descrito como repleto de seres inumanos, fétidos, animais grotescos, sem qualquer resquício de civilidade, perigosos. Esses adjetivos foram incutidos na mente ocidental de tal forma que até hoje reverberam de diversas maneiras, seja na mídia ou nos livros de História. O resultado disso é que se justifica o massacre de milhares de pessoas sob o manto de uma limpeza que precisa ser realizada para que o mundo possa viver em paz, livre dos inimigos da ordem.

1.3 Nomeando os acontecimentos

Pappé (2016) considera que os palestinos têm vivido uma verdadeira limpeza étnica desde 1948. Uma limpeza étnica é caracterizada por um “[...] esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas” (PAPPÉ, 2016, p. 23). Tal esforço é realizado através de um forte nacionalismo e conta com ações como massacres para eliminar uma parcela da população. O urbicídio realizado em várias cidades palestinas, a desarabização de Haifa e de outros territórios palestinos, a campanha de terror dos israelenses para que os árabes deixassem suas casas, o assassinato de centenas de aldeões palestinos, a destruição de casas, plantações e roubo de insumos alimentares, as diversas operações orquestradas pela Irgun, Stern e Haganá visando a completa destruição e despossessão palestina — enfim, todas as atrocidades cometidas para que o Estado de Israel fosse erguido, comprovam que Pappé não exagerou quando disse que o caso era, e é, de limpeza étnica desde a *Nakba* palestina. Até mesmo uma epidemia foi provocada pelos israelenses na área de Acre, quando foram injetados germes de tifoide na água que a população consumia (PAPPÉ, 2016, p. 120). Todas essas ações visavam a eliminação e/ou dispersão dos palestinos para que Israel pudesse se erguer e compor uma população exclusivamente judaica.

Mbembe (2016), em seu famoso ensaio *Necropolítica*, reflete sobre racismo, guerras coloniais e escravidão. O autor reitera a questão da raça como “a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros — ou dominá-los” (MBEMBE, 2016, p. 128). Mbembe (2016) discorre sobre a construção de inimigos e a prática de desumanizá-los, sobretudo nas colônias, onde os habitantes são tidos como selvagens. Dessa forma, se estes selvagens não são humanos, não há a consciência de que seu extermínio seja uma prática de assassinato. Por esse motivo, ele afirma que nas guerras coloniais não existem leis ou normas que possam regular o que é permitido ou não, existe apenas o direito soberano de matar (MBEMBE, 2016, p. 134). Sobre a Palestina, Mbembe (2016) considera que a região vive sob o que ele denomina como ocupação colonial na modernidade tardia que “difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação disciplinar, biopolítica e necropolítica” (MBEMBE, 2016, p. 135-136). Sendo assim, o necropoder — uma formação específica do terror operada em colônias, promovendo a morte através da escassez — se estabelece na região através de três ações principais: fragmentação territorial, acesso proibido e a expansão de assentamentos (MBEMBE, 2016).

Ao analisar a espacialidade da ocupação colonial na Palestina, o autor destaca que é através da fragmentação territorial — realizada através da criação de subúrbios e comunidades fechadas extremamente limitadas em sua mobilidade — o Estado de Israel exerce o controle e a vigilância da colônia. Ele também destaca a importância do topo como elemento superior ao que está embaixo, possibilitando o exercício do poder, inclusive o poder de matar. “A ocupação dos céus adquire, portanto, uma importância crucial, já que a maior parte do policiamento é feito a partir do ar. [...] Matar incorre em mirar com alta precisão” (MBEMBE, 2016, p. 137). Também como parte da análise feita por Mbembe (2016), o autor afirma que na ocupação colonial tardia da Palestina, ocorre uma “guerra infraestrutural” (MBEMBE, 2016, p. 137), que é realizada quando o alvo do soberano é não só a população, mas toda a estrutura de suas casas ou acampamentos, sua rede de água e esgoto, suas plantações, etc — ações que ocorrem na região palestina desde 1948. Nesse sentido, a Palestina vive uma forma “atualizada” de regime colonial que combina racismo, soberania e os aparatos, cada dia mais tecnológicos, para promover a morte e a destruição. O cotidiano palestino pode ser descrito da seguinte forma:

Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites desde o anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo *slogans* ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades — um certo tipo de loucura (MBEMBE, 2016, p. 146).

Para Oren Yiftachel (2006), Israel pode ser considerado como uma etnocracia. Neste modelo, uma fusão entre colonialismo, nacionalismo e capitalismo (YIFTACHEL, 2006), ocorre que o Estado em questão se autorrepresenta como democrático e de fato apresenta algumas características democráticas, tais como separação de poderes, eleições, direitos civis e políticos (embora, limitados) às minorias, mídia livre, etc. Entretanto, em um regime etnocrático, existe um grupo dominante privilegiado social, econômica e politicamente que, a partir da religião, da ideia de uma pátria imutável, da cultura, confere poder a uma parcela da

população que se encaixa nos requisitos étnicos desejados. No caso de Israel, os judeus. Às minorias resta a exclusão social, marginalização e pobreza.

Este regime facilita a *expansão, etnicização e controle* de uma nação étnica dominante (geralmente chamada de grupo fundador ou titular) sobre o território e sistema político em disputa. Os regimes são definidos como estruturas legais, políticas e morais que determinam a distribuição de poder e recursos refletindo a identidade, os objetivos e as prioridades práticas de uma comunidade política. O Estado é o principal veículo do regime, fornecendo instituições, mecanismos, leis e formas legitimadas de violência para implementar os projetos articulados pelo regime (YIFTACHEL, 2006, p. 11-12).²⁴

Como dito, apesar de apresentar características democráticas, as estruturas mais profundas da etnocracia são antidemocráticas, pois há um rompimento com o *demos*. Por exemplo, o critério de cidadania não é a residência, é um critério étnico. As estruturas sócio históricas que moldam os regimes de etnocracia são elencadas por Yiftachel (2006): sociedades de assentamentos coloniais (*settler society*), nas quais existe um grupo fundador, um grupo de imigrantes e um grupo de indígenas e nativos desapropriados de suas terras; etnonacionalismo, que se traduz em um poder de mobilização política que luta para alcançar ou preservar um estado étnico, assim como utiliza a ideia de autodeterminação (que é garantida pela Carta das Nações Unidas), na medida em que o grupo dominante se coloca como um povo que apenas deseja alcançar seu direito à autodeterminação. Além disso, costuma utilizar justificativas religiosas e manipulativas; lógica étnica do capital, manifestada na estratificação de classes e a segregação nos mercados de trabalho, criando uma estrutura étnica de classes. Portanto, é uma estratificação étnica e classista ao mesmo tempo. A relação das etnocracias com suas minorias locais é sustentada de maneira diferente, pois ocorre uma separação conceitual e prática entre as minorias internas e as minorias externas que, apesar de ambas marginalizadas, as minorias internas podem ser admitidas como integrantes da dinâmica social — por exemplo, imigrantes que possam ser assimilados pela etnonação dominante. Por outro lado, as minorias externas são completamente excluídas de maneira opressiva, como é o caso dos palestinos em Israel, isso porque eles são tidos não apenas como

²⁴ No original: “This regime facilitates the expansion, ethnicization, and control of a dominant ethnic nation (often termed the charter or titular group) over contested territory and polity. Regimes are defined as legal, political, and moral frameworks determining the distribution of power and resources. They reflect the identity, goals, and practical priorities of a political community. The state is the main vehicle of the regime, providing institutions, mechanisms, laws, and legitimized forms of violence to implement the projects articulated by the regime.”

minorias marginalizadas, mas como inimigos. Em uma etnocracia existem vários mecanismos que garantem a dominação étnica, porém o autor aponta que esta dominação, em longo prazo, tende a causar instabilidade política, visto que a população que não está inserida no grupo dominante começa a se rebelar contra o sistema excludente e discriminatório em que está inserida.

Nota-se, então, que embora os autores defendam suas ideias de modos diferentes, nenhum deles deixa de pontuar que a Palestina vive a experiência de um colonialismo até os dias atuais. Esse colonialismo, que se manifesta em leis discriminatórias, segregação e racismo, é a base do governo do Estado de Israel, que constrói muros a fim de fragmentar o território e separar a população palestina. Os assentamentos ilegais judeus continuam a todo vapor através da expulsão de famílias na Cisjordânia e em Jerusalém. Sem falar em Gaza, que se transformou em um laboratório de testes de equipamentos militares que visam o extermínio e o lucro, conforme abordaremos no segundo capítulo. Mesmo diante desta realidade inegável, veículos de comunicação tradicionais insistem em utilizar um vocabulário que acoberta os crimes internacionais que Israel comete desde sua fundação.

1.4 Mídia e atualidade do conflito

Os autores e autoras acionados até este momento, embora não tenham pesquisado exclusivamente a mídia como detentora de um poder de narrar e interpretar os fatos do mundo, citam em suas obras a importância que a mídia e a imprensa tiveram e ainda têm na fixação de estereótipos e preconceitos contra o povo árabe-palestino. De alguma forma, todas as obras percorridas nos tópicos acima tocam neste ponto ao criticar a maneira como os árabes-palestinos foram e são retratados como terroristas, violentos e irracionais.

O orientalismo, dentre as várias descrições fornecidas por Said (2007), será trabalhado aqui como uma força cultural que nasceu na Europa e hoje está presente em todo o Ocidente e, sem dúvida, na produção midiática ocidental. Said (2007) menciona principalmente a mídia norte-americana como fonte de produções diabólicas sobre o Oriente, o qual é sempre retratado de maneira a insinuar perigo e, claro, relacionado à religião islâmica — esta, representada como uma máquina mortal contra o Ocidente. O “terrorismo” oriental parece ser o assunto favorito dos grandes veículos de comunicação dos Estados Unidos, que contam com “especialistas” sobre o Oriente, que estão sempre sublinhando a maldade dos árabes. Said (2007) afirma que após o 11 de setembro este selo de terrorista para qualificar os árabes e os muçulmanos ganhou ainda mais força, possibilitando “uma visão em que o terror, a guerra preventiva e a mudança unilateral de regime — sustentados pelo orçamento militar mais

polpudo da história — constituem as ideias centrais, debatidas incansável e empobrecedoramente por uma mídia que se arroga o papel de fornecer supostos ‘especialistas’ que validem a linha geral do governo” (SAID, 2007, p. 22-23). O teor racista de tais representações do mundo oriental é frequente em vários gêneros midiáticos, entretanto são pouco questionadas. Desta forma, nota-se que a forma de compreensão orientalista sobre o Oriente está em constante atualização e continua a ser aderida no Ocidente sem muitos questionamentos. Segundo Said (2007):

Um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todos os recursos da mídia têm forçado informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados. [...] Três coisas contribuíram para transformar até a mais simples percepção dos árabes e do islã numa questão altamente politizada, quase estridente: primeiro, a história do preconceito popular contra os árabes e o islã no Ocidente, que se reflete diretamente na história do Orientalismo; segundo, a luta entre os árabes e o sionismo israelense, e seus efeito sobre os judeus americanos, bem como sobre a cultura liberal e a população em geral; terceiro a quase total ausência de qualquer posição cultural que possibilite a identificação com os árabes e o islã ou uma discussão imparcial a seu respeito. Além do mais, não é preciso dizer, que como o Oriente Médio é agora identificado com a política da Grande Potência, a economia do petróleo e a dicotomia simplista entre um Israel democrático e amante da liberdade e os árabes malvados, totalitários e terroristas, as chances de uma visão clara do que dizemos ao falar sobre o Oriente Próximo são deprimentemente pequenas (SAID, 2007, p. 58).

Sobre a mídia israelense, Peled-Elhanan (2019) afirma que os árabes-palestinos não são, em nenhuma hipótese, referidos como vítimas. Pelo contrário, sob o manto da “guerra ao terror”, o discurso midiático busca justificar os ataques contra a população palestina.

Em *A questão da Palestina*, Said (2012) afirma que a OLP alterou a forma como a mídia costumava abordar os acontecimentos da região, sendo que o povo palestino passou a ser considerado um povo independente ao invés de uma massa amorfa de terroristas, sobretudo após os ataques em Beirute, em setembro de 1982. Entretanto, o autor também pontua que nos programas de televisão é visível como o *lobby* israelense continua a dar o tom nas notícias, nas quais raramente contam com a presença de pró-palestinos. Said (2012, p. XXXI) fala em uma guerra semiótica contra a OLP que é constantemente enquadrado como um grupo de terrorismo. O autor lembra “[...] a hipocrisia do jornalismo e do discurso intelectual do Ocidente (e do sionismo liberal), que raramente tem algo a dizer sobre o terror sionista” (SAID, 2012, p. XLIX). Existe, ainda, a tendência de reduzir o Oriente ao que é chamado de “conflito árabe-israelense” e “A ausência quase total de conhecimento histórico

prontamente disponível em fontes não sionistas, a disseminação de simplificações ardilosas por intermédio da mídia (por exemplo, judeus *versus* árabes)” (SAID, 2012, p. 67), ou seja, todo um conjunto de práticas de conhecimento e interpretações dos acontecimentos que impede que os palestinos falem por si, o que, sem dúvida, beneficia e apaga os crimes de Israel perante a comunidade internacional.

Pappé (2016) cita o apagamento do acontecimento da *Nakba* na memória pública e, conseqüentemente, na imprensa. Além disso, ele afirma que a mídia ignora quase completamente o sofrimento palestino ao fazer coro aos argumentos sionistas de que o povo judeu merece o Estado de Israel por tudo que sofreu no Holocausto. Segundo Pappé (2016, p. 29), “é o abismo profundo entre a realidade e a representação o que mais espanta no caso da Palestina. É de fato muito difícil de entender, aliás de explicar, por que um crime que foi perpetrado em tempos modernos, e num ponto da história que clamava a presença de repórteres estrangeiros e observadores da ONU, pudesse ser tão inteiramente ignorado”. O apagamento da realidade palestina pode ser realizado, também, quando a mídia apresenta fatos distorcidos dos acontecimentos.

Após 1967, com a Guerra dos Seis Dias, Norman G. Finkelstein (2001) afirma que, mais do que nunca, o Holocausto foi utilizado para convencer populações judaicas, sobretudo as que moravam nos Estados Unidos, a apoiar o Estado de Israel e suas ações militares na região. O apoio estadunidense a Israel, segundo o autor, se deu sobretudo após as lideranças dos Estados Unidos perceberem a potência militar israelense, devido à guerra de 1967 contra os árabes, pois, “suas armas apontavam na direção certa — contra inimigos da América” (FINKELSTEIN, 2001, p. 19). Entretanto, em 1973, durante outro conflito entre árabes e israelenses, passou a ser necessário criar uma sensação de ameaça de uma nova *Shoah* para que as incursões militares judaicas fossem validadas e consideradas justas pela opinião pública internacional, mesmo se fossem extremamente violentas. A partir daí, houve uma intensificação do que o autor chama de indústria do Holocausto nos Estados Unidos, na qual o uso da memória do Holocausto seria uma forma de construir uma narrativa de que os judeus eram vítimas e também heróis, como se estivessem vencendo a perseguição antissemita a partir das ações militares em países árabes. O *status* de vítimas, a partir de um suposto antissemitismo crescente (Finkelstein nega que, de fato, houve esse aumento) serviu também para angariar fundos para as vítimas do Holocausto, mesmo que na época, considerando as condições econômicas de Israel, não existisse, de fato, essa necessidade. Esse duplo movimento, realizado tanto pelos Estados Unidos quanto por Israel, ambos voltados para as elites judaicas estadunidenses, também teve conseqüências no espaço midiático. Finkelstein

(2001, p. 20) afirma que “A cobertura sobre Israel no jornal *The New York Times* aumentou consideravelmente após junho de 1967. Uma matéria sobre Israel de 1955 a 1965 preenchia na tabela do New York Times 152 cm de coluna. Em 1975, as matérias passaram a preencher 660 cm de coluna”. O que Finkelstein (2001, p. 26) afirma em sua pesquisa é que o Holocausto foi utilizado como “[...] a arma perfeita para esvaziar as críticas a Israel”. Segundo Sahd (2011), o *status* de um novo Hitler foi sempre atualizado ao longo da história, reforçando o medo entre as populações judaicas.

Na década de 1950 e 1960, Gamal Abdel Nasser era Hitler. Nos anos 1990, mais precisamente durante a Guerra do Golfo tal papel coube a Saddam Hussein. Na Faixa de Gaza, durante a criminosa operação Chumbo Fundido (2008-2009) – descrita como um genocídio pelo presidente da Assembléia Geral da ONU –, novamente O Holocausto veio à baila para justificar as matanças (BREAKING THE SILENCE, 2009, p. 81). Um ano depois de findando o conflito, circulou um email intitulado “Holocausto”. Ao abri-lo, a pronta surpresa. Em um primeiro momento, as cenas horríveis e chocantes do abominável e verídico Holocausto. Em um segundo, o novo Hitler era apresentado: os iranianos. O objetivo explícito era advertir para a necessidade de atacar o Irã antes que outra Shoah aconteça (SAHD, 2011, p. 588-589).

Se de fato existe uma indústria do Holocausto como descrita por Finkelstein (2001), ela é visível nas produções midiáticas. Por exemplo, em análise de uma reportagem do *Jornal Hoje*, exibida pela Rede Globo nacionalmente, foi identificada certa instrumentalização do Holocausto. A matéria, que se propõe a abordar os 70 anos da fundação do Estado de Israel, começa a contar a história retomando as memórias de um homem judeu que vivenciou a perseguição nazista na Romênia, como se o início de tudo estivesse no Holocausto. A predileção pela narrativa sionista fica evidente na escolha das fontes entrevistadas. Enquanto do lado de Israel é apresentado uma testemunha do Holocausto, para falar sobre a *Nakba* nenhum palestino é consultado. A única fonte que defende a Palestina é um professor, que apresenta dados sobre a demografia do local e os problemas que são gerados a partir das discrepâncias entre o número de judeus e o número de palestinos vivendo no mesmo local. “As memórias pessoais apresentadas, portanto, são apenas as dos judeus, através do relato de Joshua. Os palestinos não aparecem na reportagem de forma humanizada para contar o que aconteceu na *Nakba*” (CARVALHO, 2020, p. 401). Entre uma testemunha que traz um relato traumático e um professor falando sobre números, é claro que Israel aparece como uma solução para o povo judeu.

1.5 Um breve panorama midiático

Por que estudar a mídia? é a pergunta de Roger Silverstone (2002) tomada emprestada a fim de que possamos delinear a importância da mídia para a questão da Palestina. Segundo o autor, a mídia “filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e manutenção do senso comum” (SILVERSTONE, 2002, p. 20). A mídia ocupa um lugar importante na sociedade, sendo espaço de manifestação de identidades e representações diversas, que pode direcionar sentidos em relação ao *Outro*, suscitando ou renovando interpretações às quais o público pode conferir a determinados assuntos e indivíduos. Sendo espaço privilegiado de visibilidade, a mídia configura um lugar de disputas por espaço e representação, e de embates ideológicos e políticos. Pode-se afirmar que, através da mídia, são construídas visões de mundo, classificações e categorização dos seres que podem depender de fatores como raça, gênero, nacionalidade, etc. Através do senso comum, a mídia pode construir narrativas que elegem os bons e os maus — os inimigos, aqueles a quem devemos temer, pois representam um perigo. O homem árabe, por exemplo, é frequentemente representado como perigoso, violento e extremista.

Segundo Kellner (2001, p. 10), “Os espetáculos da mídia demonstram quem tem poder e quem não tem, quem pode exercer a força e a violência, e quem não”. Entretanto, apesar de considerar a mídia como porta-voz da cultura dominante, Kellner (2001) afirma que nem por isso a mídia deve ser reduzida simplesmente como “um instrumento banal da ideologia dominante” (KELLNER, 2001, p. 27) e defende que é necessário estudar a mídia através de uma abordagem multiperspectívica, a qual “implica que, quanto mais teorias se têm à disposição, mais tarefas poderão ser cumpridas e mais específicos serão os objetos e temas que poderão ser tratados” (KELLNER, 2001, p. 40). Para o autor, o estudo da mídia deve ser realizado de forma política, a fim de identificar a hegemonia das ideias de dominação e as transcódificações dos discursos políticos presentes no terreno midiático.

As batalhas travadas na sociedade são interpretadas e representadas nas telas, segundo Kellner (2001), e é quando as ideologias em relação a sexo, classe, raça, etnia, etc, se fazem presentes nos produtos midiáticos, por vezes, reafirmando opressões e mistificações sobre determinados grupos sociais. Existe uma ação de abstração que naturaliza certos modos de ver o mundo e estabelece divisões entre *Nós* — enquanto superiores — e *Eles* — enquanto os inferiores (KELLNER, 2001, p. 83). “a abstração está fundamentalmente relacionada com as características básicas da ideologia, tal como, legitimação, dominação e mistificação, e o traçado das fronteiras (entre sistemas, grupos, valores, etc. supostamente inferiores e

superiores) também desempenha papel fundamental nesse processo” (KELLNER, 2001, p. 84). Dessa forma, a cultura da mídia reproduz dicotomias baseadas em grupos dominantes e grupos dominados, tal como ocorre na divisão entre Ocidente e Oriente, por exemplo. Kellner (2001) utiliza o exemplo de como a cultura midiática dos filmes preparou os Estados Unidos para se voltar contra os árabes nos conflitos que viriam. O sentimento antiárabe, retratado nos filmes de modo a representar os homens árabes enquanto terroristas sanguinários diante dos soldados norte-americanos bonzinhos e em busca de paz, era uma transcodificação dos discursos políticos de Reagan e Bush, que fomentavam as necessidades de guerras através de ocupações em países estrangeiros. Na análise do autor:

Águia de aço é um filme extremamente racista: retrata os árabes como sádicos sub-humanos e vilões. O líder árabe, bem parecido com Saddam Hussein, é perverso e ditatorial. Os árabes torturam o piloto americano capturado e o condenam à morte arbitrariamente, sem nenhum processo. Na cena final, de duelo, o próprio líder árabe confisca um avião para travar combate com os americanos depois que estes libertaram o piloto capturado, e o público é induzido a aplaudir quando o jovem adolescente explode o avião do líder árabe. Essa cena reproduz um tropo perturbador, dominante nos filmes hollywoodianos de aventura, desde *Guerra nas estrelas* até hoje, em que o prazer do público é mobilizado por imagens de destruição total.
[...]

Mais um filme antiárabe da época Reagan/Bush é *Comando Delta* (*The Delta force*, 1986), que usa a forma do filme-catástrofe para difamar os árabes num relato ficcional do sequestro de um jato por palestinos: os "terroristas" são absolutamente abjetos, e o filme lança mão do exagero caricatural para esboçar o retrato dos judeus, israelenses e americanos "bonzinhos", ameaçados pelos palestinos "malvados" (KELLNER, 2001, p. 116-118).

Tais modos de pensar o mundo dividido entre heróis e vilões são frequentes no espaço midiático. Entretanto, nem tudo o que é dado pela mídia é absorvido completamente por todas as pessoas que a consomem. As experiências do leitor/espectador/usuário interferem ativamente na recepção do que está sendo transmitido a ele. Silverstone (2002, p. 26-27) afirma que “sabemos que examinamos o que vemos ou ouvimos com base no que conhecemos e acreditamos, que de qualquer modo ignoramos ou esquecemos muita coisa, e que nossas respostas à mídia, tanto em particular como em geral, variam por indivíduo e segundo os grupos sociais, de acordo com sexo, idade, classe, etnia, nacionalidade”. Existe, então, uma constante tensão entre o que a mídia produz e como essa produção é recebida pelo público. É um cenário que evoca disputas das mais variadas origens. Por vezes, a mídia molda a opinião pública e por vezes é o público que molda o conteúdo midiático, é uma relação de

trocas — mas essas trocas nem sempre são justas e, sem dúvidas, existem grupos privilegiados em detrimento de outros.

A mídia pode servir como bússola para a compreensão de realidades que estão distantes. Segundo Dênis de Moraes (2013, p. 14) “Tudo parece depender do que vemos, ouvimos e lemos no irrefreável campo de transmissão midiática — em atualização contínua — para ser socialmente reconhecido, vivenciado, assimilado, recusado ou até mesmo esquecido”. Nesse sentido, ao voltarmos para a situação entre Israel e Palestina, se o *Jornal Nacional*, objeto de estudo da presente pesquisa, noticiar um ataque do exército israelense contra a população palestina, o modo como serão nomeadas as ações dos palestinos e dos israelenses tem grande relevância na compreensão do conflito como um todo. Conforme Ignacio Ramonet (2013, p. 74-75), “A ideia que eu tiver do que acontece em Timor-Leste, por exemplo, só pode se basear no que li na imprensa, escutei no rádio ou vi na televisão, não na minha própria experiência. Posso ter a ideia que for — positiva, negativa, neutra —, mas sempre em função do que eu consumi na mídia”. Por tais motivos, a mídia é de grande relevância para compreender os fenômenos do mundo contemporâneo e as disputas por poder existentes.

Há outros trabalhos que falam mais diretamente sobre a questão da Palestina e seus possíveis enquadramentos e interpretações midiáticas. Karla M. Müller (2004) se propôs a analisar os jornais *O Jornal de Uruguaiana* e o jornal *A Platéia*, localizados nas cidades fronteiriças Uruguaiana e Livramento, onde residem argentinos, uruguaios, brasileiros e também uma grande quantidade de imigrantes árabes palestinos. Ela afirma que a mídia local busca integrar os palestinos à convivência cotidiana e que, inclusive, incorpora a luta palestina por um território próprio. É destinado, com frequência, espaço para esses palestinos denunciarem as violações de direitos, além de serem realizadas manifestações anuais em apoio à população palestina. A autora considera que as manifestações do jornal em prol do povo palestino são parciais porque não buscam o lado israelense para expor a situação vivenciada entre Israel e Palestina. Tratando-se de uma mídia local, ela avalia que há o cuidado extremo em não gerar indisposições entre os moradores do pequeno território fronteiriço. Em contraponto, veremos, aqui, que, no caso do *Jornal Nacional*, cujas notícias abrangem não só o Brasil, mas toda a comunidade internacional, quase não há intenção de denúncia de violações realizadas pelos dirigentes de Israel. Existe a tendência de se ancorar em perspectivas exteriores para representar as implicações do conflito entre as duas nações. Isso esbarra em uma outra problemática, que é a própria cobertura do exterior, sobretudo nos Estados Unidos, sobre a questão Palestina: permeada de vícios narrativos que insistem em

demonizar os árabes palestinos. Joe Sacco (2011), um jornalista estadunidense que se propôs a contar a história da população palestina através da história em quadrinhos, admite que ele mesmo já reafirmou estereótipos contra os palestinos. Na apresentação da edição especial intitulada *Palestina*, que reúne todos os quadrinhos feitos sobre a temática, ele afirma que:

Na verdade, como relato neste livro, eu basicamente associava os palestinos ao terrorismo. Meus futuros biógrafos certamente se depararão com uma tira em quadrinhos que comecei no colégio, intitulada “Meet the Asshole” (“Conheça o Canalha”), que teve como primeiro convidado Yasser Arafat. Eu não sabia nada sobre ele, a não ser o que era transmitido pela grande mídia, e por isso me foi bastante fácil demonizá-lo (SACCO, 2011, p. XVI)

Sacco (2011) toca num ponto importante: basear-se no que a grande mídia reproduz para formar opiniões sobre determinados assuntos. Isso, por si, não é um grande problema, visto que o próprio jornalismo tem como finalidade informar o público acerca de diversos acontecimentos e é legítimo que seja levado em consideração na formação de opiniões. Entretanto, se a mídia e o próprio jornalismo recorrem a estereótipos e visões viciadas sobre determinado assunto, torna-se, sim, um problema, sobretudo quando estamos falando de um conflito que é permeado de violações dos direitos humanos — direitos reconhecidos internacionalmente desde 1948.

Fernando Antônio Resende e Letícia Rossignoli (2015), ao analisarem as narrativas sobre os conflitos entre judeus sionistas e árabes palestinos, no jornal *Folha da Manhã*, entre os anos de 1936 e 1946, chegaram às conclusões de que o veículo enquadrava os palestinos enquanto uma massa de árabes terroristas através dos não-ditos. Os autores identificaram matérias que, embora não afirmassem explicitamente que os palestinos eram terroristas, davam pistas de quem estava por trás do terror e da violência cotidiana na região. Entretanto, os judeus passaram a ser tidos como terroristas somente quando os ataques sionistas foram realizados contra os britânicos. Resende e Rossignoli (2015, p. 96) concluem que “O deslizamento do termo *terrorista* nos faz notar o quanto a problemática da imparcialidade no discurso jornalístico é, antes de tudo, submetida aos jogos de interesses, no caso das forças imperialistas britânicas”. Nota-se, então, a hegemonia do eurocentrismo presente na mídia ocidental. Maria Elisa Swarowsky Lisbôa (2016), em pesquisa de mestrado, fez uma análise sobre a cobertura das ações militares israelenses realizadas na Faixa de Gaza, em 2014, pelo Jornal Nacional. A partir de Coutinho (2012) e seu entendimento sobre a dramaticidade presente no telejornalismo, a autora analisou o material de forma a identificar as polaridades entre heróis e vilões, o bem e o mal. A autora argumenta que as coberturas midiáticas sobre o

que ocorre na Palestina, mais especificamente na Faixa de Gaza, estão ancoradas em referenciais ocidentais, particularmente europeus e estadunidenses. A dicotomia entre Ocidente e Oriente funciona como um marcador de posições de poder e isso não poderia estar de fora do conteúdo midiático.

As produções cinematográficas e televisivas expõem os árabes como violentos, capazes de intrigas tortuosas, traiçoeiros, saqueadores ou piratas. Além disso, ele é visto geralmente em grandes grupos, não lhe sendo conferida uma nota pessoal de individualidade. O árabe passa a ser objeto de estatísticas, resumos, reduzido a tendências e desumanizado (LISBÔA, 2016, p. 29).

Contudo, não significa que não existe uma reação ao conteúdo midiático. Apenas para citar o caso dos palestinos, em 2014, a telenovela *Amor à Vida* (MENDONÇA FILHO, 2013), de Walcyr Carrasco, trazia, no núcleo coadjuvante, a história do casal Pérsio, palestino, e Rebeca, judia. Na época em que foi transmitida, a telenovela gerou revolta em movimentos pró-Palestina. Tanto a representação de Pérsio, como a narrativa do “conflito” Israel-Palestina, foram os principais incômodos das entidades, que lançaram uma carta de repúdio à Rede Globo alegando que a trama estava legitimando a ocupação israelense nos territórios palestinos. Os movimentos sociais pró-Palestina também se colocaram contra o uso da palavra *guerra*, que estabelece dois lados iguais em um conflito, o que acaba por ignorar a condição bélica e econômica inferior da Palestina. Além disso, houve críticas em relação a constante menção ao terrorismo para se referenciar ao mundo árabe e/ou muçulmano. Os movimentos apontaram para a ausência da palavra *ocupação* que, acredita-se, seja a que mais representa a questão Palestina. O relacionamento do casal, nesse contexto, representa para as entidades algo incomum — ao contrário do que a novela afirma — pois, nos TPO o cerceamento de liberdade dos palestinos, através do regime de clausura imposto por Israel, praticamente inviabiliza a possibilidade de existir um relacionamento amoroso entre um palestino e uma judia israelense. O incômodo com o relacionamento dos personagens revela-se, então, na ausência de aprofundamento da questão palestina e em uma possível legitimação da violência de Israel contra a população palestina nos Territórios Ocupados.

É comum que a mídia se ancore em uma visão hegemônica sobre a Palestina e a situação vivenciada na região. Entretanto, segundo Kellner (2001, p. 11), “o público pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa”. Sendo assim, a carta de repúdio demonstrou que as entidades sociais estavam atentas à representação de Pérsio e decidiram se manifestar a fim de

trazer o debate da questão para o público espectador. Algo parecido aconteceu recentemente, como mostrou a matéria da *Folha de S. Paulo* intitulada *Palestinos rejeitam cobertura 'desumanizada' de confrontos com Israel*²⁵. Por mais curioso que seja um veículo de comunicação realizar uma matéria na qual há reclamação da cobertura midiática no geral, o texto evidencia o desconforto e a revolta dos palestinos frente ao modo como a violência é percebida na região em que vivem:

Na rede americana CNN, uma repórter pergunta ao vivo para o palestino Muhammad al-Kurd se ele apoia "os protestos violentos" em Jerusalém. Sem titubear, ele rebate: "Você apoia a desapropriação violenta da minha família?". Quando ela pergunta o que ele sente em relação a um possível despejo, Kurd discorda da palavra: "Não é despejo, é expulsão étnica" (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Os últimos acontecimentos na Palestina mais uma vez atraíram a atenção da mídia global. Houve um clima de tensão que culminou em 254 mortes, 1.948 feridos. O primeiro acontecimento não ganhou tanto destaque na mídia, a não ser em portais de notícias focados em transmitir o que acontece na região do Oriente Médio, como o *Monitor do Oriente Médio*. No início de maio de 2021, grupos judaicos de extrema-direita realizaram um protesto e aos gritos de “Morte aos árabes!” provocaram um clima de terror contra os palestinos. Logo após, começaram a circular notícias sobre as expulsões de famílias em Sheikh Jarrah, em Jerusalém e o ataque na mesquita de Al-Aqsa em meio ao Ramadã. Geralmente, a grande mídia não utiliza as palavras *expulsão* e *colonialismo*, por exemplo. Há anos, as entidades pró-Palestina têm reclamado sobre o uso das palavras para nomear o que ocorre na região. Isso demonstra a relação conturbada com a mídia quanto à falta de representação de grupos marginalizados. Existe uma tendência a equiparar Israel e Palestina como se dispusessem dos mesmos instrumentos para a “guerra”. Entretanto, vê-se, com o percurso histórico e analítico aqui reiterado, que existe uma grande diferença de forças entre os dois povos. Desse modo, as violências percebidas pela mídia, geralmente focada em ataques e agressões físicas, invisibilizam as violências cotidianas que fazem parte da história do povo palestino, um povo que não dispõe de recursos e nem de apoio internacional suficiente para se defender, ao contrário de Israel. As lutas travadas entre os palestinos e os israelenses vão além do território e reverberam na mídia de forma global.

²⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/palestinos-rejeitam-cobertura-desumanizada-de-confrontos-com-israel.shtml>

2. OS HERÓIS E OS VILÕES: A VIOLÊNCIA NAS TELAS

A violência é um tema comum nas produções midiáticas e um assunto frequente nas grades de notícias. Os filmes de super-heróis, por exemplo, nos apresentam um mundo dividido entre o bem e o mal e, claro, nos levam a torcer pelo “bem”. Quando torcemos pelo bem, torcemos também para que a violência seja realizada contra o mal. Afinal, o mal é merecedor do sofrimento e do aniquilamento. Nas notícias, ocorre algo parecido, pois o jornal nos narra acontecimentos violentos como homicídios e estupros e, de certa forma, a expectativa do público é de que a justiça seja feita e a violência cometida pelo bandido seja voltada a ele próprio, de preferência da maneira mais sádica possível. Vemos, então, que a divisão e diferenciação entre aquele que é bom e aquele que é mau está presente em nosso cotidiano. As produções audiovisuais nos auxiliam na forma como enxergamos o mundo, as pessoas, os acontecimentos.

A mídia tem o poder de nomear os fenômenos contemporâneos. Uma situação de violência pode ser nomeada ora como crime, ora como segurança, a depender dos sujeitos que estão envolvidos no “ato de violentar”. Além disso, pode-se não nomear uma situação enquanto violenta, acobertando o Estado e suas obrigações para com o povo, por exemplo. Aqui já não estamos falando de violências físicas, tais como homicídios, ataques ou estupros, mas da violência da fome, da miséria e do desemprego. Daí a importância de nomear os fenômenos e acontecimentos: é preciso nomear para combater. A violência se manifesta de variadas formas em nossa sociedade, mas nem todas as formas são consideradas como atos de violência, o que acaba por impedir o reconhecimento das atrocidades ocorridas contra populações marginalizadas. Por isso é necessário entendermos o que é violência, quais os tipos de violências e como elas estão presentes na televisão, que se constitui como um dos meios preferidos dos brasileiros para informar-se.

2.1. A violência além da agressão

Slavoj Žižek (2015) fala em três tipos de violência. A primeira, que ele considera a mais óbvia, é a violência subjetiva, caracterizada pela agressão física, ataques, assassinatos, atentados, etc. Os outros dois tipos de violência são a objetiva e a simbólica. A violência objetiva é a violência sistêmica do capitalismo, que não é praticada por um indivíduo em específico, mas pelas instituições, pela forma como sujeitos são relegados à marginalidade, pobreza e exclusão social, enquanto a violência simbólica é aquela exercida pela linguagem. O autor atenta para o fato de que é a violência subjetiva que acaba ganhando mais destaque e indignação, enquanto os outros dois tipos de violência não recebem a devida crítica e

combate. Ele afirma que “devemos resistir ao efeito de fascínio da violência subjetiva, da violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas: a violência subjetiva é tão somente a mais visível das três” (ŽIŽEK, 2015, p. 24).

O autor faz questão de delimitar as diferenças entre os três tipos de violência, voltando-se especialmente para a violência objetiva e a simbólica. Isto porque na medida em que focalizamos somente a violência subjetiva, deixamos de enxergar as estruturas de poder que condicionam e sustentam as agressões, ataques e assassinatos. Esse movimento é importante para compreender o caráter violento de movimentos revolucionários. Na medida em que um povo ou um grupo específico é alvo de exclusão social, situações vexatórias, sendo privado da participação política, é de se esperar que haja uma resposta em algum momento. E a resposta, às vezes, vem com o abuso da violência. Žižek (2015) aponta, então, que existe uma tendência em mudar de assunto quando se trata de debater outras formas de violência para além da subjetiva. Antes de questionar o aumento da criminalidade, por exemplo, é necessário compreender quais as condições de violência objetiva e sistêmica possibilitaram que esse aumento ocorresse. Da mesma forma, antes de questionar a revolta dos palestinos, especialmente, é necessário voltar-se às situações causadas por Israel que possibilitaram o cenário atual.

Žižek (2015) também afirma que a violência objetiva se transformou perante o capitalismo. Ele afirma que “os destinos de camadas inteiras da população e por vezes até mesmo de países podem ser decididos pela dança especulativa “solipsista” do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais movimentos afetarão a realidade social” (ŽIŽEK, 2015, p. 25). Sendo assim, a violência objetiva não possui indivíduos identificáveis por trás, porque é fundamentalmente sistêmica. O capitalismo, responsável em grande parte pela violência sistêmica, opera como um deus, que determina o Real.²⁶ Conforme Žižek (2015, p. 26), “o Real é a inexorável e ‘abstrata’ lógica espectral do capital que determina o que se passa na realidade social”, mesmo que tal realidade social demonstre outra coisa. Sendo assim, podem existir relatórios apontando lucros em um local que está sendo completamente destruído pelo avanço industrial (como Bento Rodrigues, em Mariana, e Brumadinho, ambos em Minas Gerais), e aí é que o Real se confronta com a realidade social. O capital é quem dita o Real, de acordo com suas próprias regras. O autor vai além e faz uma crítica consistente contra o que ele chama de comunista

²⁶ A diferença entre Real e realidade foi desenvolvida por Jacques Lacan. Žižek se apossa da ideia original do autor para desenvolver sua própria concepção.

liberal. O comunista liberal, comprometido com o fim da violência subjetiva e ansioso pela próxima crise humanitária do outro lado do mundo para que enfim possa exercer a sua bondade e ajudar as pobres crianças africanas — este comunista liberal é o mesmo que faz parte da criação das condições das violências objetivas e simbólicas. “Os mesmos filantropos que dão milhões de dólares para combater a Aids ou promover a educação arruinam a vida de milhares de pessoas através da especulação financeira e criaram assim as condições para a emergência da mesma intolerância que pretendem combater” (ŽIŽEK, 2015, p. 42).

A violência objetiva é, então, responsável também por desumanizar determinados grupos que se tornam descartáveis perante o capital, e às vezes para o próprio Estado. Butler (2019), em *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*, afirma que se uma vida não é reconhecida enquanto vida, tampouco a violência cometida contra ela será lamentada ou combatida. Existe uma distribuição desigual de vulnerabilidade da vida que condena determinados grupos a estarem mais passíveis à violência, entretanto suas vidas, como não são tidas como humanas porque além de vulnerabilizadas, são invisibilizadas, não estão passíveis ao luto. Em outras palavras, a violência e a morte praticada contra alguns grupos simplesmente não tem importância para os grupos que detêm o poder de violentar e de matar. Há uma hierarquia do luto, e isso, sem dúvidas, possui efeitos no discurso público, na mídia e na imprensa de modo geral. Como exemplo, Butler (2019) afirma que

[...] raramente, ou nunca, escutamos os nomes dos milhares de palestinos que morreram pelas mãos dos militares israelenses apoiados pelos Estados Unidos, ou o número indiscriminado de crianças e adultos afegãos. Eles têm nomes e rostos, histórias pessoais, famílias, passatempos favoritos, lemas pelos quais vivem? [...] Até que ponto os povos árabes, predominantemente praticantes do islamismo, foram excluídos do “humano”, tal como foi naturalizado nos modelos “ocidentais” contemporâneos do humanismo? (BUTLER, 2019, p. 52-53).

Na visão de Butler (2019), há vidas que simplesmente estão no campo da irrealidade, portanto as violências cometidas contra tais vidas são invisíveis. A negação da vida em si já provoca o apagamento desta, impedindo que se enxergue a violência praticada contra essas “não vidas”. O processo de negação de tais vidas é contínuo, sendo realizado repetidas vezes a fim de garantir que elas permaneçam no campo da invisibilidade. A autora aborda também a questão dos obituários, “meio pelo qual uma vida se torna digna de nota” (BUTLER, 2019, p. 55). Ora, se uma vida não é tida como vida, se as violências praticadas contra estas recaem no campo do irreal, suas mortes não serão, certamente, dignas de serem notificadas, e isso inclui o discurso público. Dessa forma, voltando aos objetivos desta pesquisa, cabe questionarmos

quais vidas são solapadas ao irreal, não sendo possível notificar suas mortes ou ameaças de morte visto sua invisibilidade política e, conseqüentemente, midiática. Na reflexão de Butler (2019) é citado o caso de um palestino dos Estados Unidos que enviou ao jornal *San Francisco Chronicle* os nomes de integrantes de duas famílias palestinas que foram assassinadas por tropas israelenses. O jornal negou a inclusão dos nomes no obituário a ser publicado, alegando que tais mortes deveriam ser comprovadas. O jornal pediu então que o cidadão palestino enviasse o material em formato de memorial, o que também foi rejeitado sob a justificativa de que a publicação poderia soar como uma ofensa sem, no entanto, especificar a quem exatamente poderiam ofender ao divulgar os nomes de pessoas mortas em uma operação israelense — embora a resposta seja óbvia. A autora, então, indaga:

Será que essas mortes não são consideradas mortes de verdade, e que essas vidas não são suscetíveis ao luto por serem palestinas, ou por serem vítimas de guerra? Qual é a relação entre a violência pela qual essas mortes sem direito ao luto foram perdidas e a proibição de seu luto público? Seriam a violência e a proibição permutações da mesma violência? Existiria uma relação entre a proibição do discurso e a desumanização das mortes — e das vidas? (BUTLER, 2019, p. 57).

É importante também ater-se a questão das fronteiras em relação ao exercício da violência. Não apenas fronteiras demarcadas em mapas — que também centralizam a violência, sobretudo em guerras — mas também as fronteiras invisíveis, marcadas pelas diferenças entre as pessoas que, embora dividam o mesmo espaço, pertencem a grupos diferentes. Alguns grupos possuem determinados privilégios em virtude de outros, podendo também praticar a violência de forma mais livre, visto que ocorre a legitimação da violência praticada em nome da “segurança”. Disso, resulta que outros grupos serão considerados um risco, enquanto os privilegiados poderão apenas se defender deste risco da maneira que lhe for melhor. Claro, tais permissões ocorrem em um nível simbólico, não exatamente institucional — ainda que as instituições e o Estado também privilegiem uns em detrimento de outros. Os grupos são formados, na maioria das vezes, em virtude da semelhança, buscando estabelecer as diferenças daqueles que estão “fora”.

O episódio de 11 de setembro teve consequência na violência praticada nas fronteiras geográficas e sociais. Através do discurso de segurança nacional, fronteiras de países do Oriente Médio foram invadidas pelos exércitos estadunidenses, que desejam acabar com as ameaças à América. Também as fronteiras sociais, internas dos Estados Unidos, foram mais delimitadas, na medida em que qualquer imigrante de ascendência árabe passou a ser ainda

mais hostilizado, criando uma situação de tensão e violência contra aqueles que foram colocados todos sob o signo da ameaça. A violência aparece então como uma forma de se defender do mal, daquele que, por ser árabe, possui o desejo nato de matar qualquer cidadão norte-americano. Retomando Butler (2019), na medida em que os Estados Unidos se viram na posição de ser atacado e não de atacar — como sempre ocorrera —, houve “um desejo radical de segurança, um reforço das fronteiras contra o que é percebido como estranho; uma vigilância reforçada dos povos árabes e de qualquer um que pareça vagamente árabe no imaginário racial dominante” (BUTLER, 2019, p. 60). A consequência na mídia, ainda segundo Butler (2019) foi o aumento da

[...] histeria racial, na qual o medo é dirigido a qualquer lugar e a lugar nenhum, em que os indivíduos são solicitados a ficarem atentos, mas sem saber sobre o que devem ficar atentos; dessa forma, todos estão livres para imaginar e identificar a fonte do terror. O resultado é o estímulo a um racismo amorfo, racionalizado pela alegação de “autodefesa” (BUTLER, 2019, p. 61).

Para Mbembe (2019) a profusão de fronteiras imaginárias dentro das sociedades tem se intensificado cada vez mais e esta ideia está, sobretudo, ligada ao medo característico da contemporaneidade. O medo do *Outro* produz separações e categoriza as pessoas enquanto ameaçadoras ou não. O autor afirma: “Ganha força a crença de que o mundo seria mais seguro se ao menos os riscos, as ambiguidades e as incertezas pudessem ser controladas, se ao menos as identidades pudessem ser fixadas de uma vez por todas” (MBEMBE, 2019, p. 1). As fronteiras são, então, criadas com o intuito de promover a separação entre grupos os quais se imaginam que seus componentes estão aglutinados em torno de uma identidade fixa e imutável (negros, imigrantes, etc). Mas as fronteiras também reforçam as ideias de segurança, visto que determinados grupos e determinadas identidades serão questionadas ou postas como ameaças ao bem estar. Não é preciso dizer que os grupos marginalizados são, sobretudo, os grupos racializados — reforçando as ideias coloniais que embasaram a escravidão africana e o genocídio dos indígenas.

Por causa da atual atrofia da imaginação utópica, o espírito do nosso tempo foi colonizado por imaginários apocalípticos e narrativas de desastres cataclísmicos e futuros desconhecidos. Mas que política as visões do apocalipse e da catástrofe engendram, se não uma política da separação, em vez de uma política da humanidade, de espécies começando a existir plenamente? Porque nós herdamos uma história em que a norma é o sacrifício recorrente de algumas vidas para a melhoria de outras, e porque estes são tempos de medos profundamente enraizados, incluindo o medo de

um planeta dominado por outras pessoas de raças diferentes; por tudo isso, a violência racial está amplamente codificada na linguagem da fronteira e da segurança. (MBEMBE, 2019, p. 2).

Mbembe (2019) fala, então, da “paisagem carcerária” (MBEMBE, 2019, p. 2) a que estamos assistindo no mundo contemporâneo e na qual as populações racializadas são cada vez mais expostas a vigilância e a privação de movimento. Este é um cenário fácil de se encontrar na Palestina, visto que existem inúmeros postos de controle, túneis e enclaves que, além de contarem com a mais alta tecnologia de vigilância e controle, impede ou dificulta que os palestinos se movam livremente no território. Mas isso é também característico em todos os lugares do mundo, por onde se vê a constante “expulsão” dos pobres para as margens, na tentativa de “higienizar” os centros urbanos e dificultar o acesso das populações marginalizadas. Mbembe (2019) fala em liberdade de movimento. Ou melhor, a falta dela. Na utopia de um mundo completamente destituído de fronteiras, “Seria possível simplesmente pegar a estrada, um avião, um trem, um barco, uma bicicleta” (MBEMBE, 2019, p. 4). No Brasil, não é exagero dizer que existe uma restrição deliberada de movimento para determinadas populações. Em um caso recente, o jovem surfista carioca Matheus Ribeiro, morador do Complexo da Maré, foi confrontado por um casal do Leblon – bairro de classe média alta carioca — que alegava que ele havia roubado *sua própria bicicleta*. Portanto, não é exagero que Mbembe (2019) sonhe com um mundo em que todos possam circular livremente sem ter sua dignidade posta em dúvida.

Ocorre então que a fronteira possibilita e também é geradora de violências contra determinadas populações que, através da vigilância, do controle e da restrição, são impedidas de circularem em alguns espaços. Isso faz parte de uma violência estrutural — ou, na categoria de Žižek (2015), da violência objetiva. O controle é exercido por aquele que detém o poder e a legitimidade de manter a ordem — seja em quais pressupostos essa ordem esteja ancorada. O Estado, os exércitos, os colonos, estes estão autorizados a praticar a violência contra aqueles que representam uma ameaça. Entretanto, estas mesmas instituições, que estão autorizadas a cometer a violência, são também aquelas que vão controlar a violência, especialmente a violência aberta, ou, ainda nos termos de Žižek (2015), a violência subjetiva. Nesse sentido, Luis Felipe Miguel (2018) afirma que, a despeito de todas as manifestações anti violência, “a violência continua presente na política, de forma aberta ou velada, como acontecimento ou como ameaça” (MIGUEL, 2018, p. 91).

Entramos na questão da legitimação de certas violências em virtude de outras, sendo que a violência aberta, ou subjetiva, está entre a mais demonizada e, supostamente,

combatida. Entretanto, Miguel (2018) aponta que a simples negação da violência não resolve o problema, sobretudo porque é necessário reconhecermos as violências sistêmicas e estruturais presentes no exercício político que, muitas vezes, leva as pessoas a cometerem a violência aberta:

O funcionamento combinado das estruturas do mercado e do Estado leva muitas pessoas a privações que anulam a possibilidade de exercício da autonomia individual, que as impedem de perseguir ou mesmo formular suas próprias concepções de bem, que por vezes as condenam à desnutrição, à doença e à morte. Tais privações estão na base de muitas das manifestações de violência aberta, na medida em que promovem a frustração e mesmo o desespero daqueles que a sofrem (MIGUEL, 2018, p. 95).

Há, ainda, segundo Miguel (2018), a própria legitimação da violência aberta cometida pelas forças repressivas que visam a manutenção da ordem. Assim como Žižek (2015), Miguel (2018) chama a atenção para a invisibilização das violências sistêmicas e estruturais, na medida em que não há uma pessoa ou um conjunto de pessoas específico que se possa responsabilizar, apesar de haver os beneficiários destas violências. Mais importante ainda, o autor alerta que “A desatenção à violência estrutural faz com que a *reação contra a opressão* transite simbolicamente como violenta, mas a própria opressão não” (MIGUEL, 2018, p. 97). Daí já podemos identificar que existem violências que simplesmente não são contadas como sendo violências, ao passo em que quando há um levante ou ato de revolta contra um sistema opressor e excludente, não há hesitação em condenar como terrorismo, radicalismo, depredação, vandalismo.

Algumas produções midiáticas no universo do cinema dão conta de apresentar essa complexidade da violência praticada por aqueles que estão do lado mais fraco, os dominados. *Bastardos Inglórios* (TARANTINO, 2009) — exemplo utilizado, inclusive por Miguel (2019, p. 101) — bem como *Bacurau* (2019), o qual citamos na introdução desta pesquisa — e *Parasita* (JOON-HO, 2019) são alguns exemplos de filmes aclamados pela crítica (e pelo público) que possuem uma certa exaltação de uma violência de caráter revolucionário, sobretudo porque os protagonistas caminham em direção a ruptura de um sistema racista e classista. Ao expor toda a ganância e fascínio pelo extermínio e/ou humilhações de determinados grupos, a eliminação desta classe dominante aparece como algo que *precisa* ser realizado, na medida em que contribui com a emancipação dos dominados, dos esquecidos, marginalizados e excluídos de um sistema violento estruturalmente e abertamente. Entretanto, Miguel (2018) aponta que por mais fascinante que possa parecer a adesão a violência aberta

como resistência, há ponderações, sobretudo porque “a admissibilidade do apelo à violência aberta tende a favorecer a perpetuação da dominação, não sua superação” (MIGUEL, 2018, p. 107). Os dilemas são inúmeros, porque não há como negar legitimidade a certos atos de violência aberta de caráter revolucionário, como também não há como pensar a transformação social apenas pela via da violência, mas também pela institucionalidade. O autor, ao fim, lembra que:

A posição de quem condena toda forma de violência é cômoda – é uma posição de quem ou está cega à violência estrutural ou não se preocupa em indicar como combatê-la. Para uma compreensão mais matizada e complexa da dinâmica que inter-relaciona dominação, violência e política, não há posição confortável. O dilema que caracteriza a relação entre política normativa e violência precisa ser mantido *como dilema*. Não existe uma posição normativa absoluta, muito menos uma solução prática. Devemos lidar com essa tensão, reencenando-a permanentemente, mantendo a sensibilidade para as diferentes facetas que se recombina nas conjunturas particulares, sem a congelar em “soluções” que se mostram ilusórias (MIGUEL, 2018, p. 112).

A grande tarefa necessária é problematizar a maneira como as violências estruturais e sistêmicas são perpetuadas nas sociedades — encontrando amparo institucional porque são invisibilizadas e sequer reconhecidas enquanto violências. Também a violência aberta (subjéctiva) possui legitimidade quando realizada pelo Estado e seus aparelhos repressores — tais como as polícias — sob a justificativa da segurança e prevenção. Ao passo em que qualquer reação a este esgotamento que as violências causam em populações marginalizadas é visto como criminosa e prontamente repudiada no discurso público. Partimos, então, para a violência simbólica, que é a violência exercida através da linguagem.

[...] quando percebemos algo como um ato de violência, sua definição enquanto tal é orientada por um critério que pressupõe o que seria a situação não violenta “normal” – ao passo que a forma mais alta de violência é justamente a imposição desse critério por referência ao qual certas situações passam a ser percebidas como “violentas”. É por isso que a própria linguagem, o meio por excelência da não violência e do reconhecimento mútuo, implica uma violência incondicional (ŽIŽEK, 2015, p. 62).

A partir do autor, podemos compreender que é a linguagem a responsável por construir e delimitar as fronteiras entre *Nós* e os *Outros*. Por isso a violência verbal é tão importante de ser compreendida e analisada quanto as outras violências. É a partir da linguagem que grupos são nomeados, por vezes estigmatizados, e esta nomeação dos seres no mundo, com atribuições e adjetivos, provoca, mantém e perpetua as demais violências —

subjetivas e objetivas. Fanon (1968) reflete sobre o vocabulário colonial, a maneira como o sujeito colonizado é descrito pelos colonos — uma linguagem que animaliza: “a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos réptis do amarelo, às emanções da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à pululação, ao bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário” (FANON, 1968, p. 31). As maneiras de descrever determinados grupos possuem consequências que vão além da enunciação e levam à ação. Além disso, as consequências podem ser vistas na subjetividade daqueles que são representados sempre de uma forma negativa, pois tais pessoas podem interiorizar os adjetivos que frequentemente as qualificam. A linguagem pode convocar a ação e esta ação pode ser de caráter destruidor. Os discursos inflamados de ódio contra as minorias vistos em protestos da extrema-direita reclamam o direito à violência (seja física ou simbólica) contra aqueles que são tidos como inferiores: negros, imigrantes, homossexuais, mulheres. Da mesma forma, em protestos de caráter revolucionário, os cartazes justificam a violência utilizada na destruição de patrimônios privados como bancos e lojas. Na ditadura do Brasil, os grupos armados de resistência, ao realizar expropriações em bancos, antes de levarem o dinheiro diziam porque estavam ali e o que pretendiam com aquela ação. A linguagem está ao lado da ação, ela convoca, busca justificar, categoriza e nomeia as ações.

A linguagem em si possibilita a violência quando utilizada para humilhar, separar e instaurar conflitos. A violência colonial, tal como Fanon (1968) aborda, é ainda bem vívida na linguagem contemporânea, manifestando-se através do racismo, sexismo e xenofobia. Em um episódio de *Black Mirror* (2016), *Men Against Fire* (VERBRUGGEN, 2016), um soldado deve resistir aos invasores de um determinado território, invasores que são nomeados como baratas. Essas baratas gigantes são descritas como seres que despertam nojo, como monstros, devendo ser combatidas coercitivamente e violentamente, pois são perigosas e podem, inclusive, contaminar a raça humana com uma doença mortal. Para combater este grande mal, o soldado, recém ingressante do exército, precisa utilizar um transplante neural que tem como objetivo ajudá-lo a identificar as baratas. Entretanto, algo inesperado ocorre quando uma luz é emitida contra o soldado e o dispositivo instalado em seu corpo começa a falhar. O homem então passa a enxergar as baratas como elas realmente são: pessoas normais. E se antes ele estava destemido a eliminar as baratas, quando passa a enxergá-las em sua forma humana, uma pessoa como ele, as coisas mudam. Este episódio também diz sobre a linguagem e a sua forma de desumanizar determinados grupos sociais. Construí-los como monstros para eliminá-los sem nenhum remorso. Ainda que as baratas, no episódio, não possuam uma

característica específica ou unificadora, a reflexão gira em torno da construção dos inimigos, e estes podem ser entendidos, na sociedade contemporânea, como os imigrantes, os árabes, os *Outros*. Os próprios palestinos já foram chamados de baratas, por exemplo, quando Rafael Eitan, chefe de Estado israelense já falecido, disse: “Quando tivermos colonizado a terra, tudo o que os árabes poderão fazer a respeito será correr como baratas drogadas em uma garrafa”.²⁷

Um ponto importante para esta pesquisa é que os árabes são diversas vezes representados enquanto terroristas. A questão do terrorismo, no entanto, é pouco problematizada e contextualizada. Dessa forma, antes de compreender como a televisão pode, ou não, atuar de maneira violenta ao narrar os acontecimentos, buscaremos compreender o que é o terrorismo e como os sentidos sobre o terror são construídos — nos dando, constantemente, uma falsa ideia do que, de fato, o constitui.

2.2. Em nome da paz, a guerra

Quando pesquisamos a palavra terrorismo no Google, as primeiras imagens que aparecem nos resultados são de homens encapuzados ou barbudos, com características físicas que remetem aos árabes, fortemente armados. O mal absoluto parece transbordar nas fotografias. O algoritmo do Google também foi responsável por associar o keffieh — lenço típico palestino — com o terrorismo. Dessa forma, nota-se que existe um estereótipo que associa os árabes com a barbárie. Logo, a mídia pode reproduzir tais estereótipos de forma intencional, ou não, visto que são construções simbólicas que repercutem há muito tempo no Ocidente.

O termo terrorismo nunca esteve tão em alta como ocorreu após os atentados de 11 de setembro de 2001. O mundo inteiro parou para assistir ao espetáculo da barbárie que se instalou em Nova York, nas torres gêmeas. Entretanto, antes de tudo, importa-nos aqui entender o que é exatamente considerado um ato de terrorismo. Segundo a United States Code Congressional and Administrative News (apud CHOMSKY, 2002, p. 17):

(Um) ato de terrorismo quer dizer qualquer atividade que *a*) envolve um ato violento ou uma séria ameaça à vida humana que seja considerado delito pelos Estados Unidos ou qualquer outro Estado, ou que seja delito assim reconhecido, se praticado dentro do território jurisdicional americano ou de qualquer outro Estado; e *b*) aparente (i) ser uma intimidação ou coerção à população civil; (ii) influencie a política governamental por meio de intimidação ou coerção; ou (iii) ameace a conduta de um governo por um assassinato ou sequestro (UNITED STATES CODE CONGRESSIONAL AND ADMINISTRATIVE APUD CHOMSKY, 2002, p. 17).

²⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-cosmopolita-desenraizado/>

Noam Chomsky (2002) traz essa explicação baseada na lei dos Estados Unidos para defender que não há país que seja mais terrorista quanto o próprio Estados Unidos. O autor menciona a falácia das chamadas intervenções humanitárias e chama a atenção para vários eventos protagonizados pelos Estados Unidos que poderiam ser caracterizados como terrorismo: o extermínio da população indígena, a conquista do México, intervenções violentas em territórios vizinhos, como Havaí e Filipinas, “e, nos últimos cinquenta anos, particularmente, valeram-se da força para impor-se a boa parte do mundo. O número de vítimas é colossal” (CHOMSKY, 2002, p. 12).

Mesmo diante destes fatos podemos afirmar que o estereótipo construído em cima do muçulmano é a principal figura comumente relacionada ao terrorismo. Além disso, os atentados de 11 de setembro acabaram conferindo legitimidade ao discurso de “segurança nacional” e ampliando as ocupações militares estadunidenses em territórios do Oriente Médio. O terrorismo tornou-se uma arma política, principalmente para os aliados Estados Unidos e Israel. Meruane (2019), narra em sua obra, *Tornar-se Palestina*, a cobertura midiática ocorrida nos Estados Unidos logo após os atentados de setembro de 2001:

Àquela hora ainda não havia responsáveis confessos, mas começava-se a especular que “algum grupo terrorista árabe” estava se vingando de um país que sempre havia apoiado a causa israelense. Começavam a mostrar imagens de crianças-palestinas comemorando o golpe no meio da rua. A imagem estava cortada. Não se sabia o que estavam olhando nem diante de que erguiam seus punhos. A sequência era breve, mas se repetia intercalada com a queda das torres. As crianças. As torres. E as mesmas crianças com seus mesmos braços para o alto, seus rostos iluminados; atrás, a voz em off referindo-se a elas como cúmplices da eterna intifada. As crianças e a queda seguidas de um Yasser Arafat, a quem restariam três anos de vida, lamentando a tragédia. “I’m shocked”, dizia num inglês consternado, mas imediatamente voltavam as torres e as crianças árabes para desmenti-lo. Aquelas crianças transformadas em precoces terroristas foram os emissários de então. (MERUANE, 2019, p. 44-45)

Não se pode negar o caráter terrorista de muitas ações realizadas por grupos islâmicos, mas pode-se questionar o motivo de as ações cometidas pelos Estados Unidos, Israel, e vários países da Europa, não serem enquadradas como terroristas e sim como “intervenção humanitária”, “guerra ao terror”, “segurança nacional”. No filme *11 de setembro* (2002), 11 diretores e diretoras, de diversos países, exibem, através de curtas-metragens de 11 minutos, algumas reflexões e perspectivas sobre o caso. Destacamos aqui a narrativa de Ken Loach, diretor britânico, no qual Pablo, um homem chileno que mora em Londres, escreve uma carta

aos Estados Unidos manifestando seu respeito às vítimas da brutalidade terrorista. Entretanto, o personagem vai além e traça um paralelo entre o 11 de setembro estadunidense e o 11 de setembro chileno, ocorrido em 1973, 28 anos antes dos atentados ao *World Trade Center*. Na ocasião, houve o golpe de Estado no Chile com o apoio político, logístico e financeiro dos Estados Unidos, resultando na queda do presidente Salvador Allende, eleito democraticamente pela população chilena, e dando lugar a Augusto Pinochet, que deu início a uma ditadura militar no país. No curta-metragem de Loach, Pablo narra suas memórias do dia 11 de setembro de 1973, o qual inaugurou uma brutalidade sistemática contra todos que se opusessem a Pinochet e ao regime militar: “Daquele momento em diante, nossa dor, e a de vocês, foi legalizada.” A repressão foi devastadora. Allende foi assassinado, jovens foram espancados, atacados com tiros, presos ou mortos. Entretanto, se a pergunta sobre o que ocorreu em 11 de setembro for direcionada a qualquer um fora do Chile, sabemos que a resposta será o episódio brutal de Nova York. E não se trata de eleger uma tragédia em detrimento de outras, mas de compreender como a narrativa estadunidense se apossou do carimbo de terrorista para subjugar países, pessoas e religiões, eximindo a “grande América” dos crimes violentos que cometeu em diversos territórios. Tudo em nome da paz.

Outra problemática é a questão da associação do Islã com o terror, como se o Corão fosse uma espécie de cartilha do mal. Centralizando o Islã ao terrorismo, ficam de fora os atos terríveis realizados em nome do cristianismo. Cria-se uma falsa disputa religiosa, antagonizando o cristão e o islâmico, como se fossem inimigos mortais. Em tais simplificações há o risco de banalização das ações terroristas islâmicas, quando a religião é colocada no centro de tudo, deixando de lado as questões políticas que interferem ativamente na construção de grupos terroristas. Conforme Žižek (2015):

Quanto aos ataques “terroristas” realizados por fundamentalistas, a primeira coisa que salta aos olhos é a ideia, desenvolvida de forma mais sistemática por Donald Davidson, de que os atos humanos são racionalmente intencionais e explicáveis em termos de crenças e desejos do agente. Essa abordagem exemplifica o viés racista das teorias da “racionalidade”. Embora seu alvo seja compreender o Outro a partir de dentro, acabam por atribuir-lhe as crenças mais ridículas - como, por exemplo, as infames quatrocentas virgens que esperam o crente no paraíso, como explicação “racional” da disposição do Outro para se explodir. Em seu esforço de tornar o Outro “como nós”, acabam tornando-o ridiculamente esquisito (ŽIŽEK, 2015, p. 75).

Há que se considerar que o Islã tem sofrido uma descaracterização, tanto por parte de grupos radicais, que se dão o direito de reinterpretar o Corão de acordo com suas próprias

convicções, quanto pelo Ocidente, que decidiu que a religião islâmica e o terrorismo são a mesma coisa. Žižek (2003) também aponta que, ainda que o próprio Islã, em séculos passados, tenha sido muito mais tolerante com outras religiões do que o cristianismo, o que importa é que os atos de terrorismo estão inscritos nas condições sociopolíticas modernas: “deveríamos voltar a focalizar o cenário econômico do conflito — o choque de interesses econômicos e dos interesses geopolíticos dos próprios Estados Unidos (como manter ligações privilegiadas com Israel e com os regimes árabes conservadores como os da Arábia Saudita e do Kuwait)” (ŽIŽEK, 2003, p. 61). Entretanto, o mais comum é que se construa um grande inimigo, personificado de forma caricata na figura do homem árabe muçulmano, como o responsável pelo terror contemporâneo, uma verdadeira ameaça ao Ocidente.

Como justificar a relutância em nomear os atos bárbaros de terror realizados pelos próprios estadunidenses, não apenas em outros países, mas dentro da América? Os ataques em escolas, o fanatismo cristão, os grupos racistas como a Ku Klux Klan — os crimes cometidos em nome de tais organizações e ideologias não são nomeados como terrorismo, a não ser que sejam cometidos por árabes. “Só se pode falar de terrorismo se o atentado é organizado a partir de baixo, se seus responsáveis não dispõem de nenhum poder?”, questiona Domenico Losurdo (2010, p. 15). E o que dizer então do comportamento operacionalizado do exército israelense contra a população palestina? Prisões em massa, crianças sendo severamente punidas por jogar pedras em canhões, o enclausuramento dos habitantes de Gaza — não seriam ações de terror? As perguntas são muitas. “De qualquer modo, uma conclusão se impõe: um atentado terrorista não se torna uma legítima operação de polícia ou substituição da justiça quando seu responsável é o agente de um serviço secreto ou o membro de um exército que, sem arriscar sua vida ou integridade, pode matar de forma tranquila e soberana” (LOSURDO, p. 20-21). Parece existir um certo direito soberano de matar, tal qual Mbembe (2016) discute em *Necropolítica*. Sendo o terrorismo utilizado como justificativa política para o investimento em invasões, prisões e torturas, os Estados Unidos e Israel têm se beneficiado, cada dia mais, após o 11 de setembro, da legitimidade do assassinato em massa. Além disso, as ações terroristas realizadas dentro desses territórios parecem escapar do selo de terror, sendo constantemente relativizadas. A barbárie acontece somente “lá fora”, no interior de sociedades “primitivas” tais como as populações árabes. Crimes cometidos por estadunidenses ou israelenses são apenas “erros no percurso” ou “desvios de conduta”. As consequências da “guerra ao terror” são ainda vistas atualmente.

Desde o 11 de setembro, as ações de “segurança” aumentaram e os palestinos também acabaram pagando um alto preço, ainda que não possuíssem qualquer relação com o atentado.

Chomsky (2002) observa que “Nos primeiros dias logo após os atentados de 11 de setembro, os blindados israelenses invadiram cidades palestinas [...], e muitas dezenas de palestinos foram mortos, além de a opressão de Israel sobre a população palestina ter aumentado ainda mais, como era de se esperar” (CHOMSKY, 2002, p. 22).

Jacques A. Wainberg (2005) avalia que tanto nos noticiários como no entretenimento há uma predileção midiática pela exposição da violência, sobretudo a violência física. Isso se deve ao fato de que o público também demonstra certa predileção por conteúdos em que a violência é explorada. O terrorismo, então, se revela não apenas como um fato, mas como algo que vale a pena ser noticiado repetidamente, pois alcança grandes níveis de audiência. Nesse sentido, ocorre também um certo embaralhamento nas fronteiras entre o real e a ficção, visto que o terror também é um tema amplamente explorado pelas produções hollywoodianas (WAINBERG, 2005, p. 29). O autor destaca alguns apelos que a programação violenta nas telas pode provocar. Dentre eles, destacamos aqui o que mais pode auxiliar na presente análise: o apelo à moralidade do espectador (WAINBERG, 2005, p. 31). Este apelo seria responsável por produzir certa sensação de alívio e prazer quando o bandido da trama é, finalmente, penalizado. Outro apelo destacado pelo autor é com base na teoria do cultivo, que afirma que a violência exposta na ficção seria responsável por apresentar um mundo mais perigoso do que realmente é, causando medo na população, que passa a se sentir ameaçada por determinados agentes ou acontecimentos violentos.

O fascínio pela violência é abordado por Wainberg (2005) também na chave do autor Dolf Zillmann, que elaborou uma teoria estética da destruição, afirmando que as pessoas possuem desejo de destruição de um objeto, e tal desejo pode ser saciado através da estimulação projetada nas telas. Wainberg (2005) traz alguns dos fatores psicológicos que, segundo Zillmann, a presença da violência na mídia causa no público, entre eles: a novidade, a busca de sensações, a projeção, a retaliação e condenação do mal, a catarse simbólica, a dessensibilização e a transferência de excitação (WAINBERG, 2005, p. 32). A busca e predileção por conteúdos violentos vão além da ficção e estão presentes, também, nos telejornais. Segundo o autor, isso se revela na busca dos telespectadores por conteúdo de noticiário policial (WAINBERG, 2005, p. 36). Ele observa, inclusive, que o próprio *Jornal Nacional*, “[...] o mais importante telejornal do Brasil, que passou, no final da década de 1990, a enfatizar a cobertura policial. Os demais conteúdos, entre eles o econômico (o noticiário internacional é marginal), passaram a segundo plano” (WAINBERG, 2005, p. 37).

Considerando, então, que existe uma preferência do público por conteúdos televisivos que explorem a violência, vale ressaltar que esta violência buscada para saciar os

prazeres sádicos da humanidade é a violência física, sobretudo se realizada como forma de vingança. Diante disso, a questão do terrorismo se desdobra em diversas problemáticas, pois este tipo de agressão não é, obviamente, desejada pelos espectadores. Entretanto, as imagens de um atentado são extremamente apelativas, o que eleva o número da audiência, exatamente por possuir algumas características, tais como: “o alvo é geralmente inocente, o disparo é feito quase sempre em lugar público, o massacre tem um número alto e crescente de vítimas e a cena é chocante e excepcional” (WAINBERG, 2005, p. 37); que o terrorismo é sempre uma pauta repetidamente explorada quando algum acontecimento dessa natureza irrompe no espaço público. Entretanto, existem alguns fatores que influenciam na intensidade da transmissão e retransmissão desse tipo de acontecimento. Um deles é fundamental para a reflexão aqui presente: o local da ocorrência. Por um lado, Wainberg (2005) afirma que um atentado terrorista, “Ao atingir de alguma forma países e grupos de elite, sua difusão seria ainda mais observada” (WAINBERG, 2005, p. 38). Por outro lado, a importância da localidade também se revela quando alguns países ou grupos só são alvos de coberturas jornalísticas quando apresentam elementos suficientes de violência, ou, de alguma forma, possuam um impacto nacional suficiente para que haja uma preocupação em noticiá-los. Nesse sentido, alguns conflitos são simplesmente esquecidos pela imprensa. Em outras palavras, “Como afirma Jakobsen, a cobertura da imprensa na fase anterior e posterior à violência é mínima porque a mídia não tem interesse em conflitos que não despertam uma densidade dramática capaz de mobilizar a atenção do público” (WAINBERG, 2005, p. 41). Isso é visível no caso da Palestina, já que dificilmente um acontecimento que não envolva a violência física nos conflitos existentes entre os israelenses e os palestinos será noticiado nos telejornais brasileiros.

Para explicar porque alguns grupos sociais só recebem atenção midiática quando são alvos ou autores de violência, tal como o terrorismo, chegamos à questão do estigma. Rosana de Lima Soares (2020), que se dispôs a analisar como os estigmas estão presentes nas mídias, afirma que “De forma geral, podemos definir o estigma como uma marca visível, um sinal que desperta nos outros um sentimento de atração e repulsa. [...] os estigmas operam como fatores de inclusão e de exclusão, de estabelecimento de igualdades e desigualdades” (SOARES, 2020, p. 26). Diante disso, tem-se que os estigmas não necessariamente operam como forma de exclusão, já que algumas marcas podem ser consideradas como privilégios, sendo formas de distinção de uma maneira tida como positiva. Entretanto, há também marcas que são vistas de forma negativa, quando os estigmas são empregados a certos grupos sociais e passam a ser vistos de forma depreciativa.

Em termos sociais, tudo aquilo que funciona como sinal de separação é passível de transformar-se em estigma. No processo por se distinguir dos outros (e, ao fazê-lo, aproximar-se de seus semelhantes), o humano passa a apontar as *pequenas diferenças* que se mostram visíveis: a cor da pele, o formato dos olhos, as roupas, o cabelo, os gestos, a fala, entre outras coisas (SOARES, 2020, p. 28-29).

Sendo assim, as marcas que separam e aglutinam sujeitos podem ser intencionais ou não. Além disso, Soares (2020) aponta para uma ideia interessante ao afirmar que somente quando o indivíduo se reconhece no lugar do estigma é que de fato é estigmatizado. As marcas que distinguem certos grupos devem ser reconhecidas socialmente pelo próprio grupo e também pelo outro. Por isso, é importante destacar mais uma vez que o estigma não é sinônimo de exclusão. Os estereótipos, os preconceitos, a discriminação e a dominação de uns sobre outros podem partir da constituição dos estigmas, mas não é sempre que isso ocorre (SOARES, 2020, p. 36). Isso não quer dizer que devemos naturalizar os estigmas, pois estes existem em relação ao estabelecimento de um padrão, sendo que o que desvia do padrão construído é estigmatizado e, embora tenha afirmado que nem sempre o estigma conduz ao estereótipo ou à exclusão, há vários exemplos de quando isso ocorre, como no caso do racismo, do machismo e da homofobia, apenas para citar o óbvio. O ódio e a exclusão de negros, mulheres e homossexuais se originam na estigmatização desses grupos, quando aceita-se socialmente que estes são diferentes e desviantes de um padrão estabelecido.

Dado isso tudo, é inegável que a mídia é também por onde passam ou se constroem os estigmas sociais e, voltando à questão dos grupos que só aparecem nas telas como vítima e/ou algozes, é possível compreender que os estigmas estão fortemente presentes nesse modo de apresentar a violência física, seja sofrida ou praticada, por determinados grupos sociais. Se um atentado terrorista ocorre nos Estados Unidos, ou em Israel, e este é, ainda, praticado por grupos islâmicos radicais de origem árabe, certamente o assunto será noticiado massivamente desde o ato até os desdobramentos seguintes. O estigma, neste caso, é explorado na medida em que os sujeitos orientais islâmicos carregam consigo marcas que os distinguem de norte-americanos e israelenses. Tais marcas levam ao estereótipo e ao preconceito contra pessoas que seguem preceitos islâmicos, ainda que o terrorismo não seja sinônimo de islamismo. O estigma também opera quando um acontecimento desta magnitude é lamentado repetidamente pela mídia, enquanto outros locais permanecem no esquecimento, mesmo que vivendo situações de violência constante. A predileção por um grupo em detrimento de outro, ou uma

nacionalidade em detrimento de outra, é um desdobramento dos estigmas que foram construídos acerca da ideia de Oriente e Ocidente.

Por outro lado, há que se considerar que, mesmo no Oriente Médio, não existe apenas este modo de estigmatizar populações, pois existe também a tendência em explorar o caráter de vítimas, especialmente tratando-se de mulheres muçulmanas. O estigma aparece aí como uma forma de localizar essas pessoas apenas enquanto vítimas, levando à exploração de imagens da miséria e violência vivenciadas em determinados territórios. Nota-se, então, esse duplo movimento nos noticiários: tanto a tendência em estigmatizar populações orientais ora como algozes, ora como vítimas. Estas considerações serão exploradas mais adiante.

Para tentar compreender como a violência na televisão impacta na vida fora das telas, recorreremos a Eugênio Bucci (2000-2001). No texto Como a violência na TV alimenta a violência real – da polícia, o autor inicia com a narração de um fato que ocorreu em 1987, nos Estados Unidos, no qual o secretário da Fazenda da Pensilvânia cometeu um suicídio durante uma coletiva de imprensa amplamente televisionada. Bucci (2000-2001) relembra o caso e diz que, embora o acontecimento chocante tenha ocorrido diante das câmeras, as imagens do momento do suicídio não foram divulgadas, supostamente em respeito à vítima e ao público. Depois, o autor salta para dez anos à frente, em maio de 1997, quando o pedreiro Diego José foi executado por policiais na rodovia D. Pedro I, também diante das câmeras, enquanto praticava o sequestro de uma criança. Ao contrário do primeiro caso, o momento da morte de Diego não foi poupado dos olhos do público, sendo repetido inúmeras vezes nos canais de televisão brasileiros. Segundo Bucci (2000-2001), era como se Diego morresse todos os dias diante do público, que comemorava o ato “heroico” dos policiais.

A partir desses dois casos distintos, Bucci (2000-2001) questiona o porquê houve a diferença de tratamento nas coberturas jornalísticas que narraram esses dois acontecimentos. A resposta óbvia é que enquanto no primeiro caso tratava-se de uma autoridade e, por isso, envolvia uma personalidade “de respeito”; no segundo caso era “apenas” um pedreiro e, pior, sob o estigma de “bandido”, não tendo seus direitos respeitados da mesma forma do que uma autoridade. Tal resposta óbvia, como o próprio autor a caracterizou, revela de que forma o preconceito de classe e o estigma estão massivamente presentes na televisão brasileira. O autor faz uma leitura do caso do pedreiro Diego como se a morte dele causasse, de fato, prazer na população, que se sentiria aliviada ao ver que o “mal” havia sido aniquilado pelas mãos do “bem” – no caso, embora contraditoriamente, a polícia.

Bucci (2000-2001) deságua numa discussão sobre o medo. O medo de morrer que se converte na vontade de matar, em uma tentativa desesperada de acabar com as ameaças que

são criadas, ou reproduzidas, também, pela mídia. Na presente investigação, o raciocínio de Bucci (2000-2001) faz todo o sentido, visto que o imaginário criado e alimentado pelos filmes hollywoodianos, por exemplo, instaurou como normal a associação de homens árabes, ou ainda homens estrangeiros e não brancos, com o terrorismo e a barbárie. Diante disso, através de uma repetição incessante de imagens depreciativas, é quase como se fosse óbvio que os árabes são violentos. Portanto, o que é visto como ameaça não é algo dado, é construído ao longo do tempo, através da repetição de imagens e palavras, tal como operam os estigmas: “Em geral, os estigmas trazem em sua base, sustentando uma grande narrativa, ou um grande tema, repetido ao longo da história, apresentando uma certa invariância (tais como morte, sexo, violência, política, religião, geração)” (SOARES, 2020, p. 37). Logo, a partir dos estigmas, ameaças também podem ser construídas, e a partir do momento em que um grupo ou indivíduo é retratado de forma ameaçadora, a sua eliminação torna-se não apenas louvável, mas necessária.

Na visão de Bucci (2000-2001), o público estaria sedento por mortes, especialmente as executadas pela polícia. Entretanto, este desejo não está isento de complexidade, como o autor expõe a seguir. Quando a violência policial é, para o público, de fato injustificável, como no caso de pessoas consideradas inocentes, a reputação da polícia começa a se deturpar. Esse é um ponto importante para a reflexão sobre violências que são, de certa forma, legitimadas e aquelas que são repudiadas. Há um movimento de categorização das pessoas, entre bem e mal, para que sejam consideradas dignas de vida ou de morte. Essas classificações, embora naturalizadas através dos estigmas e dos estereótipos, não estão dadas, são construídas e servem a propósitos políticos pela manutenção do poder. Retomando Butler (2019), é importante lembrar que “Vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo” (BUTLER, 2019, p. 52). Além disso, grande parte destas diferenciações e classificações entre bem e mal foram construídas a partir de preceitos racistas e discriminatórios.

Deste modo, aproximando-se da temática desta pesquisa, pode-se vislumbrar que: existe um estigma do homem árabe e/ou muçulmano, que é base dos estereótipos e preconceitos, ao associá-los como violentos e/ou terroristas. Nesse sentido, quaisquer ações que envolvam o uso da força por parte destas pessoas serão vistas enquanto atos extremistas e, ao categorizá-las desta maneira, institui-se que homens árabes e/ou muçulmanos são ameaças. Logo, as ameaças podem e devem ser eliminadas para que haja paz. Entretanto, a realidade destas “ameaças” é invisibilizada, e a violência cometida contra essas pessoas e comunidades

não repercute, tampouco sensibiliza. Sendo assim, a população palestina, inserida neste estigma, também tende a ser estereotipada pela mídia de uma forma geral, inclusive no próprio Jornal Nacional.

2.3. A televisão e seu próprio modo de violentar

Rose Satijo Gitirana Hikiji (2001), antropóloga visual, analisou de que forma filmes norte-americanos dos anos 90 trabalharam a temática da violência ora como espetáculo, ora de forma sensacionalista e melodramática, ora como desconstrução. Mais importante para esta discussão é o que ela afirma sobre quais violências encontram espaço de representação na mídia, que no caso são as violências físicas, causadoras do medo: crimes hediondos, estupros, sequestros etc. Violências não apelativas, correspondentes à ordem econômica, social, ecológica etc., não encontram o mesmo espaço nas telas. “Assim, definindo-a a partir de seus interesses, isolando-a de um contexto econômico, político e social mais amplo, a mídia ensina a violência, explica o que deve ser temido” (HIKIJ, 2001, p. 48). Ao refletir sobre dois filmes de Quentin Tarantino (Cães de Aluguel e Pulp Fiction), e um de Joel Coen (Fargo), a autora analisa, em relação à reação do público, que o riso manifestado frente às cenas de extrema violência física demonstra a satisfação do público com elas. Por isso mesmo, ao dar-se conta de seu fascínio expressado pelo riso, o momento seguinte é de tensão, pois é quando o indivíduo percebe que, de certa forma, as cenas brutais lhe causaram prazer. Certamente, existe um modo específico, ao menos em Tarantino, de lidar com cenas violentas. Ao absurdo utilizado soma-se uma comicidade que resulta impossível não levar ao riso. Entretanto, pensar no prazer ao consumir imagens de horror faz-se interessante nesta pesquisa, sobretudo se pensarmos em qual tipo de violência – e contra quem – está provocando tal prazer.

Retomando Bucci (2000-2001), o autor fala do papel da televisão em relação ao aumento da brutalidade policial, já que o público passou a buscar programas inscritos no gênero policial e, na mesma medida, os policiais passaram a ser considerados heróis da população. Sendo assim, como forma de manter essa posição de truculência heroica contra o mal, era necessário matar mais para continuar sob a adoração de um público sedento. Nesse ponto, já podemos vislumbrar a importância que a televisão possui para além das telas. No próprio texto de Bucci (2000-2001), verifica-se que o autor começa narrando memórias que ele possui e que são compostas por imagens televisivas. Ou seja, a televisão ocupa um espaço importante na memória social, sobretudo quando a violência está envolvida. Basta lembrarmos do caso Suzane Richtoffen, do caso Eloá, do caso Sandro... São imagens televisivas que parecem fazer parte da história dos brasileiros, embora grande parte do

conhecimento obtido sobre esses casos seja o que foi dado pela televisão e pelo cinema. Esse movimento de memória televisiva vai além das fronteiras. O caso das torres gêmeas, por exemplo, gera debates até hoje, nos quais as pessoas tentam lembrar-se o que estavam fazendo no momento em que o plantão da Rede Globo irrompeu no cotidiano brasileiro para narrar os atentados terroristas nos Estados Unidos. Grande parte das pessoas tem alguma memória relacionada a esse acontecimento, mesmo que não estivesse nos Estados Unidos e não seja estadunidense. De acordo com François Jost (2007),

Talvez todos se lembrem de Martin Tupper, o herói da série *Dream on*, que diante de diversos acontecimentos de sua vida, recorda-se de cenas fictícias de televisão que assistiu em sua infância; os dois personagens de *Friends*, que também, tomam voluntariamente como referência as emissões de televisão [...]. Os cenógrafos não precisam procurar muito longe essas situações, que, bem-entendido, estão na memória do público que eles querem seduzir: para os filhos da televisão, com efeito, as emissões da infância tornaram-se lugares de nostalgia que constituem a memória comum de uma geração, memória essa que tem seus ritos de celebração [...]. (JOST, 2007, p. 35)

Embora Jost (2007) utilize exemplos de programas televisivos de ficção estrangeiros, pode-se vislumbrar o impacto afetivo da televisão em seu público. O autor também pontua, ao voltar-se para a história da televisão, que esta nasceu de um desejo de ver a distância (JOST, 2007), ou seja, o desejo de enxergar além de seu próprio espaço. De fato, os televisores nos oferecem uma gama de possibilidades de entretenimento, informação e conteúdos sobre lugares que talvez nunca ouvíssemos falar se não fosse a mídia. Mas o que vemos na televisão é o que nos é permitido olhar, é um pequeno fragmento de realidade, não correspondendo às complexidades da existência humana. No caso das ficções, talvez este movimento de recorte seja mais óbvio para o público, visto que se sabe que aquela produção não possui cenas “reais”, sendo totalmente encenada. Já em produções que se inscrevem na realidade, como os noticiários, existe a ilusão de que as imagens, de fato, correspondem à totalidade de um mundo real e palpável. A programação televisiva, entre os conteúdos que ancoram-se no real e as ficções, dependerá da identidade de cada emissora. Neste ponto, Jost (2007) afirma que “Escolher conteúdos (emissões) e colocá-los em faixas horárias, ação entendida como arte de programar, não é um procedimento neutro. A seleção, como a sucessão e a aproximação dos programas são criadores de sentido e contribuem para forjar a identidade da emissora” (JOST, 2007, p. 52).

As diferenciações entre o que o público confere o selo de real ou o selo de ficção dependem do gênero em que determinado programa está inscrito. Sobre isso, Jost (2007)

afirma que o gênero carrega duas promessas: uma promessa ontológica, na qual o público, ao reconhecer em que gênero determinado conteúdo está inscrito, cria expectativas de acordo com o conhecimento partilhado socialmente do que aquele gênero promete: a comédia promete o riso, o terror promete o medo, o documentário promete a realidade, o ao vivo promete a simultaneidade entre emissão e recepção, e assim por diante; e uma promessa pragmática, esta diz respeito às estratégias da televisão ao nomear as emissões com um determinado gênero, procurando guiar o público a crer que trata-se, mesmo, daquele gênero, mesmo que não seja. Como exemplo, o autor menciona o fato de programas televisivos recorrerem a recursos extratelevisuais para indicar que um programa está ao vivo, quando na verdade foi gravado. De todo modo, vê-se que existe uma relação entre público e televisão, que pode ser de confiança ou não, visto que o público reage ao conteúdo transmitido quando este não corresponde às expectativas.

Rosa Maria Bueno Fischer (2002) acredita que a televisão possui modos de educar o público através do que a autora denomina dispositivo pedagógico da mídia. A autora desloca o conceito de dispositivo de Foucault para a questão da mídia, sobretudo a televisão, e seus modos de educar. Fischer (2002) afirma que os meios de comunicação vão além de fornecedores de informação e entretenimento:

[...] trata-se bem mais de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante (FISCHER, 2002, p. 153).

Visando investigar as formas de subjetivação propiciadas pelos meios de comunicação, a autora considera a televisão como fundamental à própria constituição do sujeito contemporâneo, visto que ela é “parte integrante e fundamental de complexos processos de veiculação e de produção de significações, de sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida” (FISCHER, 2002, p. 154). A televisão seria então uma fonte educadora da sociedade contemporânea, ao lado de outras instituições, como a própria escola, “um lugar especial de educar, de fazer justiça, de promover a ‘verdadeira’ investigação dos fatos [...] e ainda de concretamente ‘ensinar como fazer’ determinadas tarefas cotidianas, determinadas operações com o próprio corpo, determinadas mudanças no cotidiano familiar e

assim por diante” (FISCHER, 2002, p. 155). Sendo assim, o modo de educar da televisão revela-se em diversas instâncias da vida cotidiana.

Além disso, Fischer (2002) menciona a constante exposição de indivíduos na televisão como uma técnica de gerar aproximação com os telespectadores. Pessoas variadas são expostas a fim de realizarem confissões íntimas de suas vidas pessoais, o que faz com que o público enxergue a si mesmo quando as assiste. Dessa forma, a televisão busca individualizar ao máximo os acontecimentos, histórias e fatos, sobretudo porque “Tais estratégias captam os telespectadores na sua intimidade, produzindo neles, muitas vezes, a possibilidade de se reconhecerem naquelas verdades ou mesmo de se auto-avaliarem ou autodecifram com relação àquele tema” (FISCHER, 2002, p. 157). Entretanto, mais uma vez é necessário sublinhar que as escolhas pela exposição de determinados indivíduos, que por sua vez são inseridos em temáticas, perguntas e enfoques específicos, não se dá de maneira indiferenciada, existe uma seleção de pessoas que, a depender de determinadas condições e status sociais nas quais estão inseridas, serão tratadas de formas distintas. Este movimento de seleção e recorte social revela, também, lugares de poder, ou seja, “a transformação de nossas vidas em espetáculo está diretamente relacionada a uma série de preconceitos, a uma série de valores e de definições a respeito do que são, por exemplo, determinados grupos na sociedade [...]” (FISCHER, 2002, p. 157).

A televisão constitui-se, dessa forma, também como um terreno de disputas por identidade e representação e, por isso, é necessário estar atento de que maneira os conteúdos transmitidos estão tratando e nomeando as diferenças, segundo Fischer (2002). De fato, pessoas representando diferentes identidades são colocadas para falar na televisão, mas isso não significa, como vimos acima, que serão todas tratadas da mesma maneira. É por isso que Fischer (2002) reitera a necessidade de questionar.

Na ordem do simbólico televisivo, por exemplo, de que modo um grupo como os dos sem-terra é nomeado? E as adolescentes de periferia? E os jovens drogados? E a mulher dona-de-casa? E os portadores de alguma deficiência? E a professora do sertão nordestino? Em que medida todos esses diferentes são tratados como diferença a ser excluída ou normalizada; ou então, numa outra perspectiva: em que medida esses “outros” ganham visibilidade como diferença a ser reconhecida socialmente? (FISCHER, 2002, p. 159).

Ocorre que o conteúdo televisivo não é apenas dado pelos produtores da TV, mas sim se constitui de uma demanda do público. A própria individualização, como mencionada por Fischer (2002), parte de um desejo das pessoas de se identificarem com outras, de ver suas

paixões, medos e prazeres nas telas. Bucci (2004), em *A crítica da televisão*, afirma que “é preciso levar em conta, [...], que aquilo que o telespectador vê na tela emerge não apenas da tela em si, mas também de algo que ele, telespectador, já estava demandando antes” (BUCCI, 2004, p. 29). O autor aponta que a televisão não se restringe a um simples movimento de emissão e recepção, não se configura enquanto apenas uma transmissora de informações, ideias e pensamentos, isso porque, segundo ele, a função fundante dos meios de comunicação é de constituir e conformar o espaço público (BUCCI, 2004, p. 30). O jornalista defende, ainda, que a televisão não mostra lugares, ela é um lugar em si: “Eis aí como se consoma o lugar em si da TV, um lugar do olhar: que nos olha, que nos interpela, que nos designa e nos localiza antes de que para ele nós olhemos” (BUCCI, 2004, p. 33).

Além disso, o tempo da TV configura-se em uma nova dimensão, visto que passado e futuro parecem sempre presentificar-se. Tanto o que ocorreu ontem como o que pode ocorrer amanhã é sempre transmitido com a sensação de que está ocorrendo hoje e agora. Para Bucci (2004), o tempo da televisão é o tempo do inconsciente, proposta que ele defende ao acionar fragmentos de Louis Althusser sobre a ideologia em geral. Althusser, por sua vez, estabelece uma relação entre a ideologia e o inconsciente – que, para Sigmund Freud, é eterno, e se é eterno não tem história. Dessa maneira, a partir da aproximação de ideologia e inconsciente feita por Althusser, que afirma que a ideologia também não tem história, Bucci (2002) aproxima o inconsciente da televisão, em relação ao tempo.

Basta examinarmos o andamento dos clipes e dos comerciais na TV, as cenas românticas das telenovelas e dos filmes, basta que observemos a avalanche de imagens que soterram os sujeitos a um tempo dispersos e compactados num só espaço que teremos a melhor tradução do que intuiu Althusser. Como nos sonhos, como na ideologia em geral, como no inconsciente, o passado e o futuro deságuam um no outro; não começos encadeados a meios e fins; as narrativas lógicas se dissolvem numa pasta que, não obstante, tem um sentido profundo: o sentido de integrar pelo olhar (BUCCI, 2004, p. 37).

Em *O espetáculo como meio de subjetivação*, Maria Rita Kehl (2004) lança um olhar sobre a televisão acionando Theodor Adorno e sua discussão sobre indústria cultural e Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo. Para Kehl (2004), “A televisão é a mais espetacular tradução da indústria cultural” (KEHL, 2004, p. 43). Da indústria cultural de Adorno até a sociedade do espetáculo de Debord, ocorre que houve um movimento de um para o outro, em virtude da expansão midiática. Dessa forma, é como se a sociedade do espetáculo se configurasse em uma indústria cultural mais atual, e na qual a televisão é o meio mais

poderoso de todas as mídias: “o que houve foi um extraordinário aperfeiçoamento técnico dos meios de se traduzir a vida em imagem, até que fosse possível abarcar toda a extensão da vida social” (KEHL, 2004, p. 44). Os meios de comunicação, ancorados em uma perspectiva mercadológica, lançam mão das imagens para fomentar o consumo, mas vão além. A imagem passa a fazer parte também do lazer, geram identificação e ocupam o lugar do imaginário.

Mais além ainda, as imagens criam desejos que não existiriam se não fossem fomentados pelas mídias, ou melhor, as necessidades criadas pelas imagens geram desejos em quem as consome. Nisso, perde-se a possibilidade de o sujeito compreender seus próprios desejos e sua própria existência. A subjetividade é então comprometida e passa a ser moldada conforme as imagens, que lhes devolve “uma subjetividade reificada, produzida em série, espetacularizada” (KEHL, 2004, p. 53). Ocorre também uma exclusão em relação àqueles que não se adaptam a esta indústria, visto que a inclusão depende de um compartilhamento de referências em comum, o que também acaba por revelar fatores de inclusão e de exclusão de acordo com a classe social dos indivíduos.

Sendo a televisão tão importante no cotidiano brasileiro e na constituição e reconstrução de fatos, e visto, ainda, o seu caráter pedagógico, é necessário ter em mente que a televisão tem seu modo próprio de violentar. A proliferação de imagens de maneira a garantir o status de ameaças a determinadas populações é uma forma de violência simbólica, por exemplo. Os efeitos da televisão na subjetividade contemporânea são abordados por Kehl (2004) em outro ensaio: *Televisão e violência do imaginário*. Ela aponta a violência do imaginário como o efeito mais grave da presença televisiva no cotidiano contemporâneo.

Como já levantado aqui, existe, sim, uma relação entre as imagens que consumimos e a violência, seja no aumento da violência, seja no gozo pela violência ou na criação de ameaças que causam o medo na população. Kehl (2004) afirma que “a cultura de massa é uma formação predominante na nossa sociedade e, nela, a tirania da imagem é avassaladora – há, sim, um tipo de violência que *é própria do funcionamento do imaginário em si*” (KEHL, 2004, p. 88). Entretanto, para a autora, não se trata de uma relação de causa e efeito, e nem mesmo é necessário que as imagens sejam agressivas para se ancorarem na violência do imaginário. Ocorre que houve e ainda há uma repetição incessante de imagens violentas que fizeram com que houvesse um aumento da tolerância a essas imagens. O que poderia causar horror há alguns anos já não surte o mesmo efeito, visto que o consumo da violência expandiu-se e normalizou-se. A autora demonstra preocupação em relação a isto, visto que “Vamos nos acostumando com a violência, como se fosse a única linguagem eficiente para

lidar com a diferença; vamos achando normal que, na ficção, todos os conflitos terminem com a eliminação ou a violação do corpo do outro” (KEHL, 2004, p. 89).

Para falar sobre a violência do imaginário, Kehl (2004) afirma, em primeiro lugar, que o funcionamento do imaginário dispensa a necessidade do pensamento. Isso quer dizer que o fluxo de imagens, ao surtir o gozo, interrompe a necessidade do pensamento, uma vez que o pensamento trabalha na busca da realização do desejo, e no instante em que esse desejo é alcançado, há uma pausa no pensamento. Certamente, a televisão tem seu modo próprio de produzir a sensação de gozos sucessivos, no qual o telespectador não precisa demandar o pensamento. Em segundo lugar, Kehl (2004) diz que o funcionamento do imaginário estimula a passagem ao ato – que, na psicanálise quer dizer que uma intenção passa a ação, sem que se mentalize uma resposta ao desejo antes. Isto tem relação com a primeira premissa, visto que se não há pensamento, não há simbolização do que se vê, levando o sujeito à angústia e ao ato superficial. Em suma, “uma sociedade regida por formações imaginárias torna-se uma sociedade violenta. A violência do imaginário é a resposta à ausência de sentido na nossa vida quando o pensamento é dispensado e quando os nossos únicos lugares de existência são o corpo e o ato. Esta é a violência do imaginário” (KEHL, 2004, p. 103-104). Não é à toa que em *Black Mirror*, sempre que um personagem está imerso em um dispositivo tecnológico, ele é visto como se estivesse em uma espécie de coma e de gozo. Não está pensando, não está presente na materialidade de seu espaço, é como se estivesse levitando, levado a outro mundo, um mundo onde o simbólico já está dado e representado, não carecendo que se faça um exercício mental para absorver as imagens. É um convite ao não pensamento, tal como a televisão o faz.

Não à toa, também, como prova de que o público mostra-se cada dia mais insaciável de imagens violentas, a série mais assistida no serviço de *streaming Netflix* é a produção sul-coreana, *Round 6* (DONG-HYUK, 2021). Na obra, não faltam longas cenas sangrentas e absurdas de violência física, corpos dilacerados, desejo de vingança, gozo pela morte. É particularmente significativo que *Round 6* ocupe o posto de série mais assistida da *Netflix*, pois a exploração máxima das cenas violentas gerou um reconhecimento positivo do público, como se este estivesse farto das imagens anteriores que lhes eram oferecidas, como se estas não estivessem mais cumprindo o seu papel de fazer gozar. Isso recai sobre a normalidade da violência em ascensão, como abordamos aqui.

Diante disso, o debate levantado nos auxilia a pensar de que forma a televisão nos olha, nos convida e nos fornece um universo onde o simbólico é oferecido como real, e onde as representações estão dadas de acordo com padrões estabelecidos e que não necessariamente

refletem a experiência de determinados grupos sociais. É inegável que a televisão está ancorada em perspectivas de poder, em fatores de inclusão e exclusão; entretanto, essas perspectivas e fatores nem sempre são dados de maneiras óbvias. Ou, ainda que sejam, existem violências simbólicas há tanto tempo naturalizadas que podem passar despercebidas e não serem vistas enquanto violência.

3. AS MINÚCIAS DO ESPETÁCULO: JORNAL NACIONAL EM PERSPECTIVA

Tendo em vista o debate feito até o momento, chega-se mais próximo ao objeto deste estudo, o Jornal Nacional. É pertinente considerar nesta análise que o telejornal mais assistido do Brasil pertence às Organizações Globo, o conglomerado midiático mais poderoso do país. Por isso, voltemos para os anos 1960, época em que a TV Globo foi fundada por Roberto Marinho. A volta a um passado tão recente serve para enxergar de que forma essa empresa agiu ao longo dos anos, inclusive nos momentos mais marcantes da política brasileira. Não somente agiu, como reagiu e instaurou novos rumos para a política – mesmo que de maneira velada.

Deslocar o olhar para a história da emissora também é importante para que possamos vislumbrar o seu poder diante da sociedade civil e das figuras políticas do alto escalão. Ao longo dos anos, a Rede Globo conquistou o “selo da verdade”: se está na Globo, é verdade. Ou seja, a emissora alcançou não somente poder econômico e político, como também a confiança do público e o respeito dos profissionais de comunicação que sonham em trabalhar no empreendimento da família Marinho. Cabe-nos questionar como esse poder é mobilizado por aqueles que comandam a empresa e de que forma isso impacta na realidade dos brasileiros. De que forma pode, ou não, condicionar o olhar dos brasileiros à sua própria forma de ver e interpretar os fenômenos contemporâneos. O Jornal Nacional soube conduzir seu poder durante bons anos, entretanto, atualmente, tem sofrido uma queda de audiência e passado por uma crise de legitimidade. Mesmo assim, nos momentos mais tensos da política brasileira, de certa forma, o público espera pelo posicionamento do Jornal Nacional. Às vezes, essa expectativa vem com o escárnio, sobretudo quando envolvem escândalos de partidos ou figuras políticas os quais a Globo e o próprio Jornal Nacional já estiveram alinhados de certa forma. É um verdadeiro deleite para alguns.

A Palestina no Jornal Nacional aparece de forma repetitiva, não há grandes reportagens que se destaquem das demais. As imagens são parecidas, o texto da escalada, da chamada e da reportagem também não muda muito ao longo do tempo. Entretanto, mesmo nessa monotonia, há elementos que podem ser observados mais atentamente. Afinal, estamos falando de uma empresa que endossou o regime militar no Brasil, lançou campanhas difamatórias contra vários atores políticos, principalmente os alinhados à esquerda, e reproduz, diariamente, através de seu carro-chefe do telejornalismo, o Jornal Nacional, seus ideais e valores conservadores.

3.1. O padrão Globo de controle

A democracia ocidental na qual estamos inseridos foi fundada sob preceitos politicamente liberais e economicamente capitalistas (RAMOS, 2005, p. 58). Por este motivo, Murilo César Ramos (2005) aponta o que ele considera um paradoxo: “a exclusão democrática que se acentua quanto mais o indivíduo se vê colocado abaixo na escala da distribuição das riquezas” (RAMOS, 2005, p. 58). Basicamente, os ricos seguem sendo beneficiados, enquanto os pobres são excluídos sistematicamente. No entanto, conforme o autor sublinha adiante, “Essa verdade quase auto-evidente é, porém, mascarada pelos mecanismos de controle social que o sistema de poder dominante, o dos ricos, engendra para dissimular a sua hegemonia” (RAMOS, 2005, p. 58). A questão revela-se mais complexa quando entendemos que esses mecanismos de poder não encontram respaldo somente por quem está no topo, mas também no âmbito da própria sociedade civil. Nesse debate, Ramos (2005) ancora-se em Antonio Gramsci, para quem a sociedade civil pode ser definida como uma esfera social dotada de relativa autonomia, mas que também legitima a dominação e assegura a continuidade da hegemonia vigente. No âmbito da sociedade civil, encontram-se, segundo Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia, como as igrejas, os sindicatos, os jornais, e assim por diante. São instituições que partiram da sociedade civil e, por serem autônomas em relação ao Estado, não são aparelhos coercitivos, as pessoas possuem liberdade para aderi-los ou não.

Fundada sob as insígnias da ditadura militar no Brasil, a TV Globo se consolidou como uma das emissoras mais poderosas do país. Sem deixar possibilidade de concorrência para outras empresas de comunicação, as Organizações Globo de televisão conquistaram famílias brasileiras com suas telenovelas e telejornais, além de outros programas de entretenimento e informação. O nascimento da Rede Globo enquanto emissora de televisão aconteceu mediante um acordo internacional com a Time-Life, empresa dos Estados Unidos, ainda que o envolvimento de empresas estrangeiras na mídia brasileira fosse vetado pela constituição. Mesmo assim, o acordo não trouxe nenhuma consequência à Globo, conforme relata Ramos (2005, p. 67). Mario Sergio Conti (1999) conta que “A Globo tornou-se miliardária e onipresente. Em 1988, a Central de Jornalismo [...] contava com um orçamento de 40 milhões de dólares. O seu carro-chefe, o Jornal Nacional, tinha um público cativo de mais de 60 milhões de pessoas e era o programa de maior audiência da televisão brasileira” (CONTI, 1999, p. 31-32). Por todo esse poder da Rede Globo, muito se fala em oligopólio para criticar a empresa, processo que teria ganhado força nos anos 1970, com o apoio do regime ditatorial. Durante o regime, inclusive, a emissora gozava de relativa liberdade em sua

programação e não faltam evidências de que compactuava com a política vigente na época. César Bolaño (2005) reitera que “Lamentavelmente, a concentração de poder político, econômico e de conhecimento de que a Globo dispõe [...] acaba se tornando um empecilho para a competitividade sistêmica do país na matéria, para não falar na democratização das comunicações e do Estado Brasileiro” (BOLAÑO, 2005, p. 22). Certamente, é visível que a força da Rede Globo acaba por solapar as outras emissoras concorrentes. Também é visível que o poder da Rede Globo não se constitui apenas no campo da audiência e dos investimentos em tecnologia, mas se expande para o campo da política. Talvez nunca saibamos de todas as vezes em que a Globo interferiu na política brasileira.

O caso mais conhecido sobre a Rede Globo e sua relação com o regime é o de quando tentou invisibilizar o movimento nacional Diretas Já, em 1983. Enquanto milhões de pessoas saíam às ruas do país para clamar pelo direito de eleger seus governantes através do voto popular, a emissora fazia vista grossa e simplesmente não veiculava as manifestações realizadas pelo povo. Mas há muito mais acontecimentos marcantes na política do país os quais a Globo estivera por trás. Ainda nos anos 80, enquanto o regime ditatorial dava seus últimos suspiros, a Rede Globo, intocável apesar da crise econômica que assolava o país, tentava burlar, através de uma parceria com a empresa Proconsult, as eleições para governador do Rio de Janeiro. O temor era de que Leonel Brizola vencesse a disputa contra Wellington Moreira Franco. Os jornalistas da emissora não podiam fornecer os dados de pesquisa eleitoral que mostrassem que Brizola estava à frente de seu rival. A Globo também foi responsável por beneficiar Fernando Collor, em 1989, na disputa pela presidência com Luís Inácio Lula da Silva, ao direcionar, editar e reproduzir os debates entre os candidatos de forma que Collor parecesse estar sempre à frente de seu opositor. Esses foram os casos mais óbvios de manipulação orquestrados pela TV Globo, entretanto, nos bastidores da política houve mais, como a interferência na escolha do ministro da Fazenda do, na época, presidente José Sarney ou o lobby da emissora que, há décadas, tem impedido uma regulação da mídia no Brasil.

Venício A. de Lima (2005) levantou quatro hipóteses para tentar compreender o poder da Globo: a convicção de seu próprio poder, as condições institucionais favoráveis, a identidade entre o privado e o público e a agência de legitimação do poder. No que tange à primeira hipótese, esta se justifica pelos altos números de audiência e verbas publicitárias que proporcionaram um crescimento exponencial das concessões de televisão em diversos estados do país, mas principalmente nas grandes capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Já em relação à segunda hipótese, o autor defende que a fragilidade dos partidos políticos e a

consequente ditadura militar proporcionaram condições favoráveis para a atuação da Rede Globo e, além disso, chegando à terceira hipótese, a emissora se colocou durante todos esses anos como um agente que estava a serviço do país. Ciente de seu poder e de seu alcance, a Globo confunde as fronteiras entre o público e o privado, na medida em que é uma empresa privada atuando em uma concessão pública (TV) e que se coloca como responsável por defender os interesses do povo. Chegando à quarta hipótese, o autor afirma que a Rede Globo cumpriu o papel de agente legitimador do regime militar, veiculando um Brasil nas telas que mostrava o que os militares gostariam que fosse mostrado: um país em evolução econômica e social, por mais que isso não se configurasse como uma realidade. Ainda segundo Lima (2005):

É importante insistir que o papel mais importante que a televisão desempenha, como mídia dominante na contemporaneidade, decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz – tanto na programação jornalística como na de entretenimento, sobretudo nas novelas – dos diferentes aspectos da vida humana: das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc., e, em particular, da própria política e dos políticos. É sobretudo através da televisão que a política é construída simbolicamente e adquire significado (LIMA, 2005, p. 125).

Também na tentativa de compreender o alcance da poderosa emissora, Bucci (2004), nos diz que “a Rede Globo dispõe da prerrogativa de prestar-se não exatamente como um meio de comunicação, mas como um lugar, um topos nuclear em que a sociedade brasileira elabora seus consensos e equaciona seus dissensos” (BUCCI, 2004, p. 221). Diante disso, podemos pensar em outro aspecto da Rede Globo, que é o de tentar trabalhar para a construção de uma identidade nacional: o que somos, como devemos nos comportar, o que devemos consumir, qual figura política devemos apoiar, etc. Bem, não se pode negar que a emissora consegue, em muitas vezes, influenciar no debate, comportamento e consumo do público. Ainda na análise de Bucci (2004), a Globo é “um palco do espaço público que ela mesma delimita. Ela soube forjar uma gramática universalizante [...], num repertório dinâmico em que a nacionalidade se reconhece e se reelabora” (BUCCI, 2004, p. 221). O repertório do qual Bucci (2004) está falando é o da combinação melodrama e jornalismo, combinação esta que tem dado certo desde a estreia do Jornal Nacional, que é exibido em meio a duas telenovelas. Para o autor, as novelas por vezes preenchem lacunas deixadas pelo telejornal, já que possuem liberdade artística para retratar as tensões do cotidiano de forma mais aprofundada. Da mesma forma, não se pode negar que o jornalismo da TV Globo está

ancorado em uma visão liberal e que seu conteúdo transparece a defesa dos valores liberais. Tais valores são reafirmados em todos os campos da vida social representada e debatida pela Globo, principalmente no terreno da política e da família. Como afirmaram Cassiano Ferreira Simões e Fernando Mattos (2005), “Os meios em geral – e, em especial, no caso Brasil, as TVs aberta e fechada – têm papel cada vez mais intenso na determinação, geração e divulgação dos valores que norteiam a globalização neoliberal/privatista” (SIMÕES; MATTOS, 2005, p. 35).

Para Kehl (2005), foi nos anos 1970 que a indústria cultural ganhou força no Brasil e o papel da Rede Globo neste processo foi crucial. É nessa década que a emissora começa a desenhar o “padrão Globo de qualidade” e cria o seu próprio modelo de televisão.

Se a burguesia reproduz sua imagem pelo mundo afora, a indústria cultural, tendo a TV como veículo mais eficaz, dilui essa imagem em padrões pequeno-burgueses tornando a imitação acessível a quase qualquer outro estrato social. Democracia burguesa é isso aí. Integração Nacional via unificação da linguagem, do consumo e da ideologia, também. A Globo cumpre orgulhosamente seu papel (KEHL, 2005, p. 6).

Ainda que Kehl (2005) tenha escrito esse texto nos anos 70, há de se reconhecer que as coisas não mudaram tanto assim até hoje. A Rede Globo, por mais que não tenha mais a audiência de outrora, continua sendo a maior emissora de televisão do Brasil e o seu conteúdo ainda reverbera os mesmos valores familiares e políticos, ainda que constantemente maquiados por uma suposta diversidade. Para Bucci (2004), é a combinação de três fatores que mantém o “padrão Globo de qualidade”: superioridade técnica, superioridade econômica e a habilidade tácita de guiar os comportamentos do público. Esta última é descrita como “a habilidade de representar e instituir na tela da TV os marcos morais e as preferências éticas e estéticas da família brasileira, e isso em todos os domínios da vida. Pode parecer tudo muito pretensioso, mas, no caso da Globo, estamos falando de uma pretensão alcançada” (BUCCI, 2004, p. 229). Importante frisar que tal “padrão Globo de qualidade”, segundo o próprio Bucci (2004, p. 228) foi construído como o sinônimo do “bom gosto” – o que implica em uma hierarquia estética burguesa, na qual o “feio” não deve ser exibido. Tais classificações – feio e belo – estão baseadas em um entendimento do que merece ser enaltecido e o que merece ser escondido. Certamente, o que é tido como belo é um padrão branco, educado, de classe média e que reflete os valores neoliberais da emissora televisiva. Tudo que foge disso não merece ser visto.

3.2. Realidades paralelas e a invisibilidade seletiva

No dia 1º de setembro de 1969, no auge do regime militar, inaugurou-se o Jornal Nacional, primeiro telejornal brasileiro exibido em rede no Brasil. Com cerca de 45 minutos de duração, o Jornal Nacional foi modelado e remodelado para ser único e cativante do início ao fim. Se antes, nos telejornais, era comum segurar as notícias mais importantes do dia para o final, o telejornal em questão optou por inverter esta ordem e finalizar com notícias mais leves e o clássico “boa noite” que antecede a subida dos créditos na tela. A intenção, segundo a própria Rede Globo,²⁸ é transmitir esperança para o povo brasileiro. O título “Jornal Nacional” já demonstra a intenção unificadora de uma só nacionalidade. Um jornal que se pretende unívoco. Iluska Coutinho (2003) afirma que “Desde sua primeira exibição, [...], o Jornal Nacional sempre ocupou lugar de destaque na sociedade brasileira, podendo ser considerado como uma espécie da arena da vida pública no Brasil” (COUTINHO, 2003, p. 69-70). Ainda assim, a autora revela que no início havia certa desconfiança em relação ao Jornal Nacional, já que este estava atrelado ao estigma do apoio aos militares.

Uma das estratégias para driblar essa desconfiança e conquistar a audiência brasileira foi encaixar o Jornal Nacional em uma programação que o fez ocupar o lugar entre duas telenovelas. Esse “casamento” composto pelas telenovelas e os telejornais da Rede Globo foi apontado como estratégia por outros autores, como Bucci (2004). Para ele, os dois gêneros televisivos “pactuam entre si uma divisão de trabalho para a consolidação discursiva da realidade. [...] Enquanto certas formulações do telejornalismo governista mais pareciam peça de ficção, muitos dados da realidade bruta entraram para a pauta nacional a partir das telenovelas” (BUCCI, 2004, p. 225). Já Conti (1999), ao refletir sobre a combinação de telejornalismo e telenovela na década de 70, defende que essa montagem de programação estava ligada ao tipo de público que se constituía enquanto audiência da Rede Globo: típicos casais heterossexuais, os quais a mulher cuidava da casa e das crianças e ao homem cabia o dever de trabalhar e sustentar a família. Fato é que essa audiência era decisiva também na lógica dos comerciais, que eram pensados tanto para as donas de casa, quanto para os chefes de família. A tríade “telenovela – telejornal – telenovela” também fazia parte da estratégia para aproximar os lares brasileiros da programação da Rede Globo. Às mulheres, as novelas, aos homens, o imponente Jornal Nacional. Conti (1999) afirma, ainda, que:

²⁸ Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/>

O público-alvo era o mais amplo e variado: homens e mulheres de todas as faixas sociais, de gaúchos a nordestinos, de adolescentes a aposentados, a maioria deles com baixa renda e poucos estudos. Esse público era a justificativa da direção da Central de Jornalismo para a superficialidade do *Jornal Nacional*, construído com frases telegráficas, vocabulário pobre, incapaz de aprofundar ou dar nuances às notícias (CONTI, 1999, p. 37).

Para Coutinho (2003), fatores de exclusão social propiciam à televisão ocupar um papel importante na sociedade brasileira. Através do veículo, uma parte considerável da população tem acesso a informações que podem servir como guias para o cotidiano, para os debates e para as formulações de opinião acerca dos acontecimentos do mundo. Isso porque o Brasil já foi um país com um grande número de semianalfabetos, ou, analfabetos de fato. Este fator dificultaria a leitura das notícias e, por isso, a televisão cumpriria o papel de integrar essa fatia da população ao debate público. Nas palavras da autora, “É fundamentalmente ao assistir aos noticiários televisivos que significativa parcela da população entra em contato com o mundo e ‘abastece’ seu repertório com informações e notícias capazes de possibilitar sua inserção nas conversas cotidianas e mesmo sua orientação no tempo ‘presente’” (COUTINHO, 2003, p. 47).

No telejornal, pode-se afirmar que existem mais possibilidades para realizar um trabalho sob as égides da objetividade – conceito tão caro à prática jornalística. A televisão, através das imagens e vozes, propicia um aprofundamento diferenciado em relação à notícia no jornalismo impresso. Ver e ouvir as pessoas envolvidas nos acontecimentos é bem diferente do que apenas ler o que foi dito. Coutinho (2003) destaca outras características marcantes do telejornal, tais como “a oralidade, o texto-fala, a simplicidade, o vocabulário reduzido e a ênfase nas repetições, a redação das imagens, e com elas, o caráter emocional, a propensão ao drama e tendência à serialidade, aspectos ressaltados por diversos autores” (COUTINHO, 2003, p. 56). Destaca-se a contribuição de Coutinho (2003) em uma literatura que permite fazer ligações concretas entre a dramaturgia e o telejornalismo. A autora ressalta que, especialmente no Brasil, há uma tendência em combinar elementos informativos e de entretenimento nos telejornais a fim de ampliar a audiência, bem como a tendência em transformar a notícia em espetáculo.

Coutinho (2003) destaca um episódio importante que fez com que o *Jornal Nacional* conquistasse a simpatia do público na década de 70 (período em que, como apontado anteriormente, a Rede Globo conquistou o famoso “padrão de qualidade”), quando uma enchente assolou a cidade do Rio de Janeiro e a cobertura realizada pelo telejornal buscou trazer fortes doses de emoção e mobilização do público por solidariedade às vítimas. A

pesquisadora afirma que “os índices de audiência e aceitação popular que a Globo colheu no episódio demonstraram, já em finais da década de 70, que a mistura telejornalismo+emoção poderia ser garantia de sucesso” (COUTINHO, 2003, p. 72). Até hoje, o Jornal Nacional e outros telejornais buscam mobilizar as emoções do público telespectador.

Segundo a emissora, nos anos 1990 houve uma mudança de equipe por trás do Jornal Nacional e a intenção do telejornal passou a ser focar em comunidades, costumes e cotidiano, além de aumentar o número de conteúdos exclusivos. Entretanto, o Memória Globo admite que “na tentativa de consolidar esse conceito, alguns erros foram cometidos, como o excesso de matérias sobre violência no noticiário”.²⁹ William Bonner passa a comandar o Jornal Nacional em 1999 e em 2014 foi responsável por remodelar o telejornal: “chegou-se à conclusão que mudanças eram necessárias – tanto estéticas, quanto de linguagem. A principal delas era a decisão de tornar a linguagem dos telejornais mais coloquial, para aproximar apresentadores e repórteres dos telespectadores”.³⁰ Em 2005, uma fala polêmica de Bonner fez burburinhos na imprensa brasileira. O âncora do Jornal Nacional, em uma visita técnica de estudantes da Universidade de São Paulo (USP) nos estúdios de jornalismo Globo, teria afirmado que o espectador médio do telejornal seria como o Homer Simpson, personagem principal da série *Os Simpsons*. Homer, um homem ignorante que passa horas em frente a televisão enquanto devora seus donuts, possui uma visão de mundo extremamente limitada, com afirmações estúpidas e atitudes, por vezes, violentas e egoístas. Bonner se defendeu ao dizer que o público do Jornal Nacional era composto por pessoas que não entenderiam informações complexas, por isso era necessário simplificá-las ao máximo, por isso a comparação com Homer. Para Bonner, com o advento da internet e das redes sociais, o Jornal Nacional teve a sua função modificada. Se antes era o responsável por informar em primeira mão, hoje os telespectadores em geral já foram informados dos principais acontecimentos ao longo do dia. Sendo assim, cabe ao Jornal Nacional organizar o fluxo de informações e dotar a informação de um sentido que possa ser facilmente compreendido pelo telespectador.

O jornalismo internacional passou a fazer parte do Jornal Nacional no início da década de 70, sendo os primeiros escritórios inaugurados em Nova York e Londres. Mediante contrato com a United Press International, o telejornal recebe, via satélite, imagens de todo o mundo que auxiliam em sua cobertura internacional. Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart

²⁹ Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/os-bastidores-da-noticia/>

³⁰ Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/os-bastidores-da-noticia/>

Ribeiro (2005) destacam que o estabelecimento do jornalismo internacional na Rede Globo serviu para consolidar ainda mais a credibilidade da emissora e, mais especificamente, do Jornal Nacional. Isso porque a presença de um repórter no local do acontecimento reforçava o caráter testemunhal da notícia e a ideia de onipresença da Rede Globo.

O acontecimento, na mídia, corresponde à transposição do fato à composição da notícia. Acontecimento implica uma transformação, algo que se encontrava em um estado e mudou para outro, uma ruptura. Muniz Sodré (2012) afirma que o acontecimento jornalístico “ocorre sempre *depois* dos fatos, isto é, quando se produz o trabalho *logotécnico* de determinação das circunstâncias – apuração dos detalhes, realização de entrevistas, portanto, mobilização de parcelas do público, que são também ‘atores’ do acontecimento” (SODRÉ, 2012, p. 59). O jornalismo, então, organiza os fatos do mundo segundo suas próprias classificações hierárquicas, através de escolhas editoriais no processo de produção das matérias. O autor também menciona a predominância do mito do liberalismo na imprensa atual, que tenta encobrir o processo que antecede a edição final de uma notícia, ou seja, as escolhas do que incluir e do que ocultar em relação aos fatos. O acontecimento jornalístico não é neutro e nem se encerra em si mesmo, mas é moldado seguindo técnicas da profissão e preferências editoriais da empresa de comunicação. Para Sodré (2012), no discurso jornalístico ainda persiste “toda uma parafernália de formas de homogeneização dos discursos sociais e de edição dos acontecimentos a partir da mesma cultura eurocêntrica e colonial inerente ao nascimento da imprensa moderna” (SODRÉ, 2012, p. 13). Não se trata de demonizar o jornalismo e tipificá-lo como um grande inimigo das lutas anticoloniais, mas de compreender que seu modo de fazer, em que esconde as subjetividades inerentes ao decidir o que entra e o não entra em uma notícia, continua insistindo em uma pretensa neutralidade que sabe-se que não existe, pois somos contaminados pelas nossas experiências, vivências e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. É, também, necessário dizer que as relações de poder imbuídas no processo comunicativo nem sempre assumem a forma de um grande vilão que deseja dominar o mundo manipulando os fatos em seu benefício próprio, mas é também algo que está presente em nossas relações sociais de qualquer nível. As hierarquias fazem parte da vida social e não apenas da mídia. O que se pretende aqui é questionar a maneira como essas hierarquias foram construídas.

Segundo Sodré (2012), a hierarquização dos acontecimentos entre pequenos e grandes depende de uma soma de fatores como o grau de previsibilidade. No caso das coberturas sobre Israel e Palestina, os correspondentes só são enviados para o local em épocas em que a situação encontra-se extremamente violenta – com ataques e explosões diários, como foi o

caso dos anos de 2012 e 2014. Em outras coberturas mais “cotidianas” sobre a região, são acionados repórteres correspondentes de Nova York, Washington, e até mesmo de Roma. Ou seja, identifica-se a hierarquização do acontecimento de acordo com seu grau de violência. Mas há também momentos em que o que ocorre é uma anulação do acontecimento – tal como postulou Žižek (2014). Ele acredita que estamos inseridos em um “processo global de desacontecimentalização que ameaça os próprios fundamentos de nossas conquistas emancipadoras” (ŽIŽEK, 2014, p. 152). Esse processo de ocultar acontecimentos trabalha também a partir de certa neutralidade e/ou causalidade simplista diante de fatos e acontecimentos complexos e/ou absurdos. Isso leva a relativização do que deve ser intolerável, como a tortura – exemplo utilizado por Žižek (2014).

Ao todo, foram identificadas 184 VT’s sobre a Palestina, entre reportagens, notas cobertas e notas secas, todos relacionados ao que se chama de conflito Israel Palestina e à violência em sua forma mais corriqueira em uma guerra: mortos, feridos, sobreviventes, refugiados, manifestações, relações diplomáticas etc. Entretanto, as reportagens encontradas não refletem o número real das que existem durante todos os anos de existência do Jornal Nacional por dois motivos. O primeiro é que para encontrar as edições do Jornal Nacional foi utilizada a plataforma *Globoplay* que, supostamente, armazena a maioria dos programas da Rede Globo. Na plataforma, as edições mais antigas do telejornal são difíceis de encontrar, já que as ferramentas disponíveis não favorecem as buscas por data. Nisso, chegamos ao segundo motivo, que foi a solução encontrada para localizar as edições que falassem alguma coisa – qualquer coisa – sobre a Palestina: utilizar a barra de buscas do *Globoplay* e digitar palavras-chave. Essas palavras foram “Palestina”, “palestinos”, “Faixa de Gaza”, “Gaza”, “Jerusalém”, “Al-Aqsa” e “Explanada das Mesquitas”. Os vídeos encontrados foram catalogados em uma planilha, onde constam a data, o título da reportagem, o tempo de duração, a palavra-chave utilizada para encontrá-la, o nível de relevância para a pesquisa e o link de acesso. É importante frisar que, devido ao volume de material encontrado, seria impossível assistir as edições completas do Jornal Nacional, de modo que somente os VT’s sobre a Palestina foram reproduzidos para fins de análise.

O material encontrado data de 2003 até 2021, sendo que em alguns desses anos não foram encontrados nenhum resultado, provavelmente por uma falha da plataforma. Sendo assim, a análise não teve acesso a nenhum material do ano de 2004 e de 2006 até 2010. Alguns anos, como 2003, 2005, 2011 e 2020 apresentaram um ou dois resultados. O ano que mais obteve resultados, com coberturas praticamente diárias, foi 2014, quando foi iniciada a operação Margem Protetora pelo exército israelense que, após anos, invadiu Gaza por terra,

supostamente para destruir os túneis clandestinos construídos pelo Hamas que ligavam Gaza ao Egito. No total, foram dois mil civis mortos, sendo a maioria esmagadora do lado palestino.

Mesmo com alto número de material encontrado sobre a operação Margem Protetora, optou-se por não se limitar ao ano de 2014. Isso porque as matérias sobre a Palestina, em geral, são muito parecidas umas com as outras e, além disso, pretende-se entender como o Jornal Nacional trata sobre as questões palestinas não somente em momentos específicos de tensão, mas no dia a dia. Diante disso, foram selecionadas reportagens de diversos anos diferentes, buscando as que mais poderiam render uma análise que abarcasse uma das categorias estabelecidas: violência epistêmica, violência como resposta e violência das imagens. Essas categorias foram pensadas a partir do pensamento de Žižek (2007) sobre a violência subjetiva, objetiva e simbólica. Nas análises, buscou-se compreender as violências objetivas e simbólicas contidas nas minúcias dos VT's, refletindo de que maneira a violência subjetiva acaba por invisibilizar essas minúcias. Ou seja, a violência mais óbvia que é a violência dos ataques, expressada em número de mortos e feridos, constitui-se como o tema principal das reportagens. Entretanto, através de textos, imagens, entrevistas e dados apresentados, o Jornal Nacional, por vezes, invisibiliza outras formas de violência ou comete, ele mesmo, uma violência, por exemplo, ao não conferir espaço ou legitimidade à narrativa palestina. Como afirma Angela Davis (2015):

Colocar a violência em primeiro plano quase inevitavelmente serve para obscurecer as questões que estão no centro das lutas por justiça. [...] Os temas relevantes no que se refere à luta da Palestina por liberdade e pela autodeterminação são minimizados e invisibilizados pelas pessoas que tentam equiparar o terrorismo e a resistência palestina ao *apartheid* israelense (DAVIS, 2015, p. 25).

Por último, compreendendo o telejornal como parte da cultura da mídia, as elucidações de Kellner (2001) acerca de uma observação multiperspectívica serão utilizadas para compreender se o Jornal Nacional está inserido em uma lógica de manutenção do poder dominante mediante as disputas travadas na Palestina. Disputas essas que podem ser narrativas, territoriais e de busca por representação na mídia – já que esta se constitui como um terreno que inclui toda ordem de disputas. Kellner (2001) defende um multiculturalismo crítico que seja contestatório a todas as formas de dominação e opressão, que combata e desconstrua os estigmas e estereótipos a que foram submetidos populações inteiras. Para isso, defende que as análises da cultura da mídia devem sempre contextualizar os objetos na

história, de modo a entender as relações políticas e econômicas que viabilizam certas situações e para compreender o histórico de exclusões sociais ao longo do tempo. O autor também aponta para a necessidade de compreender a cultura da mídia a partir de múltiplas perspectivas teóricas, o que acredita-se já ter sido realizado desde as primeiras páginas deste trabalho, que vem analisando os contextos políticos e sociais do que hoje se entende por conflito Israel Palestina, além de trazer múltiplas abordagens de autores e autoras acerca da questão.

3.3. Primeiro como tragédia, depois como espetáculo

Para Arlindo Machado (2000), o telejornal não se limita a um reproduzidor de notícias espelhadas na realidade, mas é um instrumento de mediação, na medida em que os acontecimentos são mediados por repórteres e o público que não está envolvido no acontecimento em si, informa-se através do que é dito por esses repórteres. Sendo assim, os telejornais constroem suas próprias versões sobre os acontecimentos. Machado (2000) também reflete acerca da estrutura dos telejornais que se mostra praticamente idêntica em vários países do mundo: “o telejornal se constrói da mesma maneira, se endereça de forma semelhante ao telespectador, fala sempre no mesmo tom de voz e utiliza o mesmo repertório de imagens sob qualquer regime político, sob qualquer modelo de tutela institucional (privado ou público), sob qualquer patamar de progresso cultural e econômico” (MACHADO, 2000, p. 104).

Dentre as duas categorias de telejornal citadas por Machado (2000), o Jornal Nacional está inserido em um modelo polifônico. O outro modelo seria o centralizado e opinativo, este se encaixa melhor em telejornais mais próximos aos sensacionalistas da *Band* e da *Record*, tais como o *Brasil Urgente* e o *Cidade Alerta*. No modelo polifônico, é prezada a impessoalidade em detrimento de opiniões pessoais da equipe jornalística envolvida na cobertura dos acontecimentos. Aliás, a equipe que faz parte do processo de noticiar tais acontecimentos é representada enquanto uma unidade, todos pertencem ao mesmo grupo e falam em nome do telejornal como um todo. Mas é exatamente o fato de serem vários os atores envolvidos na produção das matérias (âncoras, repórteres, cinegrafistas, testemunhas, especialistas) é que o modelo é chamado de polifônico. Dentre tais atores que compõem cada notícia, as testemunhas e os especialistas entrevistados possuem espaço para declararem suas opiniões pessoais (sobretudo as testemunhas). O autor alerta, entretanto, que “o modelo ‘polifônico’ de telejornalismo pode ser acusado, não sem razão, de tentar mascarar o fato de que toda produção de linguagem emana de alguém, ou de um grupo, ou de uma empresa,

portanto nunca é o resultado de um consenso coletivo, mas de uma postura interpretativa ‘interessada’ diante dos fatos noticiados” (MACHADO, 2000, p. 109).

O Jornal Nacional supostamente tem sofrido uma crise de legitimidade – curiosamente, pela parcela da direita e extrema direita brasileira – entretanto, continua sendo o telejornal mais assistido do país.³¹ Continua, também, provando que o seu impacto na sociedade ainda se faz presente na atualidade. O ex-presidente Lula e a ex-presidenta Dilma são exemplos de como o Jornal Nacional não perdeu o seu poder legitimador – ou deslegitimador. Ambos sofreram as consequências de uma campanha difamatória orquestrada pela Rede Globo durante anos. Certamente, essas campanhas difamatórias foram realizadas de forma sutil, buscando induzir no imaginário da audiência a associação entre o Partido dos Trabalhadores e seus protagonistas políticos à corrupção. Isso porque dificilmente o Jornal Nacional manifesta-se, com todas as letras, contra ou a favor de partidos, personalidades, decisões, ou qualquer outra coisa. Entretanto, os telejornais trabalham através da sutileza das imagens, dos discursos engendrados pelos repórteres e pelos âncoras, pelas informações acionadas para compor a narrativa da informação – nada é por acaso em um telejornal.

3.3.1 Violência epistêmica e o apagamento da dissidência

Um ponto importante destacado por Coutinho (2003), através de Carlos Eduardo Lins da Silva (1983), é a obsessão do Jornal Nacional, ou qualquer outro telejornal, com o que acontece agora, o que pode fazer com que acontecimentos anteriores e demais informações importantes fiquem de fora da cobertura noticiosa. Isso acarreta em uma informação incompleta, que pode afetar a maneira de entendimento do público sobre determinadas questões. Bucci (2004) diz que a TV, “À medida que reporta os acontecimentos presentes, renegocia seu lugar dentro do passado factual. Dia a dia, reescreve a sua própria história, valendo-se de recursos que mesclam jornalismo e ficção” (BUCCI, 2004, p. 205). Em relação às lutas travadas no território palestino, isso não poderia ser diferente. As reportagens são quase sempre focadas no que acontece aqui e agora e frequentemente aparecem deslocadas no tempo e no espaço, ou, as ligações estabelecidas pelo Jornal Nacional para explicar os acontecimentos limitam-se a um telefone sem fio, o qual as falas dos agentes envolvidos em um conflito – seja ele narrativo ou físico – são reduzidas e pouco exploradas para explicar os acontecimentos. Mesmo assim, há momentos em que o Jornal Nacional não consegue

³¹ Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2021/05/07/sem-bbb21-jornal-nacional-e-o-programa-mais-visto-da-tv-163654.php>

sustentar o presente sozinho e recorre ao passado para tentar explicar o que está ocorrendo naquele momento.

Em 27 de outubro de 2005, a matéria "Governo de Israel rompe negociações de paz com a Autoridade Palestina"³² foi veiculada no Jornal Nacional. A reportagem é anunciada por Bonner e seguida pelo correspondente Marcos Losekann. O foco da matéria é o rompimento das negociações de paz entre o governo de Israel e a Autoridade Palestina, com os israelenses utilizando a justificativa do terrorismo palestino como culpado por toda a situação do conflito vivenciada pelos dois povos. Entretanto, a parte que se destaca vem ao final da reportagem, que exibe recortes de um pronunciamento do presidente iraniano da época, Mahmoud Ahamadinejad,³³ que condena os israelenses e diz ser a favor de que Israel seja riscado do mapa. O discurso é precedido pelo correspondente, que afirma que "O terror prossegue com o apoio de fora". Essa fala que antecede a exibição de Mahmoud estabelece, de cara, uma confirmação de que o Jornal Nacional acredita que o terrorismo palestino é culpado pela violência entre os dois povos, conforme o governo israelense havia afirmado.

A afirmação de Mahmoud gerou revolta na comunidade internacional que, prontamente, repudiou as falas do iraniano. O interessante é que, no discurso, o presidente iraniano ocupava um palanque em que havia uma grande imagem com os dizeres "THE WORLD WITHOUT ZIONISM", (figura 1) em tradução livre: o mundo sem o sionismo. Essa placa, que continha palavras que expressavam a temática principal do evento, foi completamente ignorada na reportagem. O desfecho da matéria conta com Ariel Sharon expressando preocupação em relação ao Irã – caracterizado como uma grande ameaça aos judeus e a Israel. Nesse caso, podemos refletir acerca da construção da matéria e do porquê a palavra sionismo não foi, sequer, mencionada, embora estivesse presente nas imagens. Como já abordamos nesta pesquisa, o sionismo é um movimento político internacional que tem como objetivo transformar toda a área palestina em um país judaico. E, embora Israel já tenha ocupado territórios que não lhes eram previstos no documento da partilha, segue ocupando mais e mais. Em nenhuma matéria encontrada sobre a situação entre Israel e a Palestina, o

³² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3055652/>

³³ O presidente iraniano, rechaçado pela mídia ocidental, já deu diversas declarações que foram consideradas como negacionistas do Holocausto. Para esta pesquisa, não foi possível obter essas falas na íntegra para saber do que realmente se tratava: da negação do Holocausto em si, ou, como foi dito por ele em uma assembleia da ONU, que o Holocausto não tinha nada a ver com os árabes palestinos – o que são dois argumentos completamente diferentes. De todo modo, reforça-se que este trabalho não tem, em hipótese alguma, a intenção de endossar qualquer indivíduo que negue a existência do Holocausto. A citação sobre o evento em que Mahmoud está discursando chamou a atenção única e exclusivamente porque a palavra sionismo não foi incorporada à matéria do Jornal Nacional.

sionismo é abordado. Essa palavra simplesmente não existe na narrativa do Jornal Nacional para falar sobre os acontecimentos da região, ainda que seja uma das partes mais importantes para se compreender o que chamam de “conflito Israel Palestina”.



Figura 1: Mahmoud Ahamadinejad/Reprodução Rede Globo

Para Barbosa e Ribeiro (2005), “Ao construir uma ideia de acontecimento unívoco e cada vez mais demarcado pela ideia de atualização permanente, o telejornalismo instaurava uma nova temporalidade que emergia na cena cotidiana. O telespectador passa a partir daí a esperar, todos os dias à mesma hora, as imagens do que acontecia no Brasil e no mundo” (BARBOSA; RIBEIRO, 2005, p. 211). Essa nova temporalidade é também descrita como um presente efêmero, no qual os acontecimentos cotidianos são por si só únicos e independentes, soltos no tempo e no espaço, sem elos com acontecimentos passados. De fato, olhar para o presente sem acionar o passado é, no mínimo, arriscado. Mas não é como se a televisão fizesse isso integralmente, claro que há, sim, momentos em que o passado é trazido à tona. Surge, então, outra questão: a história que conhecemos é a história dos vencedores e raramente os vencedores não foram os colonos e os imperialistas. Adichie (2019) diz que “O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2019, p. 23). Os vencedores contam e recontam sua

história e, através da repetição, do respaldo e da manutenção de seu poder, tentam eliminar a dissidência da arena pública. No caso da Palestina isso é muito evidente, como já foi mencionado nos primeiros capítulos deste trabalho. A *Nakba* palestina praticamente não existe enquanto uma narrativa que valha a pena ser retratada pela mídia ocidental para se debruçar sobre a situação violenta vivenciada entre os palestinos e os israelenses. É Said (2012) quem diz: “o sionismo reclamava, resgatava, repetia, replantava, realizava a Palestina e a hegemonia dos judeus sobre ela” (SAID, 2012, p. 99).

No Jornal Nacional não foram encontradas reportagens especificamente sobre a *Nakba* palestina, embora ela apareça em algumas poucas matérias que datam da criação do Estado israelense, quando, geralmente, a população palestina se reúne para protestar contra as ocupações de suas terras e para lembrar o ano de 1948. A *Nakba* é retratada quase como um mito, uma fábula, algo que os palestinos tiraram das próprias cabeças e que não encontra respaldo institucional ou histórico em lugar nenhum. Já a fundação de Israel é tida como um fato e o Jornal Nacional não coloca em dúvida o que os israelenses dizem sobre o evento de 1948. É como se as palavras de Said (2012) tivessem sido escritas para qualificar a imprensa ainda hoje: “Israel é a norma, os israelenses são a presença, suas ideias e suas instituições são autenticamente nativas; os árabes são um estorvo, os palestinos são uma realidade quase mítica” (SAID, 2012, p. 42). A *Nakba* nada mais é, nas palavras da âncora Renata Vasconcelos, como “eles se referem ao dia da fundação do Estado de Israel”. A frase foi dita em uma nota coberta por imagens, na data de 15 de maio de 2013, intitulada “Protestos entre palestinos e árabes israelenses terminam em confronto com a polícia”.³⁴ O mês é especialmente conturbado na região, já que as disputas narrativas tendem a surgir com mais força em virtude do aniversário da *Nakba* e da criação do Estado israelense.

Em 2018, as manifestações palestinas de maio ganharam outros ares em virtude de dois fatores. Um deles foi o início da Grande Marcha pelo Retorno, uma espécie de evento criado para lembrar a *Nakba*, na qual o povo palestino se reuniu semanalmente na fronteira de Gaza e na Cisjordânia. O outro é o fato de Donald Trump, então presidente dos Estados Unidos, ter anunciado o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel e, para provar que estava comprometido com o Estado judaico, anunciou também a transferência da embaixada americana de Tel-Aviv para Jerusalém exatamente no mesmo dia do aniversário de Israel e, conseqüentemente, da *Nakba*, 14 de maio. O Jornal Nacional cobriu a situação de tensão com a reportagem “Confronto na fronteira da Faixa de Gaza mata 58 palestinos e fere

³⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2576748/>

2.700",³⁵ no dia 14 de maio de 2018. A nota coberta por imagens foi narrada pelo repórter correspondente Luiz Fernando Silva Pinto, que estava em Washington. Apesar de não utilizar a palavra *Nakba*, mais uma vez o texto do Jornal Nacional faz questão de sublinhar que são *eles* que dizem que foi uma catástrofe: "Desde o final de março, os palestinos vêm protestando para marcar o que chamam de catástrofe, quando milhares deles deixaram as casas em um êxodo que começou um dia após a criação de Israel". Essa nota coberta é sucedida por uma reportagem especial sobre os 70 anos da criação do Estado de Israel,³⁶ que se inicia com Renata Vasconcelos conduzindo a chamada com uma bandeira de Israel projetada atrás. A reportagem lembra o protagonismo brasileiro na sessão da ONU que aprovou o documento de partilha que previa, também, a criação da Palestina. Como já foi abordado nos capítulos anteriores, o documento de partilha continha termos extremamente problemáticos e que poderiam afetar negativamente a qualidade de vida dos palestinos. Além de que, como também já foi demonstrado, não é como se Israel realmente estivesse disposto a repartir o território com os árabes. Mas a reportagem do Jornal Nacional não inclui dissidências históricas como essas e reproduz exatamente o ponto de vista israelense. Vale destacar um trecho narrado pelo repórter correspondente de Nova York, Felipe Santana:

Foi o diplomata brasileiro, Oswaldo Aranha, que presidiu a sessão, em 1947. E a ONU aprovou, naquele dia, uma resolução sobre as terras do Oriente Médio que estavam sob o comando dos ingleses. Era a partilha da Palestina. Iam ser criados um Estado judeu e outro árabe e a cidade sagrada de Jerusalém, em Belém, não pertenceria a ninguém, seriam áreas internacionais. As lideranças judaicas aceitaram a proposta, e no dia 14 de maio de 1948, há exatos 70 anos, David Ben-Gurion proclamou a fundação do Estado de Israel. Mas os árabes não aceitaram e, logo no dia seguinte, Iraque, Líbano, Egito e Síria invadiram o recém-criado país. Esse conflito durou dois anos. Causou 20 mil mortes e uma migração em massa. Mais de 700 mil palestinos deixaram as casas. O dia em que essa guerra começou é conhecido pelos palestinos até hoje como *Nakba*, ou, o dia da catástrofe. Israel ampliou o seu território. Em 1967, o Egito ameaçou Israel várias vezes e os israelenses deflagraram um ataque preventivo e teve início a Guerra dos Seis Dias. Nessa guerra, Israel ampliou mais uma vez seu território. Tomou a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, as Colinas de Golã, a nascente do Rio Jordão e a Cisjordânia, assumindo o controle total de Jerusalém. Israel devolveu o Sinai ao Egito, depois de uma negociação que em 1978 rendeu o prêmio Nobel da Paz aos líderes dos dois lados. Em 2005, Israel tirou colonos e as últimas tropas da Faixa de Gaza. No ano seguinte, o Hamas venceu as eleições legislativas palestinas e assumiu o controle da Faixa de Gaza. Israel então impôs um bloqueio ao território, restringindo a entrada de suprimentos. Na Cisjordânia, controlada pela Autoridade Palestina, os

³⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6735653/>

³⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6735663/?s=0s>

israelenses, há 50 anos, constroem assentamentos que são considerados ilegais pelas Nações Unidas (JORNAL NACIONAL, 2018).

Logo de início, é possível constatar algumas impressões que saltam do texto do repórter: que não houve a criação de um Estado palestino porque os árabes não aceitaram a criação de Israel e, de quebra, ainda iniciaram uma guerra com o apoio de outros países árabes. Também os palestinos *deixaram* suas casas por conta própria, não porque foram *expulsos* pelo terrorismo israelense. Israel *ampliou* seus territórios, e não *invadiu* terras que não lhes eram destinadas na partilha. Depois, gentilmente devolveu um dos territórios e conquistou um Nobel da Paz. Israel também devolveu Gaza aos palestinos, entretanto esses não souberam aproveitar um segundo de liberdade e elegeram um partido extremista. São falsidades históricas como essas que embasam discursos e ações colonialistas e imperialistas como plenamente aceitáveis. Israel impôs o bloqueio de Gaza em razão das eleições da região que optaram por eleger o Hamas como autoridade. É particularmente interessante como a ação israelense não sofre questionamentos nesse sentido. Como afirma Losurdo (2010), o povo palestino é tido como “'culpado' de ter escolhido, nas eleições democráticas, uma maioria parlamentar que desagradava Tel Aviv e a Washington” (LOSURDO, 2010, p. 26). Aqui, não se trata de conferir, ou não, legitimidade ao Hamas, mas de questionar até quando o signo de terrorismo vai embasar as mais cruéis incursões do exército israelense contra os palestinos. Vale questionar se haveria, de fato, algum partido palestino que não provocasse a mesma reação nas autoridades de Israel. Pertinente, também, é lembrar que o Hamas só existe porque a ocupação colonial israelense existe e insiste em negar a independência aos palestinos.

No dia seguinte, houve mais uma matéria sobre os protestos dos palestinos, "62 palestinos morrem na fronteira da Faixa de Gaza em 48 horas".³⁷ Como no dia anterior, foi narrada pelo repórter Luiz Fernando Silva Pinto, novamente de Washington. Uma fala parecida com a cobertura do dia anterior é mais uma vez reproduzida: "Este é o cenário na faixa de Gaza na data em que os palestinos relembram o que chamam de dia da catástrofe. Setenta anos atrás, milhares deles deixaram as casas, num êxodo que começou um dia depois da criação de Israel". O cenário ao qual se refere o repórter é vislumbrado através de imagens de massas árabes em Gaza, em meio a lágrimas, fumaça, rezas e corpos mortos sendo levados por multidões (figura 2). Segundo a reportagem, os palestinos estavam protestando não apenas em memória à *Nakba*, mas também contra a instalação da embaixada americana em

³⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6738570/?s=0s>

Jerusalém que estava sendo inaugurada naquele mesmo dia. Imagens de uma assembleia da ONU são exibidas, na qual travou-se uma discussão sobre a onda de violências e mortes contra manifestantes palestinos – alguns favoráveis à “defesa” de Israel contra os bárbaros e outros condenando o uso de armas letais nas manifestações. O desfecho da matéria dá-se com o repórter Luiz Fernando em uma passagem em Washington em que diz: “O governo do Trump defendeu Israel e disse que o país fez o que qualquer outro país faria para proteger a fronteira. E os Estados Unidos também se defenderam, afirmaram que o confronto de ontem em Gaza não tem relação com a inauguração da embaixada americana em Jerusalém. E disseram que o Hamas promove a violência há anos”.



Figura 2: Fronteira Gaza/Reprodução Rede Globo

O que vemos até então é uma camuflagem de afirmações e constatações em meio à aparente isenção do Jornal Nacional. Conforme Soares (2020), “nessa passagem de um lugar ao outro, do fato ao relato, é um processo de *narrativização* que se inscreve no discurso jornalístico, no qual determinadas formas narrativas contribuem pra produzir efeitos de sentido que corroboram seus pressupostos” (SOARES, 2020, p. 183). A autora afirma que, embora o jornalismo seja dotado de uma heterogeneidade própria de sua constituição, o texto jornalístico tende a esconder essa heterogeneidade através de seus modos de fazer baseados em pressupostos como a objetividade e a neutralidade. Porém, “é na multiplicidade de vozes que compõem seu discurso que o jornalismo se afirma como narrativa unívoca, camuflando seus equívocos” (SOARES, 2020, p. 183). Nas reportagens sobre a Palestina ocorre que mesmo que estejam exibindo a disputa narrativa travada no território, a maneira como são

relatadas tendem a colocar Israel e os Estados Unidos munidos da palavra final. Além de que, os personagens que representam esses dois países geralmente são figuras de autoridade, que transparecem credibilidade e respeito.

O mesmo modo de narrar um acontecimento passado de importância para os palestinos pode ser vislumbrado quando se trata do Dia da Terra e da Marcha pelo Retorno. O Dia da Terra é comemorado pelos palestinos desde 1976, no dia 30 de março. A data lembra a luta dos povos palestinos pelo direito às suas terras que lhes foram tomadas em 1948, quando milhares foram expulsos pelo Estado israelense, levando consigo as chaves de suas casas. A chave representa, ainda hoje, um símbolo da promessa de retorno. Em 1948, Israel utilizou da lei que o próprio Estado criou - lei da propriedade ausente - e aproveitou para confiscar as terras daqueles que foram expulsos pelo terror sionista. Anos mais tarde, em 1976, houve o confisco de mais centenas de terras palestinas para construir mais assentamentos judaicos, o que causou uma revolta entre a população palestina através de protestos e uma greve geral no dia 30 de março. Israel respondeu com a morte de seis palestinos e centenas de feridos. A Marcha pelo Retorno também possui o intuito de manter viva a memória dos antepassados palestinos que tiveram suas casas confiscadas ou destruídas pelo Estado israelense. Foi criado em 2018 como uma grande agenda de protestos nos quais os palestinos marcham até a fronteira em meados de maio para relembrar a *Nakba*.

Entre 2003 e 2021, o "Dia da Terra" foi alvo da cobertura do Jornal Nacional nos seguintes anos: 2012 (Um palestino é morto e mais de 200 ficam feridos em confronto com forças israelenses),³⁸ 2013 (Confrontos entre tropas israelenses e palestinos marcam "Dia da Terra"),³⁹ 2018 (16 palestinos morrem em confronto com soldados israelenses)⁴⁰ e 2019 (Milhares de palestinos fazem protesto na fronteira da Faixa de Gaza com Israel).⁴¹ Nota-se que "Dia da Terra" só aparece em uma das chamadas. No restante, as palavras utilizadas remetem a violência física, embate, mortes e feridos. Embora seja uma data importante para os palestinos, não há explicações, entrevistas, números, nada que se aprofunde nessa parte da história. A cobertura do "Dia da Terra" é superficial, mas é também duvidosa. Nas quatro matérias encontradas sobre a data, além de não haver explicações suficientes que permitam ao telespectador entender qual a importância da data para os árabes, o foco tende a recair na violência física que os protestos geram. Nisso, não resulta outro entendimento a não ser o de

³⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1882690/>

³⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2490218/?s=0s>

⁴⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6624546/programa/>

⁴¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7500885/?s=0s>

que os palestinos causaram essa violência, mesmo que os próprios palestinos sejam as maiores vítimas mortais e em números de feridos. Afinal, ao que parece, Israel está apenas se protegendo. Mas existe algo que se repete nessas coberturas: a sutil diferenciação entre aquilo que os palestinos dizem e aquilo que é. Cabe destacar alguns pontos que reforçam que a narrativa palestina não merece credibilidade.

Nas quatro reportagens, a menção ao "Dia da Terra" e à "Marcha de Retorno" aparece das seguintes formas: "no chamado 'Dia da Terra'" e "manifestações chamadas de 'grande marcha de retorno'". É como se houvesse a necessidade de pontuar que os palestinos é quem estão nomeando essas datas e manifestações, mas no campo da realidade nada disso é existente e nem palpável. Soa também como se a Palestina não obtivesse o direito de nomear algo porque isso cabe a Israel – esse, sim, um Estado devidamente oficializado, civilizado e autorizado a existir, embora sua própria fundação tenha sido realizada em uma área em que os palestinos já estavam e se constituíam como maioria demográfica. Esse apontamento pode ser observado na reportagem do ano de 2018, quando o repórter Felipe Santana, correspondente em Nova York, afirma: "30 mil pessoas se juntaram no que era pra ser um protesto pacífico: a Marcha do Retorno, em que palestinos reivindicam o direito à terra que consideram sua, mas que hoje pertence ao Estado de Israel". Novamente, os palestinos parecem como lunáticos que consideram, por si só, a terra como sua. Não é como se a própria história do estabelecimento do Estado de Israel comprovasse que a terra era, de fato, de uma maioria palestina.

Retomando Said (2012), em uma passagem que sintetiza este tópico de análise, "Desde sua fundação em 1948, Israel exerce um domínio extraordinário no que diz respeito ao conhecimento, ao discurso político, à presença internacional e ao reconhecimento. Tomou-se Israel para representar o que há de melhor nas tradições ocidental e bíblica" (SAID, 2012, p. XXV). Isso é perceptível nas reportagens aqui apresentadas, nas quais pudemos observar, mesmo nas minúcias, que Israel é quem tem o direito de nomear os fenômenos, relatar os acontecimentos e contar a história de sua fundação. Ao passo em que os palestinos têm sua história, seus costumes e cultura relegadas a um delírio, algo que *eles* dizem que existiram/existe. A narrativa palestina é encerrada e minimizada no que *eles* dizem ser, sem verificações, entrevistas, reportagens especiais e sempre reiterando: *eles, eles, eles*.

Lembrando que a violência contra um povo manifesta-se de variadas formas. Neste caso aqui observado o que salta aos olhos é a violência epistêmica empenhada contra o povo palestino. Gayatri Chakravorty Spivak (2010) reflete sobre a violência epistêmica, de maneira que seu ponto de vista é o de uma mulher indiana e suas críticas recaem também sobre a própria academia enquanto um corpo de pesquisadores brancos falando sobre pessoas não

brancas. Aos subalternos – esses, que podem ser os sujeitos colonizados de diversos países que fogem da lógica eurocêntrica – não resta espaço para se autorrepresentar. Esse sujeito colonial foi construído como o *Outro*, sempre com sua perspectiva mantida nas sombras. Spivak (2010) afirma que “Não se trata de uma descrição de ‘como as coisas realmente eram’ ou de privilegiar a narrativa da história como imperialismo como a melhor versão da história. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato de como uma explicação e uma narrativa da realidade foram estabelecidas como normativas” (SPIVAK, 2010, p. 48). No caso aqui analisado, vemos como as palavras de Spivak (2010) fazem sentido para compreender a narrativa palestina dentro do Jornal Nacional. No caso, é sempre uma narrativa que não vale a pena ser explorada da mesma forma em que a narrativa israelense o é. A isso, chamamos de violência epistêmica e o apagamento da dissidência.

3.3.2. Violência como resposta, legitimar para destruir

Uma das formas de se legitimar a violência do Estado contra o povo é utilizar a premissa da segurança. Isso ocorre em qualquer lugar em que se têm sujeitos classificados como potenciais ameaças, inclusive no Brasil. As manifestações de 2016, em São Paulo, contra o aumento das passagens de ônibus na cidade provaram que, em nome da retórica da segurança, o Estado conquista o direito de responder com a força, ainda que protestos sejam um direito democrático, garantido pela Constituição Federal. Naquele ano, o governador de São Paulo da época, Geraldo Alckmin, ordenou uma resposta bruta aos manifestantes paulistas. O armamento utilizado – parte de um investimento de três anos e 77 milhões de reais – incluía veículos blindados com visão noturna, vindos diretamente de Israel. Um dos modelos de blindado era equipado com canhão capaz de lançar jatos de água e gás lacrimogêneo em até 60 metros de distância. Tudo isso para restabelecer a ordem, segundo o governador, que estava descontente com as manifestações paulistas desde o fatídico ano de 2013. Em Israel, esse tipo de ação é praticamente diária. A resposta israelense é brutal – em uma escala que surpreende os veículos de comunicação não questionarem se é de, fato, válida. As consequências são devastadoras.

Em novembro de 2012, durante a operação Pilar Defensivo, o Jornal Nacional esteve na cobertura de praticamente todos os dias de ataques israelenses à Faixa de Gaza. A operação foi responsável por 175 mortes de palestinos em apenas sete dias. A reportagem "Bombardeios na Faixa de Gaza e sul de Israel matam mais de cem",⁴² exibida no dia 19 de

⁴² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2250624/>

novembro daquele ano, logo nos primeiros dias da operação, mostrou parte dos estragos causados em Gaza e em territórios ocupados por israelenses. O início da reportagem exhibe imagens de um funeral no qual milhares de palestinos protestavam contra a morte de cinco mulheres e quatro crianças da mesma família. Morreram em um ataque de Israel contra um prédio residencial. O correspondente internacional no local, Carlos De Lannoy, narra:

O comando militar israelense afirmou que o objetivo era matar o chefe da unidade de lançamento de foguetes do Hamas que estaria escondido no local. Hoje foram mais de 80 alvos. O exército israelense afirmou que, entre eles, estavam depósitos de armas e a chefia de polícia. Mísseis atingiram novamente o prédio que abriga a TV do Hamas e diversas televisões estrangeiras. Israel afirma que ali estavam escondidos os chefes do grupo militante Jihad Islâmica. Um deles morreu na hora. A rotina de ataques assusta os moradores (JORNAL NACIONAL, 2012).

A matéria segue uma receita frequente nas coberturas do Jornal Nacional na situação entre Israel e Palestina: inicia falando sobre as mortes de palestinos, que, geralmente, são em números muito superiores ao de mortes israelenses, e depois começam a enumerar os motivos de Israel para ter realizado o ataque. Segue uma intercalação entre os danos causados à população palestina – inclusive, a morte de crianças – e a justificativa israelense. Nesse caso, a receita de intercalações causais demonstra-se da seguinte maneira: primeiro o repórter diz que sete membros de uma mesma família morreram em decorrência de um ataque israelense em área residencial. Em seguida, diz que o comando militar israelense na verdade tinha a intenção de atingir o Hamas. Depois, diz que foram 80 alvos atingidos pelas tropas israelenses. Em seguida, justifica novamente que nesses locais estavam armamentos. Por mais que o repórter talvez esteja apenas repassando a informação que chegou até ele através dos canais oficiais do governo israelense, a construção da matéria em um simples "disse me disse" parece tentar justificar como legítimas as ações dos israelenses, mesmo que civis também estejam na mira do fuzil.

Coutinho (2003) aponta que o movimento de apresentar os personagens como concorrentes é frequente no Jornal Nacional. Dessa forma, as qualificações que cercam esses personagens dividem-se entre vencedores e vencidos, por exemplo. No caso palestino, o problema dessa disputa de personagens é que enquanto os israelenses relatam suas versões através de canais oficialmente reconhecidos, como o governo, aos palestinos resta ao Hamas ou a Autoridade Palestina como níveis máximos de representação oficial. Entretanto, esses dois partidos não possuem o mesmo peso de autoridade diante da comunidade internacional – muito menos o Hamas, que é reduzido a um movimento meramente terrorista. A Autoridade

Palestina, embora possua mais legitimidade, sobretudo por fazer parte das cadeiras da ONU, ainda está longe de ter o mesmo peso dos representantes do governo israelense. Até porque a Palestina é apenas um membro observador na ONU, não tendo direito a votar nas decisões que são tomadas.

Há, ainda, outros elementos dignos de atenção na reportagem. Após apresentar as causas e efeitos da operação israelense, dois VT's de poucos segundos são exibidos. O primeiro de uma mulher palestina que diz que não tem para onde ir. O segundo, um homem que supõe-se ser palestino, que diz: "nós não queremos essa guerra, queremos viver em paz". Essas são as únicas falas dos moradores de Gaza, que parecem transtornados com a situação, em locais insalubres em meios às ofensivas israelenses. Após esses depoimentos pontuais, a reportagem segue para Ashkelon, cidade pertencente a Israel. Alguns estragos são também exibidos por lá, como a destruição de uma escola e o carro de um morador que foi destruído. O morador, Rafael, é um idoso simpático que abre as portas da sua casa para o repórter com o intuito de mostrar o bunker blindado construído para que ele e sua família possam se proteger das bombas. Carlos De Lannoy aparece no esconderijo em uma passagem gravada junto a Rafael, que mostra que o local é confortável: possui rádio, lâmpadas, fotografias e máscaras antigás. O desfecho da matéria dá-se com o senhor sorridente dizendo que: "Estamos acostumados a isso. Não tem problema". O modo totalmente perturbador do desfecho destoa em muito do início da reportagem. De um lado, palestinos em luto e em estado de desolação, de outro um senhor que diz que "não tem problema". A montagem da matéria parece exibir, de maneira fria, que a segurança de Israel não é um problema, está tudo sob controle. De maneira a rebater todo o sofrimento árabe com a justificativa israelense de proteção, não resta nada a lamentar pelas vidas palestinas perdidas nos ataques.

A relação de causa e efeito adotada em muitas reportagens para falar sobre os palestinos e os israelenses pode ser uma maneira de categorizar os personagens entre vilões e mocinhos, já que a máxima do bem contra o mal é amplamente explorada pela mídia de uma forma geral. Coutinho (2003, p. 149) observou algumas categorias encontradas nos personagens explorados pelo Jornal Nacional: mocinho, vilão, herói, vítima, expert, parceiro/aliado, mediador, concorrentes e musa. Mas, como já era o esperado, a autora identifica que os papéis mais frequentes são o vilão, vítima e mocinho. Ela explica que "Essa predominância tem estreitas ligações com o fato de que as narrativas [...] trazem em si os registros ou conexões com a já tradicional luta Bem-Mal e, na medida do possível, utilizam-se da estória narrada para reforçar valores morais e de conduta" (COUTINHO, 2003, p. 149). A contribuição de Coutinho nos ajuda a pensar além no que está implícito nas narrativas do

Jornal Nacional acerca da violência praticada nos territórios palestinos e israelenses. Na medida em que toda ação israelense está condicionada a ser uma resposta contra a ação dos palestinos, tem-se que os palestinos são sempre os primeiros a causar a violência e, logo, são também culpados pela violência exercida contra eles próprios. E, se são culpados pela violência exercida, são os vilões. O mocinho teria como representante o exército israelense, na medida em que está agindo em defesa das vítimas, os cidadãos israelenses.

Acontece que essa causalidade simplista está longe de abarcar as relações contextuais, históricas e complexas entre os dois povos e também outros países (como a Inglaterra e os Estados Unidos, que estão por trás da criação de Israel). Em outra matéria, de 2014, essa relação de causa e efeito também pode ser observada. O ano marcou a operação Margem Protetora, um capítulo lamentável na história entre Israel e Palestina. Entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, foram mais de dois mil palestinos mortos. Na época, o exército israelense chegou a invadir Gaza por terra e os ataques eram diários. Também a cobertura do Jornal Nacional foi diária, através do repórter correspondente Rodrigo Alvarez, que falava diretamente de Israel. As reportagens encontradas dessa época foram muitas, mas serão destacadas algumas que chamam mais a atenção pelo modo como a justificativa israelense para os ataques aparece. Como já foi analisado no material do ano de 2012, há a tendência em estruturar as notícias intercalando as perdas palestinas com as justificativas israelenses. Em uma das reportagens contém ainda mais um elemento que evidencia as justificativas das ofensivas de Israel. Tal reportagem foi exibida um dia após Israel ter iniciado a invasão terrestre em Gaza, em 18 de julho de 2014.⁴³ O repórter gravou junto ao exército israelense, em local secreto, horas antes de os tanques partirem. As imagens parecem tiradas de um filme: belos soldados sorridentes em cima dos tanques blindados, as bandeiras de Israel balançando com o vento, a poeira levantada pelo movimento dos veículos de guerra, um exército glorioso, rumo à vitória (figuras 3 e 4). E então, o repórter, narrando em primeira mão aquele momento histórico, lança a seguinte pergunta para o porta-voz das forças israelenses: "por que foi necessário invadir Gaza por terra quando é sabido que o número de mortes só vai aumentar?". Eis que a resposta aparece de uma forma relativamente inesperada. No exato momento em que o coronel começa a responder, ouve-se o disparo de um foguete, imagina-se que lançado pelo Hamas, explodindo perto de onde eles estavam. E essa parece ser a resposta: segurança e proteção diante das ameaças que os cercam. O porta-voz, após se recompor do susto causado pela explosão, continua e a resposta é narrada pelo repórter: "Não

⁴³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3507705/>

estamos dispostos a continuar sendo atacados pelo Hamas, ele diz. Estamos tentando criar uma situação em que os civis israelenses possam levar uma vida normal". A postura do coronel passa um ar de tranquilidade, beirando até mesmo certa docilidade: sua voz é calma, os dedos das duas mãos unidos junto ao corpo de forma relaxada e um olhar sereno. Observe-se em uma só frase a revelação de todas as categorias dos personagens envolvidos: o exército como mocinho que não está disposto a aceitar a violência praticada pelo vilão, o Hamas, e está tentando proporcionar uma vida confortável às vítimas, os civis israelenses.



Figura 3: Soldados israelenses/Reprodução Rede Globo



Figura 4: Soldados israelenses/Reprodução Rede Globo

Em seguida, Rodrigo Alvarez narra que, em Gaza, a invasão por terra causava terror entre os palestinos, que já estavam sofrendo pelo luto de um bebê de cinco meses, um idoso e quatro crianças mortas em ataques israelenses. O repórter confronta o coronel ao dizer que crianças estavam morrendo, mas a resposta segue o roteiro do previsível e culpa o Hamas pela situação. A retórica é sempre a mesma: são obrigados a agir assim para se proteger do Hamas. "Esse é o tipo de gente que estamos lidando", diz ele ao narrar as ações do Hamas que justificam as ações israelenses. Ainda que a frase tenha sido empregada para qualificar os membros do Hamas, é uma declaração que desumaniza até mesmo as crianças mortas que foram citadas na reportagem – é como se essas vidas perdidas fossem apenas erros no percurso causado pelo terrorismo palestino, mesmo que tenham sido mortas sob bombardeios israelenses. No geral, a ótica israelense dá a entender que a morte dos palestinos é apenas um preço que se paga pelos problemas que os próprios palestinos causaram. Até mesmo a fala de Barack Obama exibida pela reportagem, presidente dos Estados Unidos na época, demonstra tendência para a desumanização dos palestinos, que são vistos apenas como números em um grande amontoado de cadáveres. Obama pede para que Israel minimize o número de mortes de civis palestinos. A pergunta que fica é: minimizar a um número tolerável de mortes? E, ainda: o que seria um número tolerável? O número tolerável de mortes palestinas é o mesmo número tolerável de mortes israelenses? São as questões que ficam após o apelo do ex-presidente norte-americano. O que parece persistir é que, embora os palestinos também ocupem a posição de vítimas nas reportagens, principalmente as crianças, as ações militares israelenses são necessárias para eliminar os vilões do Hamas.

Para Butler (2019), o ato de nomear alguém ou um grupo enquanto perigoso parte de “um julgamento infundado que [...] trabalha para antecipar as sentenças para as quais as evidências são necessárias”. (BUTLER, 2019, p. 101). Usar a violência do Estado e de seus aparatos militares como justificativa para evitar a violência de uma determinada população revela-se enquanto falha, já que os critérios utilizados para estabelecer quem oferece perigo são também duvidosos. Os árabes, por exemplo, são considerados suspeitos não apenas na Palestina, como em outros países, sobretudo nos Estados Unidos após 11 de setembro. Butler (2019) afirma que considerar alguém enquanto um perigo

é também uma potencial licença para visões preconceituosas e um mandato implícito para aumentar as formas racialmente carregadas de olhar e julgar em nome da segurança nacional. Uma população de povos islâmicos, ou aqueles considerados islâmicos, tornou-se alvo desse mandato de alerta do governo, tendo como resultado o fato de a população árabe nos Estados Unidos ter se tornado visualmente acuada, menosprezada, vigiada,

perseguida e monitorada por um grupo de cidadãos que se veem como soldados de infantaria na guerra contra o terrorismo. (BUTLER, 2019, p. 102).

Butler (2019, p. 103) também diz que utilizar a segurança como uma licença para punir e matar é também uma maneira de desumanização de sujeitos que são privadas da jurisdição internacional e categorizados enquanto seres animais que, a qualquer momento, podem sair do controle e provocar ataques violentos. a autora lembra quando Ariel Sharon classificou a Primeira Intifada enquanto mero terrorismo e afirma que o selo de terrorismo é utilizado de uma maneira unilateral, na qual estados não reconhecidos tem suas ações - inclusive a violência - políticas tomadas como ilegítimas. “Nesse sentido, o enquadramento para conceituar a violência global é tal que “terrorismo” se torna nome para descrever a violência dos ilegítimos, enquanto a guerra legal se torna prerrogativa daqueles que podem assumir o reconhecimento internacional como Estados legítimos” (BUTLER, 2019, p. 114).

Também 2018 foi um ano violento na região de Gaza em razão do estabelecimento da embaixada americana em Jerusalém. Houve protestos e um total de 180 mortos. Como nas outras ocasiões, autoridades israelenses utilizaram mais uma vez o Hamas para validar suas ações militares contra manifestantes palestinos. O Jornal Nacional também seguiu o mesmo modo de cobertura, intercalando os danos causados por Israel e as justificativas desses danos. A reportagem "Violência na fronteira de Israel com a Faixa de Gaza deixa mortos e feridos",⁴⁴ exibida no dia 09 de agosto de 2018, ilustra bem a forma como essas combinações de narrativas favorecem as autoridades israelenses. A repórter Sandra Coutinho, correspondente em Nova York, narra a nota coberta por imagens das manifestações dos palestinos. Como em outras matérias, o início é marcado pelo anúncio da morte de uma mulher palestina e seu bebê de pouco mais de um ano de idade, mortos durante um ataque israelense em Gaza. Logo em seguida, explana os motivos que supostamente levaram o exército de Israel a bombardear o local. Novamente, como em outras matérias, o motivo principal é o Hamas, já que Israel está agindo contra suas bases militares em Gaza a fim de eliminar as ameaças que pairam sob suas cabeças: "Israel bombardeou 150 prédios estratégicos do grupo radical – uma resposta ao disparo de 180 foguetes e morteiros contra o sul de Israel". Para comprovar que de fato há uma ameaça contra Israel, a reportagem mostra a cidade de Ashkelon, onde uma casa israelense foi atingida por um foguete e a família conseguiu se salvar utilizando o abrigo no porão. O uso da segurança como direito de resposta aparece frequentemente nas coberturas

⁴⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6937621/>

sobre os momentos mais tensos vividos entre Israel e Palestina – principalmente a resposta de Israel contra alguma coisa que os palestinos tenham feito. A resposta de Israel é sempre arrasadora. Neste caso, 150 prédios atacados sob a justificativa de que lá estavam as bases do Hamas não deveria ser algo facilmente aceito pela comunidade internacional e pela mídia. A repórter diz que os prédios eram estratégicos do Hamas, mas não diz de onde veio essa informação (provavelmente de autoridades israelenses) e se realmente era verdadeira. O maior problema na afirmação é que traz a certeza de que Israel fez o que deveria ser feito, ainda que a custo de vidas palestinas que sequer têm envolvimento com o Hamas. Essas certezas que Israel utiliza como justificativas dificilmente são questionadas pelo Jornal Nacional. Na realidade, não há questionamento, o que há – vez ou outra – é o contraponto do Hamas frente às afirmações do exército israelense. Porém, o Hamas constitui-se enquanto uma organização que não possui a menor credibilidade na mídia ocidental.

A reportagem prossegue dizendo que uma delegação do Hamas está em negociação por um cessar-fogo junto a emissários do Egito e das Nações Unidas. O movimento é descrito, pela repórter, como "uma tentativa de acabar com os protestos violentos diários, na fronteira entre Gaza e Israel, onde 160 palestinos foram mortos pelas forças israelenses desde março". O desfecho da matéria é a passagem gravada pela repórter, em Nova York, dizendo que embora os Estados Unidos seja um mediador do conflito entre palestinos e israelenses, o presidente Trump disse concordar com um acordo sem a criação de um Estado palestino, ao passo que a Autoridade Palestina disse que não aceitaria nenhum tipo de acordo com tal condição. O final da matéria, confuso, revela enquadramentos dúbios do Jornal Nacional em relação à situação: o primeiro é que classifica os protestos palestinos como violentos, mesmo que não tenha nenhuma vítima fatal israelense e, por outro lado, mais de cem palestinos mortos pelas forças de segurança de Israel. Também não se justifica porque os protestos são violentos, o que talvez possa ser contemplado através das imagens de palestinos correndo de um lado para o outro em meio a uma fumaça escura na fronteira de Gaza. Mesmo assim, não há informação verbal sobre o que faz os protestos serem violentos. As “respostas” de Israel, por outro lado, não são qualificadas enquanto violentas. Outra associação possível é de que o Hamas está à frente da movimentação, logo, os protestos são automaticamente violentos. Entretanto, essa informação também não consta clara na matéria – até porque os protestos não faziam parte de uma incitação exclusiva do Hamas.

Daí, chegamos ao segundo ponto dúbio, que é uma informação extremamente importante para compreender os protestos e que só aparece no final. Ora, se os Estados Unidos, a maior potência mundial e apoiadora direta do Estado israelense, através da figura de

Trump, alegou estar disposto a apoiar um acordo internacional que exclua a constituição de um Estado palestino, o que resta ao povo palestino? Ao afirmar ainda que a Autoridade Palestina "só aceita o diálogo se o objetivo for a concessão de território para estabelecer um Estado independente", a reportagem parece revelar uma profunda ignorância em relação a luta palestina – inclusive o motivo de todos esses anos de conflito entre as duas nações: a necessidade de que a Palestina seja, de fato, um Estado com direito a autonomia, território e liberdade – no mínimo. Não é, portanto, um capricho da Autoridade Palestina exigir que a criação de um Estado palestino esteja em pauta para que se possa vislumbrar a resolução do conflito. Afinal, se não houver a criação do Estado palestino, o que mais poderia haver? A manutenção do colonialismo vigente no território, em que os árabes não possuem autonomia para nada, onde o exército israelense é a lei e define quem vive e quem morre, a circulação dos palestinos é travada por centenas de *checkpoints* e as crianças são espancadas, torturadas, presas e mortas por defenderem sua identidade nacional com pedras? Certamente pode ser que seja o desejo de Israel, mas não se pode esperar o mesmo desejo da Autoridade Palestina, do Hamas, da Jihad Islâmica e nem da população de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém ocupada.

3.3.3. A violência como espetáculo, a câmera que banaliza

Como já mencionado anteriormente, as fronteiras entre realidade e ficção são confundidas no espaço televisivo e disso resulta que o telejornal utiliza uma narrativa espetacular para apresentar as informações, de modo que este movimento não necessariamente tem a intenção de manipular o conteúdo noticioso. Entretanto, é a partir dessas mesmas imagens espetacularizadas que os fatos e acontecimentos são vistos, reconhecidos e reproduzidos. O problema é que estas imagens espetacularizadas centradas no agora deixam de lado a complexidade inerente a qualquer fato que tenha como pano de fundo um conflito narrativo.

Na Palestina de 2014, ano que marcou a operação Margem Protetora, foi um dos poucos momentos em que um correspondente internacional do Jornal Nacional esteve na região por um longo tempo a fim de dedicar-se exclusivamente a noticiar o conflito que se instaurava em um dos anos mais violentos na relação entre Palestina e Israel. Aliás, antes do início da operação, Rodrigo Alvarez já estava na região para cobrir os conflitos que já estavam acontecendo devido a morte de três adolescentes israelenses, e posteriormente, a morte de um adolescente palestino, que fora espancado e queimado vivo por israelenses não identificados. Sendo assim, nessa época que antecedeu o início da operação, o Jornal Nacional

mostrou o lado palestino como nunca havia feito anteriormente. Houve uma matéria⁴⁵ realizada exclusivamente em Gaza, onde o repórter teve acesso aos túneis que ligavam o Egito e Gaza para viabilizar a passagem de itens como materiais de construção, combustíveis, carros etc. Nessa reportagem, o repórter ocupa o lugar dos palestinos e até se refere a Israel como “o lado de lá” quando compara as condições de Gaza que vive em meio a constantes apagões por não terem acesso legalizado a itens básicos de sobrevivência porque Israel controla a passagem de produtos na fronteira desde 2006. Israel aparece de longe, ostentando cidades iluminadas enquanto o repórter e todos os palestinos de Gaza seguem em meio à escuridão completa. Outra reportagem⁴⁶ que se aproxima da perspectiva palestina é quando Rodrigo Alvarez entrevista o pai do adolescente palestino que foi morto por israelenses.

Mas é a partir do início das atividades da operação Margem Protetora que Rodrigo Alvarez começa a aparecer cada vez mais em passagens, todas elas gravadas no que ele considera “em Israel”, embora seja em Jerusalém, oficialmente um território de domínio internacional. Talvez pela segurança da equipe de reportagem, as filmagens concentravam-se em locais de certa forma protegidos pelo exército israelense. Entretanto, isso acabou por criar uma sensação de identificação da reportagem apenas com o lado israelense, já que de repente os próprios profissionais estavam inseridos no conflito e temiam pelos ataques palestinos, que poderiam acertá-los. O resultado foi uma cobertura repleta de entrevistas com oficiais israelenses e cada vez mais imagens espetacularizadas de soldados e suas máquinas mortíferas. O repórter ocupava, mais do que nunca, um lugar de testemunha, como na reportagem que foi ao ar no dia 10 de julho de 2014, “Conselho de Segurança da ONU faz reunião emergencial para discutir crise no Oriente Médio”,⁴⁷ em que exibia fragmentos de mísseis com as próprias mãos (figura 5) e expressava em sua face o medo quando os foguetes voavam sobre sua cabeça. É como se o telespectador pudesse experimentar aquelas sensações por alguns instantes, vendo um rosto “conhecido” que estava em meio ao fogo cruzado. Nessa mesma reportagem, “o outro lado do muro”, como ele se refere, já não é mais Israel, como na matéria anterior ao início da operação, e sim a Palestina. O muro mencionado por Alvarez é, literalmente um muro. Nomeado pelos palestinos de “muro da vergonha”, ou, “muro do *apartheid*”, teve a construção iniciada em 2002, sob a ordens de Ariel Sharon, que também utilizou o pretexto da segurança nacional. A construção, atualmente, soma 721 km, tem 8 metros de altura, trincheiras com 2 metros de profundidade, arames farpados e torres de

⁴⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3248416/>

⁴⁶ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3471998/>

⁴⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3489716/>

vigilância a cada 300 metros. Com a construção, diversos territórios palestinos ficaram isolados, ou foram invadidos pelo muro. O lado do muro em que se encontra o repórter correspondente é, portanto, o lado israelense, que conforme a jornalista Adriana Mabília (2013), que esteve na região por volta de 2012, difere do lado do muro em que se encontram os palestinos: “do lado de Israel, o muro tem outra estética, é decorado. Não se vê o cinza do concreto; em algumas partes, é revestido com pedras e em outras com plantas. Fica bem menos assustador” (MABÍLIA, 2013, p. 124). O tal muro sequer aparece na reportagem de Alvarez, mas a reflexão que fica é a de que os dois lados, separados pela construção, reservam paisagens diferenciadas ao olhar do telespectador. Davis (2018), que esteve na Palestina na mesma época em que Mabília, narrou: “O muro, o concreto, o arame farpado em todos os lugares transmitiam a impressão de que estávamos em uma prisão. Antes mesmo de serem detidas, as pessoas palestinas já estão em cárcere” (DAVIS, 2018, p. 63). Tanto Mabília quanto Davis consideram Gaza enquanto uma prisão, mesmo a céu aberto. Portanto temos representações distintas: de um lado, a nação civilizada e a ordem, um exército comprometido com o bem-estar de seu povo. De outro, crianças mortas, homens brutais e encapuzados, mulheres históricas lamentando pela destruição causada pela infelicidade de ter nascido em um território que não possui a mesma proteção do que outros.



Figura 5: Fragmentos míssil/Reprodução Rede Globo

Na reportagem do dia seguinte,⁴⁸ Alvarez volta a testemunhar o exato momento em que mísseis lançados pelo Hamas sobrevoam a área israelense. Ele grava a passagem em Sderot, Israel, em uma noite em que vários mísseis iluminam o céu antes de serem interceptados pelo sistema israelense, Domo de Ferro. Presume-se que o repórter tenha ido ao local na esperança de conseguir imagens que registrassem o momento, o que, de fato, a equipe do Jornal Nacional obteve. Antes, Alvarez narra, em *off*: “E se até agora ninguém morreu nos ataques a Israel, é porque a maior parte dos foguetes é destruída no ar, como aconteceu com dois desses três foguetes que a gente viu saindo de Gaza ao anoitecer. Eles foram interceptados segundos depois no centro de Israel”. Logo em seguida, na passagem em Sderot, Alvarez narra sua própria experiência naquele momento: “Já faz aproximadamente duas horas que a gente tá aqui nessa posição, um lugar relativamente seguro porque fica fora da rota principal dos foguetes. Eu tô com esse capacete na mão justamente porque se toca a sirene aqui nessa região, todo mundo deve se atirar no chão e proteger a cabeça torcendo pra não acontecer o pior”. Em meio à gravação, ouve-se a explosão do míssil e a câmera capta os segundos de pânico no olhar de Alvarez (figura 6). A voz em *off* diz que ele foi pego de surpresa por um foguete lançado de Tel-Aviv em direção a Gaza, em resposta aos ataques do Hamas.



Figura 6: Alvarez em meio aos mísseis/Reprodução Rede Globo

⁴⁸ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3492135/>

Falar de telejornalismo sem falar da Guerra do Golfo, ocorrida nos anos 90, parece impossível, visto que a maioria dos autores cita este evento como um divisor de águas na cobertura noticiosa de conflitos bélicos na televisão. José Arbex Jr. (2001) é um deles. O autor aponta para o fato de que pela primeira vez a televisão possuía artifícios tecnológicos para cobrir uma guerra praticamente em tempo real e que esta possibilidade fez com que o conflito se configurasse quase como uma novela. Todos os dias os telespectadores podiam acompanhar o desenrolar da tensão entre o Iraque e os Estados Unidos, como se de fato compusessem uma trama melodramática. Nisso, voltamos à espetacularização da notícia no telejornal, visto que para Arbex Jr. (2001) a possibilidade da cobertura ao vivo da Guerra do Golfo serviu para consolidar de vez o espetáculo noticioso na televisão.

A Guerra do Golfo mudou a relação da televisão com a notícia, de um lado, e com o público, de outro. Ela – a televisão – tornou-se "a" notícia. Após a guerra, a onipresença da televisão, a sua capacidade de transmitir instantaneamente imagens de e para todo o planeta, tornaram-se um fato do cotidiano, de todos conhecido e por muitos esperado - nos episódios de invasão da Somália (1992) e Haiti (1994) por tropas da ONU comandadas pelos Estados Unidos, as câmaras de televisão já estavam lá antes mesmo da chegada das tropas. As imagens do desembarque das tropas, nos dois casos, lembravam muito mais um filme (ARBEX JR., 2001, p. 32).

Esses aspectos podem ser observados na cobertura da operação Margem Protetora, em 2014, pelo Jornal Nacional. O desenrolar dos acontecimentos era diário e o repórter materializava o conflito com seu próprio corpo, temeroso em meios aos mísseis. Arbex Jr. (2001) defende o conceito de showrnalismo, nada mais do que a junção de *show* + jornalismo. Isso significa enxergar os aspectos do jornalismo que são como os aspectos de um *show*, desde sua preparação, edição até o resultado final que vai ao ar na televisão. O autor faz, então, uma breve comparação da montagem de um telejornal com a montagem de um videoclipe: por mais que os fragmentos pareçam aleatórios e soltos, a costura desses é dotada de um sentido, transmite uma mensagem – cujo emissor principal é a imagem. “No caso do telenoticiário, as imagens reiteram uma certa percepção do mundo (mulheres com véu no Islã, negros famintos na África, "bandidos" negros etc.). O que se fixa, na memória do telespectador, são *flashes*” (ARBEX JR., 2001, p. 53). Além disso, sendo a televisão, por vezes, única fonte de conhecimento acessada para saber sobre determinados assuntos, é necessário levar em conta que, na maioria das vezes, o telejornal não comporta a complexidade dos fenômenos, e um dos motivos é a busca pelas imagens espetaculares, bem como a fragmentação dos acontecimentos que só adquirem importância se inscritos no

presente. Arbex Jr. (2001) comprova esta percepção ao utilizar como exemplo sua própria experiência em palestras para estudantes e profissionais da comunicação, nas quais ele afirma que o público dizia lembrar-se de determinados acontecimentos da História (lembranças estas adquiridas pela televisão), entretanto demonstravam-se incapazes de discorrer assertivamente sobre os ocorridos: “Sabiam que havia acontecido uma Guerra no Golfo ou que havia caído o Muro de Berlim, que os islâmicos são 'fanáticos' e que 'o socialismo não deu certo'. Mas de forma geral, incapazes de criar uma narrativa sobre um acontecimento que, no entanto, fazia parte de sua memória” (ARBEX JR, 2001, p. 54).

As reflexões de Arbex Jr. (2001) nos auxiliam a olhar criticamente para a cobertura noticiosa da operação Margem Protetora. Mesmo sendo a cobertura que mais se aproximou da complexidade do conflito (muito pela atuação de Alvarez), as imagens espetaculares acabaram se destacando mais do que as informações propriamente ditas. Explosões, prédios ruindo, palestinos com o rosto coberto jogando pedras no exército israelense, uma criança palestina de oito anos morta tendo o corpo coberto por um pano ensanguentado (figura 7), um pai que chora com o filho morto no colo (figura 8), uma mãe que narra, aos gritos, o momento em que uma escola da ONU foi atingida por um míssil israelense, entre tantas imagens de revolta, dor e violência. Não se trata aqui de dizer que as imagens não informam por si, mas que isoladas de um texto que dê sentido a elas, cabe aos espectadores imaginar. Também não se trata de afirmar que o Jornal Nacional não está informando nada, mas que suas informações são óbvias diante das imagens: essa criança de oito anos morreu, esse pai perdeu um filho em um ataque a mísseis, essa mãe chora pela destruição de uma escola da ONU. Susan Sontag (2003) disse que não é possível confiar que imagens de guerra falem por si só e provoquem a mesma sensação de horror em todos que as virem. A depender de cada um, uma imagem, por mais horrível que seja, surtirá um efeito diferente. Mais complexo ainda é pensar no efeito das imagens naqueles que estão envolvidos no conflito. Conforme a autora,

Para um judeu israelense, uma foto de uma criança esfaqueada no atentado contra a pizzaria Sbarro no centro de Jerusalém é, antes de tudo, uma foto de uma criança judia morta por um militante suicida palestino. Para um palestino, uma foto de uma criança esfaqueada pelo tiro de um tanque em Gaza é, antes de tudo, uma foto de uma criança palestina morta pela máquina de guerra israelense (SONTAG, 2003, p. 14).



Figura 7: Criança palestina/Reprodução Rede Globo



Figura 8: Pai carrega criança/Reprodução Rede Globo

Mas o Jornal Nacional não está noticiando para os palestinos e os israelenses, está noticiando para os brasileiros. As imagens são ainda mais “corrompidas” em si mesmas porque a maioria das pessoas que as recebem podem não fazer ideia do contexto que as cerca. Bem, neste ponto, podemos supor que todo um conhecimento sobre os árabes, transmitido pelo Ocidente durante séculos, com certeza surte impacto na forma como vão ser lidas as

imagens de guerra. Somente para falar sobre o próprio Jornal Nacional, vimos nos tópicos anteriores a este como a narrativa palestina foi suplantada para dar lugar às narrativas oficiais de Israel, tanto no que diz respeito à história da criação do Estado judaico como em relação aos conflitos bélicos que se desenrolaram a partir daí. Israel é sempre quem responde a violência que lhe chega. Entretanto, o que não é explorado é como essa violência – que é subjetiva, nos termos de Žižek – chegou até os israelenses. Nunca se pode esquecer que a raiz de toda a situação que assistimos hoje é resultado de uma invasão territorial que foi planejada durante décadas pelo movimento sionista. Sem isso em mente, qualquer interpretação do conflito tende a reproduzir velhos estigmas sobre as populações orientais de origem árabe.

Portanto, se o Jornal Nacional, durante anos de cobertura dos eventos ocorridos na região palestina, fez questão de sublinhar as razões israelenses para ataques, mortes, assassinatos, abuso de poder e uma infinidade de ações condenadas internacionalmente, qual será a interpretação mais óbvia a se fazer diante de imagens do sofrimento palestino? A Palestina é retratada como se fosse dividida pura e simplesmente entre integrantes do Hamas e integrantes da Jihad Islâmica, estes os responsáveis por toda a situação de calamidades em que se encontram os habitantes de Gaza. O conjunto da violência epistêmica e da representação da violência como resposta culmina em uma violência das imagens que, sem o mínimo de informação necessária, simplifica o conflito entre mortos, feridos e prédios em ruínas. Mas a vida em Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém vai muito além de momentos de tensão pontuais em que a violência chega ao estopim para só então chamar a atenção midiática.

Outra reflexão de Sontag (2003) pertinente a trazer para este debate é a complexidade de se exibir imagens violentas – exibição que, geralmente, é vetada e/ou censurada por se tratar de um conteúdo chocante. Entretanto, o mesmo respeito pela vítima da imagem não é sempre direcionado quando estamos falando de populações estigmatizadas como os orientais. Sontag (2003) diz que “Quanto mais remoto ou exótico o lugar, maior a probabilidade de termos imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes” (SONTAG, 2003, p. 61). Em alguns lampejos da cobertura em Gaza, vê-se imagens rápidas do sofrimento do povo palestino. Para Sontag (2003) a veiculação desse tipo de imagem pode caminhar em dois sentidos: a denúncia de que essas pessoas estão sofrendo violações de seus direitos humanos fundamentais, ou, confirmar certos pressupostos racistas de que existem regiões do mundo propensas a tragédias como as guerras e o genocídio, pois trata-se de uma população ignorante e incivilizada. Portanto, ao mesmo tempo que existe um clamor do povo palestino para que seu sofrimento seja midiaticizado mundo afora, nem sempre as imagens de sofrimento

de determinados povos causa indignação. Às vezes, são simplesmente tidas como normais, “mais um dia comum no Oriente Médio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DE UM JORNALISMO-BARRICADA

*A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Tá aí uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. A paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame? A paz não mora no meu tanque. A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue.
(Marcelino Freire, Da Paz)*

É quase como se fosse inevitável começar estas considerações com o clichê “No momento em que escrevo essas páginas...”. Isso porque neste exato momento há uma (outra) guerra acontecendo no mundo. Uma guerra que, a despeito de tudo que ocorre na Palestina, na Somália, no Iêmen ou na Nigéria, tem despertado comoção, invadido o debate cotidiano, mobilizado análises, reflexões e, mais do que tudo, o racismo escancarado de alguns. A guerra no leste europeu começou no dia 24 de fevereiro de 2022 e, desde então, onde quer que se vá, tem alguém falando sobre o assunto. Na academia, no ônibus, no mercado... O clima é de preocupação que vai desde o temor de que haja uma Terceira Guerra Mundial até a revolta com o aumento da inflação em nosso país já tão assolado pela gestão bolsonarista. Pessoas comuns estão divididas entre apoiar a Ucrânia ou a Rússia, ainda que isso não faça a menor diferença. Por exemplo, como forma de apoio a Ucrânia, o Bar da Dona Onça, em São Paulo, decidiu tirar o *stroganoff*⁴⁹ do cardápio – prato considerado como de origem russa.

Já nas redes sociais, começam a circular informações falsas nas páginas do *Twitter* e nas conversas de *Whatsapp*. Um vídeo da jovem Ahed Tamimi que dispara socos em um homem fardado começou a circular no *Facebook* com a legenda que dizia “Menina ucraniana enfrenta sozinha um soldado russo. ‘Deixe meu país em paz’, entre outras palavras proferidas pela valente menina”.⁵⁰ Entretanto, as imagens eram datadas de 2012, quando Tamimi, uma criança palestina de 11 anos, partiu para cima de um soldado israelense ao resistir contra a prisão de seu irmão adolescente. Presa aos 16 anos, em 2017, por enfrentar novamente soldados israelenses, Ahed Tamimi, que foi libertada em 2018 da prisão, ainda é um símbolo de resistência contra a ocupação colonial de Israel. Entretanto, o seu feito de anos atrás não

⁴⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/boicote-a-produtos-russos-durante-a-guerra-sobrou-ate-para-o-estrogonofe/>

⁵⁰ Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-menina-enfrenta-soldado/>

encontrou tanta repercussão na época, a não ser em páginas na internet que se dedicam a apoiar a causa palestina.

Mas o fato que nos chama a atenção para esta pesquisa é que houve uma virada também na mídia. A cobertura jornalística ocidental sobre a Ucrânia nos revela um modo de olhar curioso. Os coquetéis molotov passaram a significar resistência, os civis ucranianos portando fuzis representam o que há de melhor na prontidão para defender o país da invasão russa. O ápice talvez tenha sido quando a *Record* e a *Jovem Pan* caíram em uma cilada imagética e divulgaram imagens retiradas de um jogo de *videogame* como sendo de ataques do conflito entre Rússia e Ucrânia.

De repente, estamos diante do *Fantástico*, programa dominical da Rede Globo, em um episódio o qual 85% do conteúdo foi dedicado a reportagens especiais sobre o conflito na Ucrânia. Em uma delas, o autor israelense Yuval Harari concede uma entrevista ao programa. Ele diz que “Os ucranianos resistem, lutam como leões e não vão aceitar uma ocupação ou ser parte de um novo império”. É curioso que essa fala de Harari poderia facilmente se adequar à realidade palestina, basta trocar “ucranianos” por “palestinos”. Entretanto, esse discurso de resistência nunca foi utilizado para falar sobre a luta palestina. Mais curioso ainda é quando o escritor diz que “Desde 1945 que um país reconhecido internacionalmente não é conquistado e varrido do mapa por um vizinho mais forte”. Chega a ser cômico e trágico que um historiador israelense utilize as palavras a serviço de uma falsificação histórica. A Palestina foi “conquistada” (lê-se invadida) e desde antes de 1948 há uma tentativa de varrer os árabes do território. Mas, como a Palestina não se constitui enquanto um país reconhecido internacionalmente, a afirmação de Harari consegue atingir um *status* de verdade, ainda que à custa do apagamento da história da Palestina e de outros territórios que têm sofrido com conflitos causados por invasões estrangeiras advindas, sobretudo, dos Estados Unidos e de países europeus. Na mesma edição, o *Fantástico* também veiculou a reportagem “Em uma guerra entre forças tão desiguais, resistência civil ucraniana chama a atenção”. A Ucrânia, com seus movimentos recentes simpáticos ao nazismo, está sendo qualificada enquanto uma força de resistência. Já os palestinos, são sempre os terroristas, extremistas e radicais. Aqui não se trata de se posicionar contra ou a favor da Ucrânia, mas de refletir sobre essas categorias mobilizadas pelas mídias. Pois se palestinos são criminalizados, constantemente, por estarem “contra o povo judeu”, é no mínimo de se pensar porque os ucranianos não receberam este mesmo selo, ainda que alguns grupos batam no peito, orgulhosos de propagar ideais neonazistas.

No Jornal Nacional, as manchetes: “Ucranianos lutam para salvar as casas dos ataques da Rússia”,⁵¹ “Ucranianos seguem resistindo, como podem, aos ataques russos”,⁵² “Ucranianos se defendem da invasão russa, muitas vezes, sem pegar em armas”,⁵³ “Ucranianos preparam defesa para invasão por terra”,⁵⁴ “Forças ucranianas usam tecnologia para resistir ao avanço das tropas russas”.⁵⁵ Os ucranianos são descritos como pessoas que nunca pegaram em armas, por isso a comoção é ainda maior, estão dispostos a lutar sem nunca ter entrado em um conflito sequer no cotidiano. São, também, descritos como pessoas fortes, que se colocam contra a ocupação russa de maneira digna, honrosa, límpida. Sua resistência é exaltada, celebrada, dramatizada de tal forma que não há nem mesmo a preocupação em contextualizar a política do país. De repente, o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, é um herói internacional.

A guerra da Ucrânia não estava prevista e nem seria debatida tão intensamente no desfecho desta pesquisa. Mas não houve como fugir do tema, já que o evento revelou diversos pontos de atenção na mídia. Ao refletir sobre o que se viu no *Fantástico* e no Jornal Nacional, não surpreende que, na mídia internacional, o racismo tenha sido ainda mais escancarado. O jornalista da CBS News norte-americana, Charlie D’Agata, afirmou sua surpresa com o conflito em Kiev, já que “Esse não é um lugar [...] como Iraque ou Afeganistão, que tem visto conflito por décadas. Essa é uma cidade relativamente civilizada, relativamente europeia”. Em entrevista à *BBC*, David Sakvarelidze, ex-procurador-geral adjunto da Ucrânia, manifestou sua comoção dizendo que “É muito emocional para mim porque eu vejo europeus com olhos azuis e cabelos loiros sendo mortos todos os dias com mísseis de Putin, seus helicópteros e seus foguetes”. Já o apresentador inglês da *Al Jazeera*, Peter Dobbie, ficou impressionado com as imagens de refugiados europeus em massa: “Essas são pessoas prósperas, de classe média. Obviamente, não são refugiados tentando fugir de áreas como o Oriente Médio, que ainda estão em estado de guerra. Essas não são pessoas tentando fugir do Norte da África. Eles se parecem com qualquer família europeia que você poderia ter como vizinhos”.

Bem, não se sabe de nenhum veículo brasileiro que tenha utilizado exatamente essas palavras para falar sobre o conflito ucraniano, mas se compararmos a maneira como a Palestina, sua narrativa e seu povo foram descritos ao longo dos anos pelo Jornal Nacional, com a cobertura da guerra atual no leste europeu, fica evidente que esse tipo de pensamento –

⁵¹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10345103/>

⁵² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10348365/>

⁵³ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10351792/>

⁵⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10359666/>

⁵⁵ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10384644/>

racista, por sinal – é o que guia a prática jornalística ao tratar de conflitos internacionais. A facilidade em digerir um conflito sangrento no Oriente Médio frente ao espanto em saber que o mesmo ocorre na Europa demonstra a falta de caráter da imprensa ocidental que insiste em desumanizar populações não-brancas. No caso palestino:

Para muitas pessoas que acompanham as notícias pelos jornais, pela TV e pelo rádio, que parecem ter mais do que um parco conhecimento político e que apregoam opiniões versadas sobre controvérsias internacionais, o Oriente Médio é essencialmente o conflito (disputa, problema, luta etc.) árabe-israelense, e não muito mais do que isso (SAID, 2012, p. 5).

Compreender a maneira como o Oriente e o Ocidente aparecem na mídia brasileira permite-nos refletir sobre o nosso lugar no mundo. Enquanto um país latino-americano que teve seus poucos anos de glória no cenário internacional, é visível que o Brasil não é considerado como parte do Ocidente. Somos também animalizados, racializados e convivemos ainda com as marcas do colonialismo. Mas há certa resistência em admitir esse fato e insistência em se reafirmar perante o que se convencionou chamar de Oriente.

Certamente a espetacularização da guerra é um movimento que se aperfeiçoa cada dia mais, conforme a tecnologia das câmeras avança, e a Ucrânia não está isenta disso. Entretanto, os questionamentos que começam a surgir giram em torno das diferenças explícitas entre as coberturas jornalísticas sobre a Palestina, ou até mesmo a Síria, frente às coberturas sobre a Ucrânia. Talvez ainda pior seja constatar que algumas guerras simplesmente não têm visibilidade alguma na grande mídia. O que sabemos sobre o Congo, por exemplo? Neste trabalho, pudemos vislumbrar como o imaginário sobre a Palestina é mobilizado pelo Jornal Nacional. Entretanto, há acontecimentos violentos ocorrendo em países que sequer são mencionados pela imprensa. O que faz com que a Palestina ainda possua um espaço frequente na mídia talvez seja o grau de complexidade e pelo fato de que o conflito perpassa por questões religiosas que, de certa forma, possuem uma projeção internacional. Por exemplo, a igreja evangélica no Brasil é uma grande apoiadora de Israel. Em diversas vezes, pessoas que se dizem cristãs em protestos da direita e da extrema-direita, em apoio ao Bolsonaro, carregavam bandeiras israelenses. Os palestinos, nesse sentido, não são apenas um povo extremista do Oriente Médio, mas constituem-se também como inimigos do cristianismo, dos judeus e da sacralidade do território de Jerusalém.

Vimos como a linguagem pode deslegitimar povos inteiros a partir de adjetivos e abordagens simplistas como “os extremistas da Palestina”. Para Roland Barthes (2013), “a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é

simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 2013, p. 7). A provocação de Barthes serve para compreender de que maneira a língua é usada a serviço do poder e de que maneira estamos todos condicionados a uma linguagem que determina os sujeitos. Pensemos nos palestinos. Estes são em sua grande maioria contra o Estado de Israel e ocupar o lugar contrário ao Estado de Israel os fazem serem extremistas. Pelo menos, a linguagem utilizada pelo Jornal Nacional o faz. Certamente, não apenas o Jornal Nacional. Butler (2019) vem há tempos criticando a maneira como qualquer pessoa contrária ao colonialismo israelense é tipificada como antissemita, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Para ela, “Muitas distinções importantes são omitidas pela grande mídia quando se supõe que existem apenas duas posições no Oriente Médio e que elas podem ser adequadamente descritas pelos termos ‘pró-Israel’ e ‘pró-palestino’” (BUTLER, 2019, p. 150). Mas, voltando a Barthes (2013), o fascismo da língua é então compreendido como a linguagem que nos é disponibilizada e que separa e dilui os sujeitos em categorias rasas e totalizantes ao mesmo tempo. Quando o Jornal Nacional estabelece, através da língua, que todo aquele que se levanta contra Israel é um extremista do Hamas, não sobra espaço para quem não faz parte do Hamas e também luta contra a violência exercida por Israel em suas mais variadas formas.

A privação de espaço para que os palestinos contem sua própria história também pôde ser observada nesta pesquisa. Não basta entrevistar alguns palestinos por um ou dois segundos, isso não é apresentar a narrativa palestina. Os palestinos quando falam no Jornal Nacional falam de um lugar emudecido, não têm voz porque o repórter fala por ele. Em alguns casos o repórter esteve ao lado de alguns palestinos, gravando uma passagem como se aquelas pessoas fizessem parte de um cenário montado para atestar: *veja como estamos mostrando os dois lados*. A narrativa palestina é como uma fábula, aparece sempre pré-anunciada pelo lembrete “eles dizem”, “eles acreditam” e nunca “eles lutam” “eles resistem”. Said (2012), com suas palavras certeiras, disse que “Entre o sionismo e o Ocidente havia e há uma comunhão de linguagem e ideologia; no que dizia respeito aos árabes, eles não faziam parte dessa comunidade” (SAID, 2012, p. 30). O que explica o sionismo não ser, sequer, mencionado no Jornal Nacional para falar sobre o que eles chamam de conflito? Tal comunhão de linguagem e de ideologia culminou no que vimos hoje: a banalização das narrativas orientais, pois, afinal, são todos maquiavélicos obcecados por guerras, e o apagamento das raízes dessa violência entre os dois povos. Esquece-se que havia um povo na Palestina muito antes da criação do Estado judaico.

O terrorismo parece estar sempre relacionado aos povos árabes e nunca do lado ocidental. Sim, porque embora Israel também esteja inserido geograficamente no que se convencionou chamar de Oriente, é um Estado dotado de características atribuídas – muito contraditoriamente – aos ocidentais. Helena Salem, jornalista que em 1977, publicou o livro *Palestinos: os novos judeus*, lembra que antes mesmo do estabelecimento do Estado judaico, já havia frentes terroristas de judeus que realizavam ações contra os árabes e os britânicos na região. Salem (1977) problematiza também como certas figuras importantes, celebradas no decorrer da história de Israel, foram parte desses movimentos terroristas, como Menachem Begin, membro da Stern, que organizou um atentado contra o Hotel King, em território palestino de Jerusalém, em 1946 e, entre os anos 1977 e 1983, ocupou o cargo de primeiro-ministro de Israel. Para Said (2012), “o consenso que decreta que os líderes israelenses são democráticos, ocidentais, incapazes de praticar o mal associado em geral aos árabes e aos nazistas [...] é tão sólido que mesmo uma migalha tão indigesta quanto Begin foi transformada em mais um estadista israelense” (SAID, 2012, p. 51). Algumas lideranças israelenses, como Yitzhak Rabin que, nos final dos anos 80 ordenou como norma a quebra de ossos de manifestantes, e Moshe Dayan, um dos responsáveis pela vitória de Israel em 1967, quando vários territórios palestinos foram tomados pelo exército, são conhecidos por lutarem pela paz, embora tenham sido responsáveis por mortes, expropriações e uma série de políticas que facilitaram a eliminação de palestinos. Portanto, se o jornalismo estiver realmente comprometido com a crítica ao terrorismo, deveria começar a incorporar tais contradições, que existem tanto na resistência palestina como na política de segurança israelense. Aliás, Israel, desde o início, se aproveitou do signo da segurança para usar a violência de maneira legítima: “Como ‘vítimas’, os judeus realizaram todo tipo de ação violenta contra a população árabe: explosão de mercados, destruição de casas, aldeias, mas sempre carregando a pesada cruz nas costas – ‘fazêmo-lo para nossa segurança, matamos para que não nos matem’” (SALEM, 1977, p. 132). E se antes eram os membros da OLP que estavam na mira como os grandes arquitetos do terrorismo palestino, hoje quem ocupa esse lugar é, principalmente, o Hamas, que, a julgar pelas coberturas do Jornal Nacional, parece ser o único empecilho da tão sonhada paz. Quando não houver o Hamas, haverá outros bodes expiatórios a quem culpar pelo não estabelecimento de um Estado palestino – ação que já deveria ter sido tomada há quase um século.

O terrorismo é explorado de maneira dramática porque possui todos os elementos capazes de atrair um público curioso e ansioso. É um verdadeiro espetáculo que envolve mortes, narrativas extremistas, paixão e ódio. Entretanto, falta-nos uma reflexão mais apurada

do terrorismo, sobretudo em territórios orientais que foram, durante décadas, subjugados ao imperialismo, tendo suas histórias radicalmente transformadas por um estrangeiro oponente carregado de concepções racistas sobre suas tradições, culturas e visões de mundo. Não podemos deixar de considerar que o terrorismo no Oriente Médio como conhecemos hoje através da mídia é fruto de uma série de interferências violentas na região que, em nome da paz, humilhou os residentes da Síria, Afeganistão, Palestina. Os filmes *Omar* (ABU-ASSAD, 2013) e *Paradise Now* (ABU-ASSAD, 2005) dão conta de explorar o assunto de maneira ímpar, nos colocando diante da realidade palestina através dos personagens Omar e os amigos Khaled e Said. Os três, homens jovens que tentam sonhar em meio a um cotidiano conturbado repleto de privações e humilhações. Tentam amar suas garotas e viver para isso, mas a sequência de infortúnios a quem são colocados chega a um esgotamento e, a partir daí – da revolta, do luto incessante – optam pelo autoextermínio destruidor do que está ao redor: o terrorismo. A sensibilidade dessas produções reside em nos colocar enquanto passivos aos sentimentos que os personagens enfrentam: medo, tristeza, raiva, amor, vontade de revolução.

Tomando a liberdade de utilizar a brilhante reflexão de Georges Didi-Huberman (2019), o luto comedido por vezes dá lugar a grandes revoltas: "os levantes partem de simples dolências, palavra ligada ao luto e à dor e que exprime um lamento, sobretudo no caso de uma queixa pública: trata-se, portanto, de reclamar de uma afronta vivida, de uma injustiça, de uma situação sentida como intolerável" (DIDI-HUBERMAN, 2019, p. 118). Os palestinos vivem em um estado infinito de luto desde que o sionismo decidiu se apropriar de suas terras. O luto e a revolta são transmitidos através das gerações palestinas e, por vezes, calham de convergir em atos de terrorismo. Mas também se desenvolvem em um permanente estado de revolução – que é legítimo e deve ser tratado como tal. Não há prostração ao colonialismo israelense. Se vamos falar de terrorismo para falar sobre a Palestina, vamos falar também do terrorismo israelense, o terrorismo europeu, o terrorismo estadunidense. A luta palestina pela liberdade vai muito além do que nos tentam fazer crer. É o que Didi-Huberman (2019) chamou de “tradição revolucionária” da história, “cadenciada pelo fluxo de vozes que bradam e pelo refluxo de silêncios contidos, de situações que se tornam a lei e crises que se tornam exceção” (DIDI-HUBERMAN, 2019, p. 124).

Os palestinos tiveram sua sentença decretada na primeira narrativa violenta que foi criada sobre eles: “Uma terra sem povo para um povo sem terra”. Foram eliminados simbolicamente nas primeiras palavras proferidas pelo movimento sionista. Segundo Nur Masalha (2021), “Eles não queriam dizer que não havia pessoas na Palestina, mas que não

havia um povo que merecesse consideração dentro das noções de supremacia europeia dominantes à época” (MASALHA, 2021, p. 22).

Vê-se como a questão da Palestina não é levada a sério pela grande mídia quando existe toda uma literatura científica, tal qual apresentamos no início deste trabalho, que dá conta de teorizar a experiência palestina e esse pensamento não é sequer levado em conta por jornalistas e editores que atuam na imprensa ocidental. Não se trata de esperar que o Jornal Nacional se transforme em um seminário acadêmico, até porque não é preciso ir tão longe para ter acesso a informações que atestam o caráter violento da constituição do Estado de Israel. A própria ONU, através da resolução 3.379,⁵⁶ já classificou o sionismo como racismo e, recentemente, o relatório de uma das agências da organização classificou a experiência palestina como parte de um regime de *apartheid* imposto por Israel.⁵⁷

Diante de tudo que foi exposto aqui, como encaminhamento final, que possamos pensar em um jornalismo que renove o seu compromisso com o espírito contestador de realidades que nos são apresentadas como normais. Que possamos utilizar o jornalismo enquanto *barricada* em uma guerra cultural de narrativas coloniais que tentam sucumbir a dissidência de povos que são desapropriados de seus direitos humanos. A luta palestina nos inspira a *reagir* diante da dominação que utiliza falsidades históricas alimentadas há séculos sobre os povos colonizados. Pensar o jornalismo como barricada é ir além da materialidade de uma barreira, pois para Didi-Huberman (2019) a barricada é também instrumento de guerra. "A barricada, como uma onda de fato, ergue-se, levanta-se e volta a cair dispersando-se em espuma: ela se forma subitamente e com toda a força, desaparece num canto para se formar outra vez em outro. [...] ofensiva e não apenas protetora; é máquina de guerra e não apenas barreira" (DIDI-HUBERMAN, 2019, p. 131).

⁵⁶ Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/sionismo-a-ideologia-racista-que-esta-destruindo-a-palestina/>

⁵⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/israel-impoe-regime-de-apartheid-aos-palestinos-diz-relatorio-agencia-da-onu.ghtml>

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ARBEX JR. José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BATHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BUCCI, Eugênio. Como a violência na TV alimenta a violência real – da polícia. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 48, p. 68-73, 2000-2001.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes: Judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 37-60.

_____. **Vida precária: Os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARVALHO, Juliana Ferreira de. Palestina e Israel: memórias em disputa em uma reportagem do *Jornal Hoje*. **Temporalidades – Revista de História**, Belo Horizonte, Edição 34, v. 12, n. 3, 2020.

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. **Orientalismo na imprensa brasileira. A representação de árabes e mulçumanos nos jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo' antes e depois de 11 de setembro de 2001**. 2007. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: a estrutura narrativa das notícias de televisão**. 2003. Tese (Doutorado Comunicação) - Universidade Metodista e São Paulo, São Paulo, 2003.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Ondas, torrentes e barricadas. **Revista Serrote** n. 33. São Paulo; Rio de Janeiro: IMS, 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do Holocausto**: Reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. São Paulo: Record, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, São Paulo, vol. 28, n. 1, 2002.

GATTAZ, André Castanheira. **A Guerra da Palestina**: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. Espetáculo ou reflexividade? Sobre uma narrativa da violência no cinema norte-americano dos anos 90. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro: UERJ, NAI, 1995.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HUBERMAN, Bruno; NASSER, Reginaldo Mattar. Pacification, Capital Accumulation, and Resistance in Settler Colonial Cities: The Cases of Jerusalem and Rio de Janeiro. **Latin American Perspectives**, v. 46, p. 131-148, 2019.

JOST, François. **Compreender a Televisão**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

KANAFANI, Ghassan. **A revolta de 1936-1939 na Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2015.

KEHL, Maria Rita. Um só povo, uma só cabeça, uma só nação. *In*: NOVAES, Adauto (org.). **Anos 70**: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

LISBÔA, Maria Elisa Swarowsky. **A coberturas das ações militares israelenses em territórios palestinos pelo *Jornal Nacional* em 2014**: A dramaturgia como código no telejornalismo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

LOSURDO, Domenico. Terrorismo. *In*: LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: Léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo, 2010.

MABÍLIA, Adriana. **Viagem à Palestina**: prisão a céu aberto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MACHADO, Arlindo. As vozes do telejornal. *In*: MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

MASALHA, Nur. **Expulsão dos palestinos**: O conceito de “transferência” no pensamento político sionista 1822-1948. São Paulo: Sundermann/Monitor do Oriente, 2021.

MATOS, Soraya Misleh de. **Qaqun**: história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MBEMBE, Achille. A ideia de um mundo sem fronteiras. **Revista Serrote** n. 31. São Paulo; Rio de Janeiro: IMS, 2019.

_____. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, 2016.

MERUANE, Lina. **Tornar-se Palestina**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Violência e Política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: Desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MORAES, Dênis de (org); RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mída, Poder e Contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo/Riode Janeiro: Boitempo; Faperj, 2013.

MÜLER, Karla M. Inserções de Árabes-Palestinos na Fronteira e na Mídia Impressa Local. *In* I Colóquio Transfronteiras Sul de Ciências da Comunicação, 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Intercom, 2004.

PAPPÉ, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PELED-ELHANAN, Nurit. **Ideologia e propaganda na educação**: A Palestina nos livros didáticos israelenses. São Paulo: Boitempo; Editora Unifesp, 2019.

RESENDE, Fernando A.; ROSSIGNOLI, Letícia. O conflito Israel/Palestina como acontecimento jornalístico: análises de narrativas do jornal Folha da Manhã (1936/1946). **Galaxia**, São Paulo, n. 30, dezembro, 2015.

SACCO, Joe. **Palestina** (edição especial). São Paulo: Conrad, 2011.

SAHD, Fábio Bacila. Palestinos: as vítimas ulteriores do Holocausto. *In* V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, Maringá. **Anais...** Maringá: EDUEM, 2011.

SAHD, Fábio Bacila. Tristes paralelos. Apontamentos sobre a discriminação e desapropriação de nativos no Paraná e na Palestina no século XX. **Revista Crítica Histórica**, Ano V, nº 9, 2014.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

_____. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALEM, Helena. **Palestinos, os novos judeus**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

SAND, Shlomo. **A invenção do povo judeu**. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTOS, Júlia Caligiorne. As leis discriminatórias de Israel à luz do Direito Internacional. **Revista Malala**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 63-74, abr. 2015.

SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do sionismo**: A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOARES, Rosana de Lima. **Sutileza e grosseria da exclusão**. São Paulo: Alameda, 2020.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: Notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2012.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror**: Comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005.

YIFTACHEL, Oren. **Ethnocracy**: Land and Identity Politics in Israel/Palestine. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 2006.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento**: Uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

_____. **Bem vindo ao deserto do real!** Cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

11 de setembro. Direção: Ken Loach. *In*: 11 de setembro. Direção: Youssef Chahine, Amos Gitaï, Alejandro González Iñárritu, Shohei Imamura, Claude Lelouch, Ken Loach, Samira Makhmalbaf, Mira Nair, Idrissa Ouedraogo, Sean Penn, Danis Tanovic. Reino Unido, França, México, Japão, Estados Unidos, Egito, Irã: 2002.

16 palestinos morrem em confronto com soldados israelenses. **Jornal Nacional**, 30 mar. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6624546/programa/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

62 palestinos morrem na fronteira da Faixa de Gaza em 48 horas. **Jornal Nacional**, 15 mai. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6738570/?s=0s>. Acesso em: 4 jan. 2022.

AMOR à Vida. Direção: Mauro Mendonça Filho. Produção de Walcyr Carrasco. Brasil: Projac, 2013.

BACURAU. Direção: Juliano Dorneles e Kleber Mendonça Filho. Produção de Emilie Lesclaux, Saïd Ben Saïd e Michel Merkt. Brasil; França: Vitrine Filmes; SBS Distribution, 2019.

BASTARDOS Inglórios. Direção: Quentin Tarantino. Produção de Lawrence Bender. Alemanha; Estados Unidos: A Band Apart; Studio Babelsberg, 2009.

BOMBARDEIOS na Faixa de Gaza e sul de Israel matam mais de cem. **Jornal Nacional**, 19 nov. 2012. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2250624/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

CENTENAS de palestinos e dezenas de policiais israelenses ficam feridos no 4º dia de confrontos em Jerusalém. **Jornal Nacional**, 10 mai. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9504429/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

CONFLITO entre Israel e Palestina mata mais de cem em quatro dias de ataques. **Jornal Nacional**, 11 jul. 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3492135/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CONFRONTO na fronteira da Faixa de Gaza mata 58 palestinos e fere 2.700. **Jornal Nacional**, 14 mai. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6735653/>. Acesso em: 4 fev. 2022.

CONFRONTOS entre tropas israelenses e palestinos marcam “Dia da Terra”. **Jornal Nacional**, 30 mar. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2490218/?s=0s>. Acesso em: 3 jan. 2022.

CONSELHO de Segurança da ONU faz reunião emergencial para discutir crise no Oriente Médio. **Jornal Nacional**, 10 jul. 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3489716/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

EM uma guerra de forças tão desiguais, resistência civil ucraniana chama a atenção. **Fantástico**, 6 mar. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10362656/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FORÇAS ucranianas usam tecnologia para resistir ao avanço das tropas russas. **Jornal Nacional**, 12 mar. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10384644/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FUNDAÇÃO de Israel completa 70 anos; brasileiro presidiu sessão da ONU. **Jornal Nacional**, 14 mai. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6735663/?s=0s>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GOVERNO de Israel rompe negociações de paz com a Autoridade Palestina. **Jornal Nacional**, 27 out. 2005. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3055652/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

GOVERNO do Egito reabre fronteira com a Faixa de Gaza. **Jornal Nacional**, 29 mar. 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3248416/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MEN Against Fire (Temporada 3, ep. 5). Black Mirror [Seriado]. Direção: Jakob Verbruggen. Produção de Barney Reisz. Reino Unido: House of Tomorrow, 2016.

MILHARES de palestinos fazem protesto na fronteira da Faixa de Gaza com Israel. **Jornal Nacional**, 30 mar. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7500885/?s=0s>. Acesso em: 24 jan. 2022.

NOVOS confrontos na fronteira de Israel com Gaza deixam mortos e feridos. **Jornal Nacional**, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6937621/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

O Paraíso deve ser aqui. Direção: Elia Suleiman. Produção de Edouard Weil, Laurine Pelassy, Elia Suleiman, Thanassis Karathanos, Martin Hampel e Serge Noël. França; Catar; Alemanha; Canadá; Palestina; Turquia: IMOVISION, 2019.

OFENSIVA terrestre israelense à Faixa de Gaza marca o início de uma nova etapa. **Jornal Nacional**, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3507705/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

OMAR. Direção: Hany Abu-Assad. Produção de Hany Abu-Assad, Waleed Zuaiter e David Gerson. Palestina: ZBros, 2013.

PARADISE Now. Direção: Hany Abu-Assad. Produção de Amir Harel, Gerhard Meixner, Roman Paul. Países Baixos, Palestina, Israel, Alemanha, França: Augustus Films, Warner Independent Pictures, Lama Productions, 2005.

PARASITA. Direção: Bong Joon-ho. Produção de Kwak Sin-ae, Moon Yang-kwon e Jang Young-hwan. Coreia do Sul: Barunson E&A Corp, 2019.

PROTESTOS entre palestinos e árabes israelenses terminam em confronto com a polícia. **Jornal Nacional**, 15 mai. 2013. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2576748/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ROUND 6. Direção: Hwang Dong-Hyuk. Produção de Hwang Dong-Hyuk. Coreia do Sul: Netflix, 2021.

TENSÃO no Oriente Médio aumenta após assassinato de adolescente palestino. **Jornal Nacional**, 02 jul. 2014. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3471998/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

UCRANIANOS lutam para salvar as casas dos ataques da Rússia. **Jornal Nacional**, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10345103/>. Acesso em 2 mar. 2022.

UCRANIANOS seguem resistindo, como podem, aos ataques russos. **Jornal Nacional**, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10348365/>. Acesso em 4 mar 2022.

UCRANIANOS se defendem da invasão russa, muitas vezes, sem pegar em armas. **Jornal Nacional**, 2 mar. 2022. Disponível em: globoplay.globo.com/v/10351792/. Acesso em 4 mar. 2022.

UCRANIANOS preparam defesa para invasão russa por terra. **Jornal Nacional**, 4 mar. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10359666/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

UM palestino é morto e mais de 200 ficam feridos em confronto com forças israelenses. **Jornal Nacional**, 30 mar. 2012. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1882690/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

REFERÊNCIAS DIVERSAS

350 palestinian children were imprisoned in Israel jails at the end of 2017. **Visualizing Palestine**, jan. 2018. Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/child-prisoners#&gid=1&pid=1>. Acesso em 25 mai. 2021.

BAROUD, Ramzy. A árvore de dinheiro dos Estados Unidos e sua ajuda a Israel. **Monitor do Oriente Médio**, 29 dez. 2020. Opinião. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20201229-a-arvore-de-dinheiro-dos-estados-unidos-e-sua-ajuda-a-israel/>. Acesso em: 7 mai. 2021.

BERCITO, Diogo. Palestinos rejeitam cobertura 'desumanizada' de confrontos com Israel. **Folha de S. Paulo**, 11 mai. 2021. Oriente Médio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/palestinos-rejeitam-cobertura-desumanizada-de-confrontos-com-israel.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2021.

BIDDLE, Sam. Facebook apaga críticas a Israel que usem o termo 'sionista'. **The Intercept**, 24 mai. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/05/24/facebook-criticas-israel-sionista/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

DUA Lipa condena anúncio do New York Times que a difamou como antissemita. **Monitor do Oriente Médio**, 23 mai. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210523-dua-lipa-condena-anuncio-do-new-york-times-que-a-difamou-como-antissemita/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

FACEBOOK é acusado de preconceito à Palestina por grupo de direitos digitais. **Monitor do Oriente Médio**. 21 mai. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210521-facebook-e-acusado-de-preconceito-a-palestina-por-grupo-de-direitos-digitais/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

FUNCIONÁRIOS do Facebook pedem desculpas sobre o bloqueio de postagens palestinas. **Monitor do Oriente Médio**, 22 mai. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210522-funcionarios-do-facebook-pedem-desculpas-sobre-o-bloqueio-de-postagens-palestinas/>. Acesso em: 29 mai. 2021.

GAZA water confined & contaminated. **Visualizing Palestine**, 29 ago. 2012. Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/gaza-water-confined-and-contaminated>. Acesso em: 25 mai. 2021.

GOOGLE sugere lenço palestino como símbolo de terrorismo. **Monitor do Oriente Médio**, 26 mai. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210526-google-sugere-lenco-palestino-como-simbolo-de-terrorismo/>. Acesso em 02 jun. 2021.

HASS, Amira. Farm Warfare: How Israel Uses Chemicals to Kill Crops in Gaza. **Haaretz**, 9 jul. 2018. Disponível em: <https://www.haaretz.com/middle-east-news/palestinians/.premium-farm-warfare-how-israel-uses-chemicals-to-kill-crops-in-gaza-1.6245475>. Acesso em 29 mai. 2021.

ISRAEL fere 170 jornalistas nos territórios palestinos; sindicato prepara dossiê. **Monitor do Oriente Médio**, 22 mai. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210522->

[israel-ferre-170-jornalistas-nos-territorios-palestinos-sindicato-prepara-dossie/](#). Acesso em: 30 mai. 2021.

ISRAEL impõe ‘regime de apartheid’ aos palestinos, diz relatório de agência da ONU. **G1**, mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/israel-impoe-regime-de-apartheid-aos-palestinos-diz-relatorio-agencia-da-onu.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2022.

JERUSALEM a city for all? **Visualizing Palestine**, out. 2017. Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/jerusalem-city-for-all>. Acesso em: 25 mai. 2021.

JUDT, Tony. O cosmopolita desenraizado. **Piauí**, fev. 2010. Figuras da intelectualidade. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-cosmopolita-desenraizado/>. Acesso em 20 jun. 2021.

JORNAL Nacional. **Memória Globo**, jan. 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em 24 jan. 2022.

MAGRI, Diogo. Boicote a produtos russos durante a guerra: sobrou até para o estrogonofe. **Veja**, mar. 2022. Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/boicote-a-produtos-russos-durante-a-guerra-sobrou-ate-para-o-estrogonofe/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MAIS de 100 feridos em distúrbios extremistas noturnos em Jerusalém. **Correio Braziliense**, 23 abr. 2021. Terrorismo. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/04/4919787-mais-de-100-feridos-em-disturbios-extremistas-noturnos-em-jerusalem.html#tags>. Acesso em: 5 mai. 2021.

NOT enough water in the West Bank? **Visualizing Palestine**, fev. 2013. Disponível em: <https://visualizingpalestine.org/visuals/west-bank-water>. Acesso em: 25 mai. 2021.

PACHECO, Priscila. Vídeo em que menina enfrenta soldado foi gravado na Palestina, não na Ucrânia. **Aos Fatos**, mar. 2022. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/video-menina-enfrenta-soldado/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SEM BBB21, Jornal Nacional é o programa mais visto da TV. **Na Telinha**, mai. 2021. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2021/05/07/sem-bbb21-jornal-nacional-e-o-programa-mais-visto-da-tv-163654.php>. Acesso em 02 fev. 2022.

TENÓRIO, Sayid Marcos. Sionismo, a ideologia racista que está destruindo a Palestina. **PCdoB**, jul. 2021. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/sionismo-a-ideologia-racista-que-esta-destruindo-a-palestina/>. Acesso em 15 mar. 2022.

WHATSAPP deleta contas de vários jornalistas e ativistas em Gaza. **Monitor do Oriente Médio**, 24 mai. 2021. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20210524-whatsapp-deleta-contas-de-varios-jornalistas-e-ativistas-em-gaza/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

WILDER, Emily. ““objectivity” feels fickle when the basic terms we use to report news implicitly stake a claim. using “israel” but never “palestine,” or “war” but not “siege and

occupation” are political choices—yet media make those exact choices all the time without being flagged as biased”. 16. Mai 2021. Twitter: (@vv1lder. Disponível em: <https://twitter.com/vv1lder/status/1394073763289829378>. Acesso em: 09 mai. 2021.

